

MARIA ROSANGELA BEDUN

**OS DESAFIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA FRENTE À
TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO: perspectivas para o município de
Tupi Paulista e seu entorno regional**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação – Mestrado em
Geografia/CPTL/UFMS – Área de Concentração
Análise Geoambiental e Produção do Território,
como exigência final para obtenção do Título de
Mestre em Geografia, sob orientação do Prof. Dr.
Francisco José Avelino Júnior.

Três Lagoas – MS
2012

Termo de aprovação

Maria Rosangela Bedun

**OS DESAFIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA FRENTE À
TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO: perspectivas para o município de
Tupi Paulista e seu entorno regional**

Dissertação apresentada como requisito parcial do grau de mestre em Geografia, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Francisco José Avelino Júnior
Departamento de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul campus de Três Lagoas - UFMS.

Prof^a. Dra Rosemeire Aparecida de Almeida
Departamento de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul campus de Três Lagoas - UFMS.

Prof^a. Dra. Márcia Yukari Mizusaki
Departamento de Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.

Suplente: Prof. Dra. Valéria de Marcos
Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo - USP.

Dedico este trabalho:

*A todos os camponeses que lutam diariamente para
permanecerem na terra de trabalho.*

*Aos meus pais (camponeses):
Getúlio Bedun
Terezinha Mota Bedun*

*A minha irmã:
Dirce Aparecida Bedun*

*Ao meu noivo:
Claudemir José Santana*

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado esta oportunidade única em minha vida, aos meus pais que sempre acreditaram no meu potencial e me incentivaram para a realização desta pesquisa, ao meu noivo Claudemir pela compreensão de apoiar minha decisão em fazer o mestrado.

Ao meu querido orientador, Professor Dr. Francisco José Avelino Júnior (China), agradeço o carinho, a orientação desde a graduação, o incentivo, a paciência e a compreensão dispensados durante o meu processo de aprendizagem.

A todos os meus mestres do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, pela disponibilidade de me capacitar na elaboração e execução do projeto de pesquisa em nível científico e fornecer os fundamentos teóricos e metodológicos quanto à produção do conhecimento geográfico: Edima Aranha Silva, Ailton Luchiari, Arnaldo Yoso Sakamoto, Valéria De Marcos, Rosemeire Aparecida de Almeida, Tito Carlos Machado de Oliveira e Francisco José Avelino Júnior.

A todos os meus colegas de mestrado: Patrícia, Leandro, Hansi Miller, Dóri Edson, Eduardo (uma pessoa admirável e companheira), Vinícius, Sirlene, Dayse, Waldélia (minha amiga de eventos e congressos), Gláucia e Fábio.

Aos meus colegas do grupo de estudo GETT – Grupo de Estudos Terra-Território, que através das trocas de conhecimentos e debates me auxiliaram durante o desenvolvimento da pesquisa.

À banca de qualificação, professoras Rosemeire Aparecida de Almeida e Valéria De Marcos que através das provocações, me instigaram a ir mais além.

Ao engenheiro agrônomo Dr. Luiz Alberto Pelozo - Diretor Regional do Escritório de Desenvolvimento Rural de Dracena/CATI, pelas valiosas informações sobre a dinâmica agrícola da Microrregião Geográfica de Dracena.

A minha eterna amiga Franciele Gonçalves, pela elaboração dos mapas.

A todos que direta ou indiretamente participaram na execução desta pesquisa.

Muito obrigado!

Resumo

A presente dissertação versa sobre as mudanças vinculadas às conjunturas econômica, política e social decorrentes no campo nas últimas décadas no Brasil. Nesse contexto, buscamos apresentar, nesta pesquisa, reflexões sobre a resistência camponesa frente à expansão da lógica capitalista de produção. No bojo deste cenário, é coerente analisarmos a concentração exacerbada da propriedade da terra, organizada a partir do predomínio da monocultura voltada para exportação, sob a magnitude da expansão e territorialização do agronegócio e a marginalização da agricultura familiar camponesa pelas políticas agrárias. Tal fato nos remete compreendermos a dualidade de relações de produção que atuam em torno do espaço agrário brasileiro, qual sejam camponeses versus capitalistas. Considerando o exposto, a pesquisa tem como objetivo analisar os desafios e perspectivas da agricultura familiar camponesa frente à expansão e territorialização do agronegócio no município de Tupi Paulista/SP e no seu entorno regional, onde o agronegócio canavieiro vem ganhando espaço com a instalação de cinco destilarias na região. Nessa perspectiva, a nova dinâmica territorial e as formas organizacionais e produtivas desencadeadas no espaço agrário atual têm acirrado a disputa territorial entre camponeses e agronegócio. Valendo-se deste diálogo, há que se considerar que os conflitos territoriais entre a lógica camponesa e a lógica capitalista estão intimamente ligados à distinção das formas organizacionais e das relações de produção que redefinem o campo. Tal compreensão emerge ao apontarmos que a lógica camponesa se centra na tríade família, trabalho e terra, enquanto a lógica do agronegócio está centrada no lucro e na renda. Para tanto, estamos atentos para uma reflexão vinculada à territorialização e à espacialização da luta pela terra de trabalho empreendida pelos camponeses como forma de (re) criação e resistência frente à intensa concentração fundiária atrelada ao agronegócio.

Palavras-chave: campesinato, agronegócio, território, movimentos sociais.

Abstract

The present dissertation deals with the changes in the economic, political and social scenery of the countryside in the last decades in Brazil. In this context, we tried to present, in this paper, reflections about the peasant resistance in the current capitalist logic of production. We analyzed the excessive land concentration in monocultures which are focused on the exportation, considering the expansion and territorialization in agribusiness and the marginalisation of the family agriculture by the agrarian politics. This fact reminds us the duality presented in the relations of production of the Brazilian agrarian scenery: peasant versus capitalists. Due to the above ideas, this research aims to analyze the challenges and perspectives of the peasant family agriculture considering the expansion and territorialization of the agribusiness in Tupi Paulista/SP and in its surroundings, where the sugarcane cultivation has increased as a result of five distilleries in this region. In this perspective, this new territory dynamic associated with the organizational and productive types occurring in the countryside have incited territorial disputes between peasant and agribusiness. In face of that, we have to consider that the territory disputes between the peasant logic and the capitalist logic are closely related to the difference presented in the organizational types and relations of production which redefine the countryside. It can be understood by the idea that the peasant logic is centered in the triad family, labor and land, whereas the agribusiness logic is centered in profits and income. All things considered, it's important to emphasize that we are attentive to a reflection concerning the territorialization and spatiality in land struggle by the peasant social class as a way of (re) creation and resistance due to an intense land concentration context associated to agribusiness.

Key-words: peasantry, agribusiness, territory, social movements.

Lista de tabelas

Tabela 01 - Brasil - Área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total - 1980/2006.....	50
Tabela 02 - Brasil - Ocupações de terra - 2006 a 2010.....	54
Tabela 03 - Brasil - Acampamentos - 2006/2010.....	56
Tabela 04 - Brasil - Número dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total – 1980/2006.....	58
Tabela 05 - Brasil - Violência no campo contra ocupação e a posse - 2006/2010.....	62
Tabela 06 - Brasil - Violência contra a pessoa - 2006/2010.....	64
Tabela 07 - Brasil – Desembolso do BNDES por cadeias (R\$ milhões) – 2010.....	75
Tabela 08 - Ranking brasileiro de produção e exportação – 2010.....	78
Tabela 09 - Brasil – Importações de produtos agropecuários – 2006 a 2011.....	80
Tabela 10 – Brasil – Produção vegetal – 1980/2006.....	81
Tabela 11 - Brasil – Distribuição do volume de produção das lavouras temporárias – 2006.....	87
Tabela 12 - Brasil – Distribuição do volume de produção das lavouras permanentes- 2006.....	88
Tabela 13 - Brasil – Distribuição dos rebanhos e plantéis – 2006.....	89
Tabela 14 - Número de estabelecimentos agropecuários por grupos de área total do município de Tupi Paulista e seu entorno regional – 1995/2006.....	100
Tabela 15 - Área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total do município de Tupi Paulista e seu entorno regional – 1995/2006.....	102
Tabela 16 - Área plantada (ha) de cana-de-açúcar no município de Tupi Paulista e seu entorno regional - 2000 a 2010.....	104
Tabela 17 - Quantidade produzida de cana-de-açúcar (tonelada) no município de Tupi Paulista e no seu entorno regional – 2000 a 2010.....	106
Tabela 18 - Área plantada (ha) de arroz no município de Tupi Paulista e no seu entorno regional – 2000 a 2010.....	110
Tabela 19 - Área plantada (ha) de feijão no município de Tupi Paulista e no seu entorno regional – 2000 a 2010.....	111

Tabela 20 - Área plantada (ha) de algodão no município de Tupi Paulista e no seu entorno regional – 2000 a 2010.....	111
Tabela 21 - Área plantada (ha) de mandioca no município de Tupi Paulista e no seu entorno regional – 2000 a 2010.....	112
Tabela 22 - Área plantada (ha) de milho no município de Tupi Paulista e no seu entorno regional – 2000 a 2010.....	112
Tabela 23 - Área colhida de produtos da lavoura temporária nos estabelecimentos agropecuários (Hectares) – 2006.....	114
Tabela 24 - Área plantada (ha) de borracha no município de Tupi Paulista e no seu entorno regional – 2000 a 2010.....	115
Tabela 25 - Área plantada (ha) de café no município de Tupi Paulista e no seu entorno regional – 2000 a 2010.....	116
Tabela 26 - Área plantada (ha) de coco-da-bahía no município de Tupi Paulista e no seu entorno regional – 2000 a 2010.....	116
Tabela 27 - Área plantada (ha) de manga no município de Tupi Paulista e no seu entorno regional – 2000 a 2010.....	117
Tabela 28 - Área plantada (ha) de urucum no município de Tupi Paulista e no seu entorno regional – 2000 a 2010	118
Tabela 29 - Área plantada (ha) de uva no município de Tupi Paulista e no seu entorno regional – 2000 a 2010.....	118
Tabela 30 - Área colhida de produtos da lavoura permanente nos estabelecimentos agropecuários com mais de 50 pés existentes em 31/12 (Hectares).....	119
Tabela 31 - Efetivo de bovinos (cabeças) no município de Tupi Paulista e no seu entorno regional – 2000 a 2010.....	120
Tabela 32 - Efetivo de equinos (cabeças) no município de Tupi Paulista e no seu entorno regional – 2000 a 2010.....	120
Tabela 33 - Efetivo de suínos (cabeças) no município de Tupi Paulista e no seu entorno regional – 2000 a 2010.....	121
Tabela 34 - Efetivo de caprinos (cabeças) no município de Tupi Paulista e no seu entorno regional – 2000 a 2010.....	121
Tabela 35 - Efetivo de ovinos (cabeças) no município de Tupi Paulista e no seu entorno regional – 2000 a 2010.....	121

Tabela 36 - Efetivo de galos, frangos e pintos (cabeças) no município de Tupi Paulista e no seu entorno regional – 2000 a 2010.....	122
--	-----

Lista de gráficos

Gráfico 01 - Brasil - Área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total - 1980/2006.....	51
Gráfico 02 - Brasil - Número dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total - 1980/2006.....	58
Gráfico 03 - Brasil – Assassinatos em conflitos no campo – 2006/2010.....	63
Gráfico 04 - Brasil – Trabalho escravo – 2006/2010.....	65
Gráfico 05 - Brasil – Ocorrências de trabalho escravo – 2006/2010.....	67

Lista de mapas

Mapa 01 - Mapa de Localização dos Municípios da Microrregião de Dracena/SP.....	98
--	----

Lista de siglas

AVIRTUPI = Associação de Viticultores da Região de Tupi Paulista

BNDES = Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CATI = Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

CONAB = Companhia Nacional de Abastecimento

CUT = Central Única dos Trabalhadores

D = Dinheiro

DATALUTA = Banco de Dados da Luta Pela Terra

CEPEA = Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada

CNA = Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

CPT = Comissão Pastoral da Terra

FAO = Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

GETT = Grupo de Estudos Terra-Território

IBGE = Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHU = Instituto Humanitas Unisinos

INCRA = Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

M = Mercadoria

MAPA = Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MST = Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PAA = Programa de Aquisição de Alimentos

PIB = Produto Interno Bruto

PNAE = Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNB = Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel

PROÁLCOOL = Programa Nacional do Alcool

SP = São Paulo

USP = Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 - A DINÂMICA TERRITORIAL E AS FORMAS ORGANIZACIONAIS DE PRODUÇÃO: PROPRIEDADE CAMPONESA VERSUS PROPRIEDADE CAPITALISTA.....	21
1.1 - A dinâmica territorial e as formas organizacionais da unidade camponesa de produção.....	21
1.2 - Os arranjos da propriedade capitalista de produção.....	29
1.3 - A dimensão dos conflitos territoriais no espaço agrário.....	36
1.4 - O espaço agrário brasileiro e a luta pela terra.....	40
2 - OS DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA CLASSE CAMPONESA NO CENÁRIO AGRÁRIO BRASILEIRO.....	45
2.1 - A questão agrária brasileira.....	45
2.2 - A concentração fundiária no Brasil.....	48
2.3 - Processos de ocupações e acampamentos no Brasil: formas de luta e resistência.....	52
2.4 - Violência e tensão no espaço agrário brasileiro.....	60
3 - A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO E A DINÂMICA PRODUTIVA DAS UNIDADES CAMPONESAS NO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO.....	69
3.1 - A dinâmica territorial do agronegócio cenário agrário brasileiro.....	69
3.2 - As estratégias de expansão do agronegócio no Brasil.....	72
3.3 - A dinâmica produtiva da agricultura familiar camponesa.....	82
3.4 - A propriedade camponesa frente à expansão do agronegócio no campo brasileiro.....	90
4 - A DINÂMICA AGRÁRIA NO MUNICÍPIO DE TUPI PAULISTA/SP E NO SEU ENTORNO REGIONAL.....	93
4.1 - O processo de formação sócioespacial da Microrregião Geográfica de Dracena.....	93

4.2 - A dinâmica territorial do Município de Tupi Paulista e do seu entorno regional.....	96
4.3 - A dinâmica produtiva da propriedade camponesa frente à expansão do agronegócio canavieiro.....	103
4.4 - A pequena propriedade camponesa e suas alternativas de reprodução.....	123
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 127
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	 130

INTRODUÇÃO

A partir das mudanças vinculadas a conjuntura econômica, política e social que vem ocorrendo no campo nas últimas décadas no Brasil, buscamos apresentar nesta pesquisa reflexões sobre a resistência camponesa frente à expansão da lógica capitalista de produção. No bojo deste cenário, é coerente analisarmos a concentração exacerbada da propriedade da terra, combinada com a expansão do agronegócio e a marginalização da agricultura familiar camponesa pelas políticas agrárias. Por meio desta análise, mostraremos as disputas territoriais, cuja recriação e resistência camponesa como produto dos movimentos sociais, podem ser destacadas como processo contraditório à expansão e consolidação do agronegócio sob a égide do sistema capitalista de produção.

Valendo-se deste diálogo, há que se considerar que os conflitos entre as classes e as divergências de interesses estão intimamente ligados à distinção das dimensões sociais e das relações de produção. Tal compreensão emerge ao apontarmos que a lógica camponesa se centra na tríade família, trabalho e terra¹, enquanto a lógica do agronegócio está centrada no lucro e na renda.

Com efeito, não há dúvidas que a consolidação do agronegócio significa a expansão da monocultura em grande escala destinada geralmente ao mercado externo, sob a égide dos latifundiários e das corporações empresariais transnacionais, baseado, sobretudo na produção de *commodities*. Frente a este processo, compreendido pela exclusão da agricultura familiar camponesa, configura-se o surgimento de uma série de movimentos sociais, impulsionados na luta pela terra e contra as oligarquias latifundiárias.

Neste sentido, busca-se compreender a dualidade de relações de produção que atuam em torno da questão agrária. De acordo com os parâmetros construídos a partir das abordagens apoiadas na expansão do agronegócio e nas muitas formas de lutas e resistência da classe camponesa, discutiremos sobre as conflitualidades

¹ Para uma melhor compreensão da tríade família, trabalho e terra, ver Woortmann, Klass. “Com Parente Não se Negueia”: o campesinato como ordem moral. In: Anuário Antropológico/87. Editora Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1990, p.11-73. Para Woortmann, terra, família e trabalho são, nas sociedades camponesas, categorias centrais e interdependentes, “nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família” (WOORTMANN, 1990, p.23).

e a disputa territorial inscritas no espaço geográfico pela lógica camponesa em oposição à lógica capitalista.

Para tanto, o tema proposto atenta para uma reflexão vinculada aos movimentos sociais que evidencia a luta pela terra de trabalho e o cumprimento das políticas de reforma agrária, com a finalidade de romper com as contradições das forças produtivas no campo, e consequentemente estabelecer o cumprimento da função social da terra e assegurar a soberania alimentar do país.

Dentro desta temática, como pesquisadores buscamos compreender os desafios enfrentados pelos camponeses enquanto classe social, considerando que a lógica do capital controla a propriedade da terra e os meios de produção, provocando consequentemente a monopolização do território.

Daí a importância de trazer para o debate acadêmico as inquietações e as perspectivas do campesinato frente à expansão e consolidação do agronegócio em todo o território brasileiro, na busca de apontarmos alternativas que assegure a viabilização da agricultura familiar camponesa na era da globalização neoliberal e da territorialização do capitalismo no campo.

Neste sentido a espacialização geográfica do agronegócio implica no desdobramento de diversas formas de luta pela terra desencadeada pela classe camponesa.

Desse modo, a discussão sobre a unidade camponesa de produção deve ser compreendida como a necessidade de entendermos a sua capacidade de resistência e (re)criação como modo de vida no interior da territorialização da economia capitalista. Neste sentido Shanin (2005, p.3) assinala que “[...] os camponeses, dão trabalho e problemas para os estudiosos e funcionários, que quebram a cabeça em torno ‘da questão do seu não-desaparecimento’”.

Dessa forma, ao nos apoiarmos nessa premissa podemos afirmar que a reprodução do campesinato é possível a partir dos elementos estruturais que caracterizam a unidade de produção econômica camponesa, fundamentada na força de trabalho familiar, nas práticas de ajuda mútua, no trabalho acessório do camponês, na força de trabalho assalariada, na socialização do camponês, na propriedade da terra, na propriedade dos meios de produção e na jornada de trabalho, conforme assegura José Vicente Tavares dos Santos em sua obra “Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital”.

Face aos elementos estruturais da produção camponesa, a sistemática subordinação do território aos ditames do capital se manifesta no processo de exploração e expropriação dos trabalhadores camponeses dos seus meios de produção, exceto de sua força de trabalho. Neste cenário, ao separar o trabalhador dos seus meios de produção, a sua força de trabalho é vendida ao capitalismo mediante um salário, que é determinado pela taxa de lucro do capital, conforme afirma Martins (1981). Deste modo, entende-se que as relações capitalistas de produção são baseadas na reprodução ampliada do capital.

Fruto de lógicas distintas de reprodução, capitalismo versus camponeses, o espaço agrário brasileiro tem sido palco de constantes conflitos de classe e disputas territoriais. Destarte, é de fundamental importância entendermos que o território é produto concreto da luta de classes, caracterizado pelo processo de formação dos movimentos camponeses para entrar e permanecer na terra de trabalho e pela sociedade capitalista que se constitui num processo desigual e contraditório de reprodução configurada na estratégia de concentração de poder, renda e lucro.

Assim, essa assimilação desigual e contraditória no campo inerentes as relações capitalistas de produção expressas, sobretudo pela expansão do agronegócio combinada com a concentração fundiária e produção de monocultura para exportação, gera em escalas ainda maiores, a pobreza, a miséria e a insegurança alimentar da sociedade.

Desse modo, os rearranjos espaciais e a reestruturação dos processos produtivos desencadeados pelo agronegócio, novo modelo de desenvolvimento econômico do capitalismo, que se traveste do discurso produtivista e desenvolvimentista e abandona a unidade camponesa de produção, desafiou-nos a ir além e desvendar os impactos sociais e produtivos materializados pelo capital sobre os camponeses.

Nessa configuração, definimos como objetivo da pesquisa analisar os desafios e perspectivas da agricultura familiar camponesa frente à expansão e territorialização do agronegócio no município de Tupi Paulista/SP e no seu entorno regional, onde o agronegócio canavieiro vem ganhando espaço com a instalação de cinco destilarias na região.

Neste contexto, buscamos compreender as formas organizacionais e produtivas das unidades camponesas de produção com os desdobramentos do agronegócio no espaço agrário brasileiro; identificar a capacidade de resistência e

de recriação do camponês como parte contraditória do processo de produção do capital; sintetizar os principais conflitos territoriais a partir da expansão e consolidação do agronegócio no cenário agrário; caracterizar os processos de ocupações e acampamentos no campo, como formas de luta e resistência camponesa no Brasil; e contribuir com a discussão sobre a questão agrária, garantindo a territorialização camponesa, a partir da criação e (re)criação das formas de reprodução, na perspectiva de uma Geografia que se preocupa com as questões sociais, políticas e econômicas.

Deste modo, a definição dos procedimentos metodológicos tem a função de desvendar a compreensão das disputas territoriais e das tensões presentes no campo, assim a abordagem teórica metodológica estabelece as bases para o entendimento da lógica da agricultura familiar camponesa e a especificidades do desenvolvimento capitalista no campo, sobre a conjuntura do agronegócio. Com efeito, o caminho metodológico, compreende uma pesquisa bibliográfica prévia no sentido de buscar a efetivação teórica do tema em questão, para tanto esta abordagem se apóia em Almeida (2003, 2006, 2008), Chayanov (1974, 1981), Fabrini (2006, 2008, 2010, 2011), Fernandes (1999, 2000, 2008, 2009), Martins (1980, 1981, 1994), Oliveira (1986, 1995, 1996, 2001, 2003, 2004, 2007, 2010), Shanin (2005, 2008).

Conseqüentemente serão necessários levantamentos de dados secundários e informações empíricas junto aos órgãos públicos de planejamento, como CPT (Comissão Pastoral da Terra), MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), Casa da Agricultura e Prefeitura dos municípios que compreende a microrregião de Dracena/SP.

Neste âmbito, a metodologia adotada apóia-se em referências que subsidiam a problemática levantada e os objetivos elencados a serem atingidos durante o desenvolvimento da pesquisa. Nessa perspectiva, preocupa-se em levantar questões referentes à luta pela terra e a resistência da agricultura camponesa no âmbito do processo capitalista de produção vinculado a expansão do agronegócio. É importante ressaltar que a Geografia como ciência contribui com pressupostos

teóricos e metodológicos, indispensáveis para a compreensão do espaço em sua totalidade.

Considerando o material analisado e reunido, a pesquisa foi estruturada em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, intitulado *A dinâmica territorial e as formas organizacionais de produção: propriedade camponesa versus propriedade capitalista*, foram analisados a dinâmica territorial e as formas organizacionais da unidade camponesa de produção fundamentada na tríade família, trabalho e terra, os arranjos da propriedade capitalista de produção sob o prisma da concentração ampliada do capital. No bojo deste cenário discutimos a dimensão dos conflitos territoriais no espaço agrário e a espacialização da luta pela terra no espaço agrário brasileiro.

No segundo capítulo, intitulado *Os desafios e perspectivas da classe camponesa no cenário agrário brasileiro*, buscou-se discutir a questão agrária brasileira assentada sobre dois territórios distintos, campesinato e agronegócio. Todavia, colocamos em evidência a concentração fundiária sob os rearranjos do capital monopolista. Nesse âmbito, na complexidade da estrutura fundiária brasileira combinada com a dinâmica produtiva do capital, os movimentos sociais na luta pela terra se organizam para garantir sua resistência e existência como classe peculiar sob as bases do trabalho familiar a partir dos processos de ocupações e acampamentos. Em respostas aos conflitos e disputas territoriais ficam evidentes as diversas formas de violência, culminando na barbárie do capital sobre o trabalhador camponês.

No terceiro capítulo, intitulado *A expansão do agronegócio e a dinâmica produtiva das unidades camponesas no espaço agrário brasileiro*, foi estudada a dinâmica territorial do agronegócio no cenário agrário brasileiro pautado na concentração fundiária sob a base da prática da monocultura agroexportadora. Neste contexto, buscamos compreender as estratégias de expansão do agronegócio e a dinâmica produtiva da agricultura familiar camponesa no cenário agrícola. Nessa conjuntura destacamos as estratégias da propriedade camponesa frente à expansão do agronegócio no campo brasileiro.

No quarto capítulo, intitulado *A dinâmica agrária no município de Tupi Paulista/SP e no seu entorno regional*, tratamos do levantamento histórico do processo de formação sócioespacial da Microrregião Geográfica de Dracena, onde

estão localizados os municípios delimitados para realização da pesquisa. Consequentemente abordamos a dinâmica territorial e produtiva da propriedade camponesa frente à expansão do agronegócio canavieiro no Município de Tupi Paulista e no seu entorno regional. Nesta esfera procuramos apontar alternativas para a pequena propriedade camponesa continuar produzindo alimentos essenciais para a soberania alimentar do país.

Nas considerações finais apontamos os desafios e perspectivas da agricultura familiar camponesa frente à expansão e territorialização do agronegócio no espaço agrário brasileiro e consequentemente, no município de Tupi Paulista/SP e no seu entorno regional.

CAPÍTULO 1

A DINÂMICA TERRITORIAL E AS FORMAS ORGANIZACIONAIS DE PRODUÇÃO: PROPRIEDADE CAMPONESA VERSUS PROPRIEDADE CAPITALISTA

1.1- A dinâmica territorial e as formas organizacionais da unidade camponesa de produção

Discutir a unidade camponesa de produção deve ser compreendido como a necessidade de entendermos a sua capacidade de resistência e (re) criação no interior da territorialização da economia capitalista.

Dentro dessa lógica, Shanin (2008) afirma que a permanência do camponês no desenvolvimento inexorável do sistema capitalista se deve ao conjunto de soluções eficazes por ele adotadas. “As soluções encontradas para o problema de como permanecer camponês e assegurar a subsistência da família costumam ser muito flexíveis, inerentes e criativas” (SHANIN, 2008, p.25).

Desse modo, sujeitos de uma sociedade desigual e contraditória, os camponeses, baseados na força do trabalho familiar, garantem sua capacidade de reprodução, opondo-se, assim, à teoria do seu desaparecimento enquanto classe.

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E, no centro dessas particularidades camponesas, está a natureza da economia familiar. (SHANIN, 2008, p. 25-26)

De forma geral, é na terra de trabalho que o camponês se organiza enquanto unidade de produção familiar e cumpre a função social da terra, não sujeitando a renda da terra ao capital. Neste sentido, ressaltamos a colocação de Almeida (2006), na lógica organizativa da unidade camponesa de produção, fundamentada na tríade família, trabalho e terra.

Família, trabalho e terra são categorias centrais do mundo camponês, basicamente porque uma não tem sentido sem a outra, e mais, delas é que os valores como a moral, a liberdade, a comida, a

autonomia extraem seu sentido e dão ao campesinato uma sociabilidade completa. (ALMEIDA, 2006, p.24)

Neste contexto, Alexander V. Chayanov, em sua obra *La organización de la unidad económica campesina* (1974), com base na economia da produção familiar russa, impunha a necessidade de analisar a organização social e econômica das unidades camponesas. Nesse sentido, vejamos as considerações de Amin e Vergopoulos (1977) sobre a visão de Chayanov acerca do jeito camponês de fazer agricultura:

Chayanov parte da análise de um modo de produção camponês, não-capitalista, cujas unidades elementares são constituídas por famílias de camponeses trabalhadores, proprietários do solo, e cujo produto é destinado, principalmente, à auto-subsistência da família, estando comercializada apenas uma fração deste [...] A unidade elementar é, ao mesmo tempo, unidade de produção e de consumo [...] é um modo de existência, de vida, quanto um modo de produzir. (AMIN; VERGOPOULOS, 1977, p.27, grifo do autor)

Em síntese, a unidade camponesa de produção, enquanto classe social e modo de vida têm como função básica garantir a reprodução como meio de subsistência familiar e não como forma produtiva e mercadológica do capital. No centro desta análise, Chayanov (1981) afirma que a unidade camponesa de produção produz para o consumo familiar, opondo-se, assim, à lógica capitalista de produção.

Com efeito, o camponês ou artesão que dirige sua empresa sem trabalho pago recebe, como resultado de um ano de trabalho, uma quantidade de produtos que, depois de trocada no mercado, representa o produto bruto de sua unidade econômica. Deste produto bruto devemos deduzir uma soma correspondente ao dispêndio material necessário no transcurso do ano; resta-nos então o acréscimo em valor dos bens materiais que a família adquiriu com seu trabalho durante o ano ou, para dizê-lo de outra maneira, o *produto de seu trabalho*. Este produto do trabalho familiar é a única categoria de renda possível, para uma unidade de trabalho familiar camponesa ou artesanal, pois não existe maneira de decompô-la analítica ou objetivamente. (CHAYANOV, 1981, p.138)

De forma geral, Chayanov coloca como elemento fundamental na unidade camponesa de produção o núcleo familiar, onde “[...] a família, equipada com meios de produção, emprega sua força de trabalho no cultivo da terra, e recebe como

resultado de um ano de trabalho certa quantidade de bens” (CHAYANOV, 1981, p.137).

Desta feita, buscando compreender a racionalidade camponesa e diferenciá-la da economia capitalista, Chayanov coloca como elemento fundamental para compreendermos a questão camponesa a teoria do balanço entre trabalho e consumo, como princípio para alcançar o equilíbrio interno nas unidades camponesas de produção. Ou seja, o volume da produção camponesa deve ser feito em conformidade com o número de consumidores e, de nenhuma maneira, com o número de trabalhadores.

[...] el trabajador campesino estimulado al trabajo por las necesidades de su familia desarrolla *mayor energía* al aumentar la presión de estas necesidades. La medida de la autoexploración depende en mayor grado del consumo de su familia. La influencia de las necesidades de consumo se ejerce en este caso con tanta fuerza que en una serie de zonas el trabajador, bajo la presión de crecientes necesidades de consumo, desarrolla su producción en estricta concordancia con el número creciente de consumidores. El volumen de la actividad de la familia depende totalmente del número de consumidores y de ninguna manera del número de trabajadores. (CHAYANOV, 1974, p.80-81, grifo do autor)

A implicação do balanço trabalho-consumo deve ser apreendida como forma de diferenciar a unidade camponesa da lógica capitalista de produção. Segundo Almeida (2006), alicerçado nesta teoria do balanço trabalho-consumo, Chayanov procura desvendar o cálculo camponês e diferenciá-lo do comportamento capitalista, propondo a permanência camponesa de forma insular à lógica capitalista de produção associada ao princípio da acumulação de capital.

Assim sendo, podemos afirmar que, nas especificidades das unidades de produção camponesa, “os membros da família e o modo familiar básico de bem-estar econômico estão envolvidos de forma particular num sistema de uso do trabalho que não é trabalho assalariado, mas trabalho familiar” (SHANIN, 2008, p.27).

Neste sentido, a compreensão da produção camponesa é possível a partir da análise dos elementos estruturais que caracterizam a unidade de produção econômica camponesa. Assim, vamos ao encontro do trabalho de José Vicente Tavares dos Santos, em sua obra “Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital”, que nos oferece o entendimento do conjunto dos

elementos estruturais fundamentais para a produção camponesa. Neste âmbito, os elementos estruturais, a saber, compreendem: a força de trabalho familiar, as práticas de ajuda mútua, o trabalho acessório do camponês, a força de trabalho assalariada, a socialização do camponês, a propriedade da terra, a propriedade dos meios de produção e a jornada de trabalho.

Desta feita, o estudo dos elementos da produção camponesa implica a necessidade de verificarmos a importância de cada elemento no contexto da produção e reprodução da unidade camponesa. Neste consenso, Santos (1984) destaca que, servindo-nos destes elementos, é essencial iniciarmos a análise a partir da força de trabalho familiar, eixo fundamental para a reprodução camponesa. Assim:

Na unidade produtiva camponesa, a força de trabalho é utilizada segundo seu valor de uso, pois é como atividade orientada de transformação de objetos que a capacidade de trabalho de cada membro possui significado para a família. Não se realiza a separação do trabalho da pessoa do trabalhador nem a conseqüente conversão da força de trabalho em mercadoria. Cada pessoa da família camponesa desempenha um trabalho útil e concreto, segundo o momento e a necessidade. [...] Nesse sentido, a família camponesa transforma-se em um trabalhador coletivo. (SANTOS, 1984, p. 33-34)

Assim, cumpre salientar que a força de trabalho familiar camponês implica a sua produção e reprodução, pois é desse modo que o camponês extrai da terra o alimento e valores tradicionais considerados essenciais para sua resistência e (re) criação como classe. Neste sentido, Oliveira (1996, p.55) destaca que a força de trabalho familiar “é o motor do processo de trabalho na produção camponesa”.

Com efeito, as práticas de ajuda mútua são fundamentais no interior da unidade camponesa, pois consiste no esforço comunitário entre vizinhos ou parentes para ajudar nas tarefas que não podem ser realizadas somente pela força do trabalho familiar, não havendo qualquer pagamento monetário entre eles. Partindo deste princípio, Santos (1984, p.36) afirma que as práticas de ajuda mútua aparecem como:

[...] uma necessidade de força de trabalho que o camponês não pode suprir apenas com o trabalho familiar, e tampouco com o assalariado, pois seus rendimentos monetários não permitem pagar trabalhadores continuamente. Desta forma, as práticas de ajuda mútua são fundamentais para reproduzir o processo de trabalho na unidade produtiva camponesa [...].

Dentro dessa lógica, o trabalho acessório, caracterizado por um período onde o camponês transforma-se em trabalhador assalariado, constitui uma fonte de renda suplementar na unidade camponesa, assim, notemos que o trabalho acessório não adquire sentido de proletarização. Cumpre salientar que, para Oliveira (1996, p. 57, grifo do autor), através do trabalho acessório:

[...] o camponês pode se transformar periodicamente em *trabalhador assalariado*, recebendo *salário* por período de trabalho. *Essa transformação periódica constitui-se em fonte de renda monetária que suplementa o rendimento com as culturas em suas propriedades.*

Outrossim, dentro da unidade camponesa podemos verificar a contratação de força de trabalho assalariada, no entanto, como bem destaca Santos (1984), é necessário explicar este fenômeno, a fim de não se negar as características próprias do campesinato. Neste âmbito, a força de trabalho assalariada ocorre em momentos críticos do ciclo agrícola, onde a força de trabalho familiar não é suficiente para realizar as tarefas que exigem rapidez.

Da parte do camponês que utiliza trabalho assalariado, a finalidade de sua produção é vender um produto para comprar outros que satisfaçam as necessidades de sua família. Em conseqüência, a soma de dinheiro que obtém com a venda de seu produto não se capitaliza, pois o produto excedente não é consumido produtivamente, mas destina-se ao consumo individual da família camponesa. Resulta desse processo que na unidade produtiva camponesa não se constitui o capital que depende da mais-valia gerada pela força de trabalho assalariada para se reproduzir em escala ampliada. Em outros termos, não se verifica o desenvolvimento do capital enquanto relação social entre as pessoas envolvidas no processo de trabalho camponês. Ao contrário, a forma salário ocorre no interior da produção camponesa em função do ciclo de existência da família. Nesse sentido, a soma de dinheiro gasta no pagamento de salários aparece como redução do rendimento familiar. [...] Da parte do trabalhador assalariado, verifica-se que não é um trabalhador expropriado dos meios de vida e produção, que possuísse apenas a força de trabalho. Ao contrário, é um camponês, proprietário dos meios de vida e produção, vivendo a condição de trabalho acessório, nos momentos em que a amplitude da família o permite. (SANTOS, 1984, p. 43-44)

Nesta trajetória, outro elemento importante para a produção camponesa é a socialização do camponês, consubstanciada pelo processo de socialização das

crianças e determinado pela divisão social do trabalho no interior da unidade camponesa. Para Oliveira (2007, p. 41, grifo do autor)

A socialização do camponês - é importante elemento da produção camponesa, pois é através dela que as crianças são iniciadas, desde pequenas, como personagens da divisão social do trabalho no interior da unidade produtiva; quando criança camponesa é pequena, brinca com miniaturas dos instrumentos de trabalho; quando é criança crescida, já trabalha com esses instrumentos.

Soma-se, ainda, em relação aos elementos estruturais da produção camponesa, a propriedade da terra, onde, para o camponês, a terra é instrumento de trabalho e não instrumento de exploração. Corroborando com esta análise, Oliveira (2007, p. 41, grifo do autor) discorre:

[...] a propriedade da terra - é, na unidade camponesa, propriedade familiar, privada para muitos, porém diversa da propriedade privada capitalista (a que serve para explorar o trabalho alheio); na propriedade familiar se está diante da propriedade direta de instrumentos de trabalho que pertencem ao próprio trabalhador, é terra de trabalho, é propriedade do trabalhador, não é, portanto, instrumento de exploração [...]

Diante deste contexto, salientamos que, para o camponês, a propriedade da terra representa sua autonomia, uma vez que ele preserva seus valores tradicionais, hábitos e costumes, e cuja reprodução é regulada pela força de trabalho familiar, garantindo, assim, sua existência e permanência no mundo capitalista como classe. Para Santos (1984), a terra é o meio de produção fundamental para o camponês.

Assim, baseado na propriedade da terra, outro elemento fundamental à produção camponesa é a propriedade dos meios de produção. Para Oliveira (1996, p. 63):

Além da propriedade da terra, outro elemento da produção camponesa é a propriedade dos meios de produção, que na sua maioria são adquiridos, portanto, são mercadorias. Uma parte desses meios é produzida pelos próprios camponeses, não assumindo assim a forma mercadoria. É com relação ao acesso a essas mercadorias, meios de produção, que o camponês trava relação com o capital.

Cumprе salientar que a autonomia do camponês sobre os seus meios de produção lhe permite assegurar o seu bem-estar e a contínua luta pela sua

resistência e (re) criação no interior da lógica capitalista de produção. Entretanto, separando-se o camponês dos seus meios de produção, ele se torna um proletariado por sua sujeição ao capital, personificado na venda de sua força de trabalho ao capitalismo. É nesse sentido que Oliveira (2007, p. 36) escreve:

As relações capitalistas de produção são relações baseadas no processo de separação dos trabalhadores dos meios de produção, ou seja, os trabalhadores devem aparecer no mercado como trabalhadores livres de toda a propriedade, exceto de sua própria força de trabalho.

Assim, o controle dos meios de produção na propriedade familiar assegura a produção e a reprodução da classe camponesa como processo contraditório ao sistema capitalista de produção.

Em vista da especificidade camponesa, a jornada de trabalho é outro elemento que faz parte da produção camponesa, considerando que não há uma rigidez em se tratando do horário diário de trabalho, tal qual no modo capitalista de produção; assim, o camponês é livre para desenvolver o seu tempo de trabalho. Neste sentido, Oliveira (2007, p. 41-42) faz a seguinte afirmação:

[...] a *jornada de trabalho* - é outro elemento da produção camponesa a ser distinguido, pois nesse caso não há rigidez de horário diário, como na produção capitalista; a jornada de trabalho do camponês varia conforme a época do ano e segundo os produtos cultivados; assim, combinam-se períodos de pouco trabalho (muito tempo livre, quando então o camponês pode desempenhar um trabalho acessório ou produzir instrumentos de trabalho) e períodos de trabalho intenso (quando muitas vezes nem mesmo o nascer e o pôr-do-sol são limites naturais da jornada de trabalho).

Desta forma, as estratégias e os elementos compatíveis com o processo da produção camponesa reforçam a resistência e a permanência do pequeno produtor familiar camponês nas entranhas do desenvolvimento inexorável do capitalismo.

Essa é a razão pela qual a unidade produtiva camponesa permite seu fortalecimento como classe frente aos efeitos perversos do capital no campo, pois “sabe-se bem que a sobrevivência é o limite para a produção camponesa no campo, e não o lucro médio” (OLIVEIRA, 2007, p. 40).

Como vemos, a produção camponesa faz-se no interior da família, assegurando a soberania alimentar, ou seja, não está centrada no lucro ou na

acumulação de capital. Dessa forma, a circulação de mercadoria da produção camponesa difere da circulação da mercadoria capitalista, pois o camponês define o seu movimento de forma simples: produz sua mercadoria e a converte em dinheiro que irá ser consumido pela compra de outra mercadoria ($M - D - M$), enquanto que, na lógica da produção capitalista, o movimento está expresso na fórmula $D - M - D'$, ou seja, o dinheiro é investido na produção de mercadorias, e através da venda desta mercadoria, obtém-se uma quantia ampliada de dinheiro.

No trabalho camponês, uma parte da produção agrícola entra no consumo direto do produtor, do camponês, como meio de subsistência imediata, e a outra parte, o excedente, sob a forma de mercadoria, é comercializada. Por isso é mister a distinção entre a produção camponesa e a produção capitalista. Na produção capitalista, ocorre o movimento de circulação do capital expresso nas fórmulas: $D - M - D$ na sua versão simples, e $D - M - D'$ na sua versão ampliada. Já na produção camponesa, se está diante da seguinte fórmula $M - D - M$, ou seja, a forma simples de circulação das mercadorias, onde a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com a finalidade de se poder obter os meios para adquirir outras mercadorias igualmente necessárias à satisfação de necessidades. É pois, um movimento do vender para comprar. (OLIVEIRA, 2007, p. 40)

Assim, cumpre destacar que o trabalhador camponês, no processo de produção e comercialização dos seus produtos, busca satisfazer suas necessidades mais básicas, destacando a alimentação e o bem-estar da sua família. Nessa perspectiva, esse fator impõe ao camponês uma luta obstinada pela conquista e permanência no seu principal instrumento de trabalho, a terra.

É desse modo que iremos deparar no espaço agrário com lógicas distintas e conflitivas a respeito da propriedade da terra, isto é, terras de trabalho, controladas pelo trabalho familiar camponês e terras de negócio, poder e exploração, sob o modo capitalista de produção. Por conseguinte, José de Souza Martins (1989) faz a seguinte interpretação:

Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em *terra de negócio*, em *terra de exploração* do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em *terra de trabalho*. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro. (MARTINS, 1980, p.60, grifo do autor)

Neste sentido, é essa dualidade terra de trabalho versus terra de negócio que nos impõe a necessidade de compreender e entender a lógica da exploração, expropriação e exclusão do camponês no processo de espacialização e territorialização do modo capitalista de produção sob os moldes econômico do agronegócio. Dessa forma, Almeida (2008), ao fazer uma distinção entre campesinato e agronegócio, parte do pressuposto de que:

Grosso modo, podemos dizer que a lógica camponesa se centra na tríade família, trabalho e terra, enquanto a lógica do agronegócio no lucro e na renda. Daí o conflito permanente gerando um campo em disputa e cabe à sociedade saber de que lado vai ficar. (ALMEIDA, 2008, p. 309)

Com efeito, as reflexões sobre os conflitos agrários, aliados, sobretudo, ao reordenamento territorial e produtivo do agronegócio, desafiaram-nos a compreender a dinâmica do capital e seus desdobramentos no campo.

1.2- Os arranjos da propriedade capitalista de produção

É imprescindível, diante das profundas mudanças econômicas, políticas e sociais em curso no cenário agrícola brasileiro, entendermos os impactos do capital na lógica organizativa de produção e de trabalho, que, por hora, afetam diretamente as unidades camponesas de produção.

Assim, conforme assevera Thomaz Júnior (2009), no seio das transformações eminentes da sociedade “sob a vigência do capitalismo, o exercício do controle social do capital sobre toda a sociedade e particularmente sobre o trabalho enraíza instrumentos de controle, coação, cooptação, sujeição, subordinação, dominação (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p. 119).

É, pois, nessa forma de controle do capital sobre o mundo do trabalho e do processo de produção, que as relações capitalistas de produção monopolizam o território. Essa subordinação do território ao capital é imprescindível para compreendermos a apropriação e o controle que o capitalismo exerce sobre os meios de produção dos trabalhadores. Neste contexto, Oliveira (1986), ao discutir sobre as relações capitalistas de produção, salienta que os trabalhadores devem aparecer no mercado livres de toda propriedade, exceto de sua força de trabalho. Vejamos:

As relações capitalistas de produção são relações baseadas no processo de separação dos trabalhadores dos meios de produção, ou seja, os trabalhadores devem aparecer no mercado como trabalhadores livres de toda a propriedade, exceto de sua própria força de trabalho.

Devem estar livres de todos os meios de produção. Esse processo, chamado pela ideologia capitalista de liberdade, assenta no processo de expropriação dos meios de produção dos trabalhadores [...]. (OLIVEIRA, 1986, p.59-60)

Desprovido dos meios de produção, o trabalhador fica sujeito às relações capitalistas de produção, e sua força de trabalho é uma mercadoria primordial e especial, posto a geração ampliada de riqueza. Nesta compreensão, Oliveira (1986, p.61) adverte que “para o capitalista, a compra dessa força de trabalho é a compra de uma mercadoria especial, pois é a única capaz de criar outras mercadorias, ou seja, a única que cria mais valor do que aquele que ela própria contém”.

Desse modo, a separação do trabalhador dos seus meios de produção resulta na venda de sua força de trabalho sob forma de salário, pago pelos capitalistas. Assim, nas palavras de Martins (1981, p. 152-153):

Os trabalhadores expropriados são livres para vender o que lhes resta, a sua força de trabalho, a quem precise comprá-la, quem tem as ferramentas e os materiais, mas não tem o trabalho. São iguais ao capitalista, ao patrão, no sentido de que um vende e o outro compra força de trabalho, um trabalha e o outro paga um salário pelo trabalho.

No entanto, sabe-se que as relações capitalistas de produção são caracterizadas pela acumulação de capital vinculado à produção de mais-valia, ou seja, o trabalho excedente não pago ao trabalhador. Assim, no âmago desse processo de troca entre o trabalhador e o capitalista, o salário pago é apenas uma parte do valor produzido, determinado, sobretudo, pela taxa de lucro do capital. Desta maneira, Martins (1981, p. 153-154) afirma:

[...] a força de trabalho do trabalhador tem que ser trocada pelo salário pago pelo patrão. O patrão converte uma parte do seu capital em salário para pagar a força de trabalho do trabalhador. Assim, o trabalhador é apropriado pelo capital; é como se fosse uma força do capital e não do trabalhador. O capitalismo compra a força de trabalho porque ela lhe tem utilidade: a força de trabalho é a única dentre todas as mercadorias que pode criar mais valor do que aquele que ela contém. [...] o valor da força de trabalho é medido pela parte do valor, da riqueza, criado pelo trabalhador com seu trabalho que a ele retorna por intermédio do capitalismo, sob forma de salário [...].

O salário não é determinado pela pessoa e pela vontade particular do capitalista individual. O salário é determinado pela taxa de lucro do capital e essa taxa de lucro é determinada socialmente.

Considerando as relações de produção no interior do capitalismo, gerenciadas pela compra da força de trabalho sob forma de salário, Marx identifica, na tríade assalariados, capitalistas e proprietários de terras, as três grandes classes da sociedade moderna, baseadas no modo capitalista de produção:

Os proprietários de mera força de trabalho, os de capital e os de terra, os que têm por fonte de receita, respectivamente, salário, lucro e renda fundiária, em suma, os assalariados, os capitalistas e os proprietários de terras, constituem as três grandes classes da sociedade moderna baseada no modo capitalista de produção. (MARX, 1991, p.1012)

Podemos observar que Marx não coloca o camponês entre as grandes classes da sociedade moderna do modo capitalista de produção, entretanto, Almeida (2006, p.97-98, grifo do autor) aponta para o entendimento de que:

[...] Marx não coloca o campesinato como uma das classes fundamentais do modo de produção capitalista porque sua construção de classe fundamental passa primeiramente pela busca da identidade “pura” entre remuneração e sua fonte, por exemplo: a classe dos assalariados vive do salário que provém do seu trabalho; a classe dos capitalistas vive do lucro, fruto da exploração do trabalho; e, a classe dos proprietários da terra vive da renda paga pela sociedade derivada da propriedade fundiária.

Desse modo, é preciso advertir que, na unidade camponesa de produção, o trabalhador não é assalariado e dispõe da força de trabalho e dos meios de produção. Por essa razão, as práticas peculiares de produção que cercam a classe camponesa asseguram a sua reprodução e diferenciam-na das demais classes.

Assim, as diferentes classes e modos de produção no campo implicam constantes conflitos, expressos a partir da propriedade da terra e da monopolização do território por parte do capital, as quais garantem a subordinação do trabalho e da renda da terra. Como evidencia Almeida (2006, p.340, grifo da autora), “[...] é preciso admitir que a propriedade da terra no capitalismo é mais que um instrumento de produção, é uma *relação social* que se fundamenta na extração da renda da terra, na transformação da terra em mercadoria.”

Neste âmbito, a renda da terra consiste na propriedade privada da terra e na monopolização dos meios de produção; dessa feita, os interesses capitalistas sobrepõem ao trabalho humano.

Cabe destacar que a renda da terra é o lucro extraordinário obtido acima do lucro médio, fruto da extração do trabalho excedente que o trabalhador dá ao capitalista, em forma de mais-valia. Nesse sentido, Oliveira (2007, p. 43, grifo do autor) esclarece:

A renda da terra é uma categoria especial na Economia Política, porque ela é um lucro extraordinário, suplementar, permanente, que ocorre tanto no campo como na cidade. O lucro extraordinário é a fração apropriada pelo capitalista acima do lucro médio. [...]

A renda da terra é também denominada renda territorial ou renda fundiária. Como ela é um lucro extraordinário permanente, ela é, portanto, produto do trabalho excedente. Esclarecendo melhor, o trabalho excedente é a parcela do processo de trabalho que o trabalhador dá ao capitalista, além do trabalho necessário para adquirir os meios necessários à sua subsistência.

Assim, a renda da terra é uma fração da mais-valia, ou seja, é, mais precisamente, **componente particular e específico da mais-valia**.

Entretanto, é necessário compreendermos que a terra não é produto de trabalho e que, portanto, não tem valor como as demais mercadorias, mas é usada pelo capitalismo como um instrumento fundamental para a produção do capital através da transformação da mesma em mercadoria. De maneira geral, a compra da terra no modo capitalista é compra antecipada de renda, haja vista que a terra não gera lucro e sim renda. Nesse caso, Oliveira (2007, p.66) considera que:

[...] sob o capitalismo, a compra da terra é compra de renda antecipada [...] Assim, a concentração da terra aumenta o poder de extração da fração da mais-valia social sem participar do processo produtivo, apenas por haver proprietários privados da terra.

Nesta direção, sobretudo no campo, a terra passa a ser terra de negócio e representa a expansão do capital, combinada com relações de poder e hegemonia. Considerando a formação da atual questão agrária brasileira, condicionantes políticos e econômicos foram associados no interior do processo de territorialização do capital através do discurso da modernização e do desenvolvimento do campo, pautado no modelo produtivo e organizacional do agronegócio. Para Teubal (2008, p140, grifo do autor):

Trata-se de um modelo cujo modo de funcionamento global, com predomínio de capital financeiro, orienta-se, em grande parte, rumo a uma especialização crescente em determinadas *commodities* orientadas para o mercado externo e com uma tendência à concentração em grandes unidades de exploração. Denominamos este modelo de agronegócio.

Nesta conjuntura, convém salientar a territorialização de uma nova modalidade de produção associada ao capital monopolista no contexto agrário, tendo como eixo principal a intensificação da exploração da terra e da mão de obra do trabalhador. Essas mudanças implantadas no modelo agrícola brasileiro, desencadeadas a partir da década de 1970 sob um conjunto de investimentos e inovação tecnológica, têm gerado profundas mudanças no uso da terra, sobretudo pela expansão da escala de produção e internacionalização do capital. Todavia, é preciso colocar em evidência as mazelas sobre as quais este modelo de produção, denominado agronegócio, foi propagado no campo. Neste âmbito, Thomaz Júnior (2009, p.168) é categórico quando afirma:

Fundado no desrespeito à biodiversidade, na destruição do meio ambiente, na deturpação dos preços, mediatizada pelos mecanismos especulativos e concentracionistas, na sabotagem das políticas de reforma agrária, o que se tem em consequência não somente a intensificação dos indicadores sociais abordados anteriormente, mas, simultaneamente, a desmobilização da sociedade, dos trabalhadores, dos movimentos sociais, como forma de eliminar os focos de resistência.

Assim, atentamos para um modelo agrícola que prioriza a monocultura, o latifúndio e o capital, materializado sob a forma da mais-valia a partir da exploração da terra e da mão de obra, responsável pela expropriação e exploração do camponês. Faz-se importante ressaltarmos que a acumulação do capital faz do agronegócio um modelo indissociável ao latifúndio, e que estes atuam conjuntamente no campo brasileiro.

O agronegócio não é novo, seu ideário é fruto da Revolução verde ou modernização da Agricultura como alguns denominam. O novo aí, se podemos chamar de novo, é que ele agora aparece como uma categoria homogeneizadora. Com isso o latifúndio perde o foco, este que num passado recente era no imaginário nacional uma espécie de *persona non grata* [...]. O problema é que nesta pseudo transformação em borboleta, acaba-se por produzir uma espécie de blindagem do latifúndio esquecendo que o agronegócio, na essência, não difere deste, logo que sua base de sustentação continua sendo rentista, pois o orgulho da nação [...] se nutre de violência, de super

exploração do trabalho, fundo público, para assim se colocar como eficiente economicamente a partir da aliança terra-capital. (ALMEIDA, 2008, p. 309, grifo do autor)

Desse modo, a aquisição e o uso de inovações tecnológicas, a monocultura e a produção em alta escala voltada para a exportação e o intenso investimento de capital estrangeiro, assentado sobre a concentração da propriedade da terra, são elementos que dão sustentação à crescente expansão e consolidação do agronegócio no Brasil. No discurso ideológico das elites capitalistas, o agronegócio é um modelo que faz prosperar a agricultura brasileira, pois é responsável pelo crescimento econômico, pela geração de empregos e produção de alimentos.

Portanto, ao contrário do que a ideologia do desenvolvimento apregoa, podemos chamar atenção para os malefícios do agronegócio. Segundo Fabrini (2008, p.36), “se por um lado, o agronegócio é entendido como grande propriedade rural produtiva, por outro, é responsável pela pobreza, miséria, degradação ambiental, violências, dentre outras mazelas e barbáries”.

Estamos, pois, diante de um modelo de produção formado a partir da territorialização do capital, que controla e monopoliza a produção agrícola, visando a uma maior produtividade e lucratividade. Por conseguinte, o funcionamento do modelo de produção do agronegócio é regulado pela superexploração do trabalho, trabalho análogo à escravidão, desrespeito às normas e legislação ambiental em vigor, tudo combinado com a acumulação ampliada do capital.

Dessa forma, levando em consideração as consequências negativas em decorrência da expansão e das grandes transformações no campo provocadas pelo agronegócio e calcadas na monopolização da terra e do poder, salientamos que a soberania alimentar, que tem como meta satisfazer as necessidades básicas de uma população, está sendo ameaçada pelo capital agroindustrial de caráter altamente exportador. Neste embate, Porto-Gonçalves (2006) adverte sobre as consequências deste novo modelo agrícola, denominado agronegócio:

No Brasil, o desenvolvimento do novo modelo agrário/agrícola também mostra o mesmo sentido ao apontar para um modelo onde o monocultivo acentua a dependência do agricultor diante do complexo industrial-financeiro altamente oligopolizado e, com isso, aumenta a insegurança alimentar, tanto dos agricultores e suas famílias como do país como um todo. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 222-223)

Nesse embate, torna-se necessário a luta pela reforma agrária e por políticas governamentais que permitam a entrada e a permanência do camponês na terra de trabalho, potencializando, assim, sua resistência às oligarquias do agronegócio e à globalização neoliberal do capital. Em contraposição ao modelo agrícola capitalista de caráter altamente concentrador, explorador e excludente, o camponês, mediante a utilização da mão-de-obra familiar, prima pela produção diversificada em pequena escala, resgatando a biodiversidade e assegurando a soberania alimentar. Neste horizonte, Thomaz Júnior (2009) assegura que a soberania alimentar tem em sua definição resolver a chaga da fome.

A soberania alimentar também tem, em sua definição, os desafios de viabilizar ações práticas para enfrentar a fome, a pobreza e a miséria, não na perspectiva da segurança alimentar que pressupõe, via de regra, alternativas mercadológicas e manutenção de estoques reguladores para fazer o *jogo* do mercado, mas para resolver a chaga da fome. (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p. 168)

Diante da atual dinâmica produtiva, que privilegia o modelo concentrador, agroexportador e excludente no campo, a espacialização e a territorialização dos movimentos camponeses que lutam pela terra e contra a expansão desordenada do capital na agricultura é determinante para a realização da reforma agrária, bem como a democratização dos meios de produção e a reinserção do trabalhador na terra de trabalho. Logo, Martins (1981, p.177) afirma que “já não há como fazer para que a luta pela terra não seja uma luta contra o capital, contra a expropriação e a exploração que estão na sua essência”.

Assim a luta pela terra, como símbolo de resistência e (re) criação da unidade camponesa de produção, representa em sua forma mais intensa o fim da exclusão social no campo, que sobrevive há cinco séculos.

Desta forma, a luta pela reforma agrária não passa apenas pela distribuição de terras, vai além... vai em direção da construção de novas formas de organização social que possibilitam a (re)conquista da terra de trabalho – a propriedade familiar. Vai em direção à (re)construção da propriedade coletiva dos meios de produção, e, mais importante ainda, vai em direção à construção de novas experiências realizadas cotidianamente pelos trabalhadores rurais no movimento de luta pela terra. (FERNANDES, 1999a, p. 53)

Deste modo, devemos enfatizar que a luta cotidiana do camponês pela terra há cinco séculos é a forma de garantir sua permanência como classe peculiar e

resistir à expropriação produzida continuamente pelo sistema capitalista. Assim, a luta e a resistência do camponês devem ser consideradas uma lição admirável em todos os períodos da história, pois estes resistem a todas as formas de conflitos que permeiam o cenário agrícola com um único objetivo: romper com a ditadura e o poder do capital que perduram no campo brasileiro.

Quiçá, com isso, a sociedade entenda que não existe apenas um estilo de vida *par a passo* com a economia de mercado, onde as pessoas comprem a comida e os bens de que necessitam. Há outro: o secular modo de vida camponês que tem perpassado modos de produção, construindo e reconstruindo sua existência social vinculada à indissociabilidade da terra, do trabalho e da família, bem como da economia camponesa que a sustenta. (PAULINO, ALMEIDA, 2010, p. 97-98, grifo do autor)

Assim, a concepção de diferentes maneiras de organização e produção no campo, escancaradas sobre o modo de vida camponês versus modo capitalista de produção, configura na formação de diferentes territórios, marcados por constantes conflitos entre camponês e, atualmente, agronegócio. Neste sentido, Fabrini (2011) adverte que, a partir das contradições sociais, o território passa a ser interpretado como modo de luta e resistência camponesa à subordinação e dominação capitalista.

[...] o território formado a partir das contradições sociais se constitui numa força capaz de potencializar a resistência camponesa à ordem dominante, imposição de oligarquias, opressão e poder das forças mercadológicas. Nesse sentido, o território pode ser interpretado como resistência e possibilidade de ampliação das lutas contra esquemas de dominação e subordinação engendrados na sociedade capitalista. (FABRINI, 2011, p. 102)

Com isso, os conflitos territoriais, compreendidos a partir das relações de poder do capital e do processo de luta e resistência camponesa, produzem territórios com modelos distintos de desenvolvimento. Assim, faz-se necessário compreender os territórios materializados por processos conflituosos entre os movimentos camponeses e o processo produtivo do agronegócio.

1.3- A dimensão dos conflitos territoriais no espaço agrário

A territorialização do agronegócio no espaço agrário consubstanciado à lógica da reprodução capitalista tem provocado uma série de mudanças sociais, ambientais

e espaciais no território brasileiro. Assim, a apropriação e a monopolização do território pelo capital têm provocado a desterritorialização do camponês; em face do exposto, disputas territoriais têm-se intensificado entre o agronegócio e o campesinato.

No bojo deste cenário, para entender os diferentes territórios formados no espaço, faz-se necessário e essencial analisar o conceito de território. Neste sentido, Souza (1995, p. 78, grifo do autor) enfatiza que “o *território*, [...] é fundamentalmente um *espaço definido e delimitado por e a partir de relação de poder*”.

Nesse campo delimitado por relações de poder, é fundamental entendermos a produção do território dentro da concepção de Raffestin (1993, p. 7-8, grifo do autor):

O território [...] não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há portanto um ‘processo’ do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder, que se traduzem por malhas, redes e centralidades cuja permanência é variável mas que constituem invariáveis na qualidade de categorias obrigatórias.

Nessa perspectiva, o território como produto de diferentes atores sociais faz emergir no campo uma série de conflitos, “pois implica numa disputa de poder e controle do espaço pelas diferentes classes” (FABRINI, 2011, p.98). Diante disso, colocando em questão o poder da classe capitalista é que podemos identificar a luta de classes que se estabelecem no campo, pois a monopolização do território pelo capital afeta diretamente as relações de produção do camponês. Nessa discussão, a territorialização do capital monopolista no campo tem provocado uma série de conflitos entre camponeses e agronegócio. Porém, no acirramento desses conflitos agrários, os movimentos sociais comparecem em cena, empenhados na luta pela terra e pela reforma agrária, apontando, assim, para um território em constante disputa.

Oliveira (2001) enfatiza que o território deve ser apreendido como um produto caracterizado por processos contraditórios, carregado de lutas e conflitos que ocorrem entre o capital e o camponês por produzirem relações sociais de produção diferentes.

Parto da concepção de que o *território* deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/mo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.) em que o Estado desempenha a função de regulação. O *território* é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra.

Desta forma, são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território. Logo o território não é um *príus* ou um *a priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza. (OLIVEIRA, 2001, p.74, grifo do autor)

Assim, o território, tido como produto concreto da luta de classes pautada no embate entre o capital e o trabalho, busca romper com a territorialização do capitalismo no campo e garantir a entrada e a permanência do camponês na terra. Neste contexto, cumpre salientar: “De um lado, a classe daqueles que usam a terra para extrair renda e lucro e produzir dominação política; do outro, a classe dos camponeses que da terra precisam para viver. O resultado tem sido um território em disputa!” (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p.58).

É possível entendermos que o território é regido por distintas propriedades que produzem diferentes relações de produção. Nesta concepção, Fernandes (2008, p. 280) afirma que “As propriedades camponesas e as capitalistas são territórios distintos, são totalidades diferenciadas, nas quais se produzem relações sociais diferentes, que promovem modelos divergentes de desenvolvimento”. Em suma, podemos dizer que, no interior da unidade camponesa, a força de trabalho familiar e os meios de produção são elementos essenciais na lógica produtiva, e, por outro lado, a lógica do capitalismo está centrada no lucro e na renda, produto do trabalho excedente que o trabalhador dá ao capitalista através da mais-valia.

Para um melhor entendimento sobre os territórios do campesinato e os territórios do agronegócio, faremos jus às concepções de Fernandes (2008, p.285-289):

Os territórios do campesinato e os territórios do agronegócio são organizados de formas distintas, a partir de diferentes relações sociais. Um exemplo importante é que, enquanto o agronegócio organiza seu território para produção de mercadorias, o grupo de camponeses organiza seu território, primeiro, para sua existência,

precisando desenvolver todas as dimensões da vida. Esta diferença se expressa na paisagem e pode ser observada nas distintas formas de organização dos dois territórios. A paisagem do território do agronegócio é homogênea, enquanto a paisagem do território camponês é heterogênea. A composição uniforme e geométrica da monocultura se caracteriza pela pouca presença de pessoas no território, porque sua área está ocupada por mercadoria, que predomina na paisagem. A mercadoria é a expressão do território do agronegócio. A diversidade dos elementos que compõem a paisagem do território camponês é caracterizada pela grande presença de pessoa no território, porque é neste e deste espaço que constroem sua existência, produzindo alimentos. Homens, mulheres, jovens, meninos e meninas, moradias, produção de mercadorias, culturas e infra-estrutura social, entre outros, são os componentes da paisagem dos territórios camponeses.

Assim, a atual questão agrária brasileira é marcada por disputa territorial e conflitos de classe entre o campesinato e o agronegócio. O avanço do agronegócio por todo o território é determinado pela expansão do capital monopolista baseado na concentração de riqueza e poder, decorrentes do processo de expropriação e violência contra o camponês. Entretanto, as formas de territorialização e resistência do campesinato são compreendidas a partir das formas organizativas da luta pela terra, tendo como base de produção a mão de obra familiar, mola mestra deste modo de vida peculiar. Assim,

[...] O território do agronegócio se materializa por meio da concentração de terras com base na produção em grande escala. Esses dois processos de territorialização executam a expropriação e a violência contra os camponeses. Os camponeses materializam o seu território com a produção familiar e resistência á expropriação. Sua principal territorialização acontece com a luta pela terra por meio de ocupações e conquista de assentamentos. (GIRARDI; FERNANDES, 2009, p. 343)

No interior da luta pela terra, travada pelos movimentos sociais camponeses, é pertinente, pois, destacarmos o desejo da construção de um território pautado no direito ao trabalho, à soberania alimentar e à dignidade, ou, conforme afirma Thomaz Júnior (2009, p. 356), “é uma luta pelos bens e direitos roubados pela barbárie do capital”.

Neste âmbito, a luta camponesa pela terra de trabalho é um processo de (re) conquista do território. Para Oliveira (2007, p.134), são “memórias da capacidade de resistência e de construção social desses expropriados na busca por uma parcela do

território e memórias da capacidade destruidora do capital, dos capitalistas e de seus governos repressores”.

Diante desse contexto, considerando as contradições territoriais derivadas a partir da oposição capitalista versus camponês, Fabrini (2011) afirma que através dos movimentos sociais os camponeses resistem à expropriação, exclusão e expulsão provocadas pelo capitalismo.

Diante desse contexto, os camponeses organizados nos movimentos sociais [...] resistem bravamente ao projeto de desenvolvimento das oligarquias e empresários rurais, indicando que os conflitos sociais são também conflitos territoriais: o território do agronegócio e latifúndio em contraposição ao território camponês. Acrescenta-se que o território camponês é portador de um conjunto de práticas não-capitalistas, como produção de autoconsumo e resistência, controle relativo do processo produtivo, autonomia, relações comunitárias e solidárias, dentre outras. (FABRINI, 2011, p.110)

Com tudo isso, as formas organizativas da luta pela terra vinculada aos movimentos sociais, sintetizam a resistência e a (re) criação camponesa no seio do regime capitalista, que perdura no espaço agrário brasileiro por cinco séculos.

1.4 - O espaço agrário brasileiro e a luta pela terra

A espacialização e a territorialização da luta pela terra é uma forma dos camponeses resistirem à expropriação, exploração, violência e subordinação promovidas pela reestruturação produtiva do capital, que tem nas suas entranhas, como molas mestras de sustentação, a concentração de terras, renda e poder.

As diversas manifestações e lutas desenvolvidas no campo pelos camponeses apontam para uma idéia de resistência e (re) criação contra a expropriação regida pela lógica capitalista. Neste sentido, Fernandes (1999, p.1) destaca a luta dos camponeses para entrar na terra e nela permanecer:

A luta pela terra é uma ação desenvolvida pelos camponeses para entrar na terra e resistir contra a expropriação. A resistência do campesinato brasileiro é uma lição admirável. Em todos os períodos da história, os camponeses lutaram para entrar na terra. Lutaram contra o cativo, pela liberdade humana. Lutaram pela terra das mais diferentes formas, construindo organizações históricas.

Desse modo, a discussão da luta pela terra no Brasil, desde o período colonial até os dias de hoje, visa a analisar o processo de formação e de territorialização dos movimentos camponeses, determinado por ações de conquista

da terra de trabalho. A discussão sobre a história de formação do Brasil, no tocante à estrutura agrária, é marcada pelos mais elevados índices de concentração de terras revelados pelos graves problemas sociais, econômicos e políticos presentes no campo.

Perante essa realidade, a relação entre camponeses e capitalistas sempre foi expressa por processos conflituosos, explicitados de um lado pelas formas capitalistas de desenvolvimento, engendradas sob a reprodução ampliada do capital e do poder, e do outro, a reprodução do trabalho familiar camponês fundamentada na tríade família, trabalho e terra.

Assim sendo, Martins (1981) destaca que o marco da luta pela terra no Brasil é uma ação que coincidiu com o fim do Império e o começo da República, justamente porque nessa época ocorrem mudanças que atingiram diretamente os camponeses em relação à posse da terra, concretizada pela Lei de Terras, promulgada em 1850. “A Lei de Terras proibia a abertura de novas posses, estabelecendo que ficavam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não fosse o de compra” (MARTINS, 1981, p.41-42).

Desse modo, para compreendermos a transformação da terra em mercadoria, bem como a constituição da propriedade capitalista da terra no Brasil, Fernandes (1999b, p.18-19) revela:

Das capitâneas hereditárias às sesmarias e destas até a Lei de Terras de 1850, a terra ficou restrita ao poder da nobreza. Desde 1850, a terra foi transformada em propriedade privada, cercada e apropriada, em sua maior parte, pelos latifundiários.

Partindo dessa premissa, temos a sujeição da terra ao capital, perpetuando, assim, a expansão do sistema capitalista no campo e permitindo a reprodução ampliada do poder monopolístico da oligarquia agrária. Dessa forma, diante de uma estrutura agrária calcada na concentração da propriedade da terra, do poder e da riqueza, o território brasileiro transformou-se em palco de constantes conflitos e lutas travadas pela sociedade capitalista e pelos movimentos camponeses. Neste ponto, Fernandes (1999, p.1) ressalva que há cinco séculos começaram a luta camponesa contra a subordinação da lógica capitalista:

Há 500 anos, desde a chegada do colonizador português, começaram as lutas contra o cativo, contra a exploração e

conseqüentemente contra o cativeiro da terra, contra a expulsão, que marcam as lutas dos trabalhadores. Das lutas dos povos indígenas, dos escravos e dos trabalhadores livres e, desde o final do século passado, dos imigrantes, desenvolveram-se as lutas camponesas pela terra. Lutas e guerras sem fim contra a expropriação produzida continuamente no desenvolvimento do capitalismo.

Assim, a partir de razões articuladas aos problemas estruturais da questão agrária, diversas ações e movimentos sociais foram materializados como formas de resistência camponesa, buscando romper os limites da lógica capitalista e da propriedade privada e monopolística da terra. No centro dessa disputa territorial, os movimentos socioterritoriais² têm considerado como preocupação incessante a luta pela reforma agrária combinada com a redistribuição fundiária, apontando para a necessidade de garantir terra e trabalho aos camponeses sem-terra. Ao refletir acerca da reforma agrária, Fernandes (2008a, p. 76) afirma:

[...] lutar pela reforma agrária, significa lutar por todas as dimensões do território, entre elas a tecnologia, o mercado, a educação, saúde e, principalmente, contra o capital que procura tomar o controle dos territórios do campesinato.

Esta afirmação de Fernandes demonstra que a política sobre reforma agrária deve ir além das reivindicações de terras, deve tratar-se de uma luta conjunta voltada para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar camponesa, objetivando superar as desigualdades impostas pelo sistema capitalista de produção, materializadas sob as instâncias de poder econômico e político.

Na leitura deste processo, a luta pela reforma agrária é uma resposta ao desenvolvimento desigual e contraditório do sistema capitalista no campo, baseado na exclusão social, econômica e política. No entanto, o processo de luta dos movimentos camponeses deve ir além das reivindicações de políticas públicas para a realização da reforma agrária; desta forma, a luta deve ser também contra as formas de expropriação de renda pelo capital sobre a propriedade familiar camponesa. Este entendimento está vinculado ao fato de que a sujeição da renda da terra pelo capital propicia a acumulação de riqueza e poder pela sociedade capitalista, impedindo o camponês de libertar-se da situação de miséria que lhe fora imposta. Seguindo esta perspectiva, Almeida (2006, p. 102) afirma:

² Para Fernandes (p. 31, 2005) “Os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é o essencial para sua existência”.

Desta forma, a luta pela terra é algo muito mais amplo; na verdade ela tem que ser luta contra o capital. Não adianta reforma agrária distributiva, pois a renda encontra-se subjugada pelo capital, impedindo o trabalhador familiar camponês de libertar-se do círculo de miserabilidade que isso lhe impõe.

Tomando a luta dos movimentos sociais como processo fundamental para o trabalhador camponês entrar e permanecer na terra, tem-se a necessidade de implantar uma política de Reforma Agrária que possibilite profundas mudanças na reestruturação agrária, produtiva e social das comunidades rurais. Neste ponto, concordamos com Oliveira (2007, p.69) em sua declaração:

Assim, a reforma agrária é compreendida como um amplo conjunto de mudanças profundas em todos os aspectos da estrutura agrária de uma região ou de um país, visando alcançar melhorias nas condições sociais, econômicas e políticas das comunidades rurais.

Nesta abordagem sobre a luta dos trabalhadores rurais no Brasil cumpre ressaltar, no tocante à Reforma Agrária, que as estratégias de ocupação de terras improdutivas e a implantação de acampamentos se materializam como processo de territorialização da luta e resistência camponesa diante a monopolização do território pelo capital.

Neste sentido, vale destacar o pensamento de Fernandes (1999b, p.282) sobre a ação de ocupar e acampar na história da luta pela terra no Brasil como forma de espacialização e territorialização dos movimentos camponeses.

Os acampamentos são espaços e tempos de transição na luta pela terra. São, por conseguinte, realidades em transformação. São uma forma de materialização da organização dos sem-terra e trazem em si, os principais elementos organizacionais do movimento. Predominantemente, são resultados de ocupações. São, portanto, espaços de lutas e de resistência. Assim sendo, demarcam nos latifúndios os primeiros momentos do processo de territorialização da luta. As ações de ocupar e acampar interagem os processos de espacialização e territorialização.

Partindo da premissa de que a ação de ocupar e acampar promove o processo de territorialização do camponês, como parte contraditória da lógica capitalista, afloram no campo os conflitos entre classes. É no interior do modelo capitalista que irão surgir os movimentos socioterritoriais na luta pela terra. Neste cenário, os conflitos agrários, desde o período colonial até o momento atual,

ocorrem de forma ascendente. Desse modo, o enunciado de Oliveira (2007, p. 156, grifo do autor) adverte:

Dessa forma, o capitalismo no Brasil, produz e reproduz a barbárie, transformando os conflitos e os assassinatos quase sempre violentos, em 'solução radical fora da lei das elites' para manter as injustiças presentes no campo. Mas, mesmo em meio à modernidade e à barbárie, os camponeses no Brasil, seguem sua caminhada com paciência porque como está escrito no poema de Lenine e Dudu Falcão *Paciência* 'a vida não para, a vida é tão rara'.

Utilizando-se destas colocações, a amplitude das ações de luta pela terra promovida pelos movimentos sociais pode ser interpretada como alternativa de ofuscar os interesses da dinâmica do capital, relativo à concentração fundiária e ao aumento expressivo dos conflitos territoriais. Trata-se da possibilidade da superação do desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo, com vistas na regularização fundiária marcada pela ocupação de terras improdutivas e a territorialização do trabalhador camponês nos assentamentos de reforma agrária, buscando estabelecer intensas transformações socioterritoriais no espaço agrário brasileiro.

CAPÍTULO 2

OS DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA CLASSE CAMPONESA NO

CENÁRIO AGRÁRIO BRASILEIRO

2.1 - A questão agrária brasileira

No intuito de compreendermos a questão agrária brasileira, é fundamental identificarmos as principais configurações socioespaciais que se materializam no território. Para esta compreensão, temos como eixo principal a discussão sobre dois territórios distintos, campesinato versus agronegócio. Considerando as distinções entre as relações produtivas do campesinato e do agronegócio no campo, Fernandes e Welch (2008) trazem em suas discussões as distinções entre ambos.

O sistema agrícola do agronegócio é distinto do sistema agrícola da campesinato. No sistema agrícola do agronegócio, a monocultura, o trabalho assalariado e produção em grande escala são algumas das principais referências. No sistema agrícola camponês, a biodiversidade, a predominância do trabalho familiar e a produção em pequena escala são algumas das principais referências. Com esta leitura estamos afirmando que o sistema agrícola camponês não é parte do agronegócio; todavia, como o capital controla a tecnologia, o conhecimento, o mercado, as políticas agrícolas etc., os camponeses estão subalternos. (FERNANDES; WELCH, 2008, p.49)

Nessa abordagem, vamos ao encontro de alguns indicadores sobre a estrutura fundiária do Brasil agregados a dados que apontam a concentração da terra indissociável à violência e ao trabalho análogo ao trabalho escravo. Nesse sentido, Thomaz Júnior (2009, p. 367) afirma:

O que se constata, no delineamento da questão agrária, são os mais alarmantes atos de barbárie praticados pelo capital, pelos latifundiários e pelos órgãos repressivos do Estado, principalmente com os assassinatos de trabalhadores e lideranças, além da parcialidade da justiça em favor do latifúndio.

Nesse contexto, o delineamento da questão agrária coloca em evidência o desenvolvimento e a dominação do capital sobre o cenário agrícola, que expropria, explora e subordina o território camponês. O cenário agrário, de modo geral, é permeado por conflitos de classe e disputa territorial, e esses processos consolidam a luta dos movimentos sociais para entrar e permanecer na terra, uma ação indispensável para o entendimento da resistência camponesa no espaço agrário.

Nesse exposto, a modernização da agricultura imposta pela voracidade do capital por meio do modelo agroexportador do agronegócio é a mais nova face do capitalismo monopolista na configuração da questão agrária brasileira. A territorialização dessa prática produtiva vai além da adoção de inovações tecnológicas no processo produtivo: significa o desrespeito à legislação trabalhista no tocante à superexploração do trabalho, descumprimento das normas ambientais vigentes, o enfrentamento da insegurança alimentar pela população com vistas à produção de *commodities* e o predomínio da prática da monocultura, o que consequentemente, reforça os elevados índices de concentração fundiária, constituídos a partir de relações de poder econômico, político e social.

Mediante as conjunturas política e econômica favoráveis ao modelo produtivo do agronegócio no território brasileiro, faz-se emergir no campo a busca desenfreada de acumulação de capital à base da concentração da propriedade privada da terra e dos meios de produção. Neste sentido, Thomaz Júnior (2009, p.386) destaca:

À base da concentração da propriedade privada da terra, de rendas e de riquezas, constrói-se a espacialidade do agronegócio, dimensionada ao circuito produtivo agro-químico-alimentar-financeiro, no século XXI, tão alardeada e defendida nos últimos anos, no Brasil, e que ocupa lugar de destaque na execução da política econômica e fiscal dos governos.

Na prática, a expansão e consolidação do modo capitalista de produção têm promovido, no campo, a territorialização do agronegócio e implicado a desterritorialização do camponês. A principal via dos trabalhadores camponeses, excluídos e expropriados pelo capital, para buscar sua reterritorialização na terra de trabalho tem se legitimado pelos movimentos sociais que lutam pela terra na realização dos assentamentos de reforma agrária.

Em face do exposto, as disputas territoriais entre o agronegócio e os movimentos camponeses representam a resistência e (re) criação do campesinato no interior do processo contraditório e desigual das relações capitalistas de produção. Acerca do desenvolvimento contraditório e desigual do capitalismo, Oliveira (1996, p.18) afirma:

O desenvolvimento capitalista se faz movido pelas suas contradições. Ele é portanto, em si, contraditório e desigual. Isto significa que para seu desenvolvimento ser possível, ele tem que desenvolver aqueles aspectos aparentemente contraditórios a si mesmo.

Vamos encontrar no campo brasileiro, junto com o processo geral de desenvolvimento capitalista que se caracteriza pela implantação das relações de trabalho assalariado (os bóias-frias, por exemplo), a presença das relações de trabalho não-capitalistas como, por exemplo, a parceria, o trabalho familiar camponês, etc.

Nesse contexto, é importante observar que a questão agrária é produto desse processo desigual e contraditório do capital. A desigualdade capitalista no território agrícola brasileiro pode ser contextualizada na magnitude da reprodução ampliada do capital sob a prática da monocultura em grande escala vinculada ao modelo agroexportador do agronegócio e combinada com a superexploração da força de trabalho. Nesta faceta, como estratégia de garantir a concentração e acumulação de riqueza, o capital acaba não exercendo a função social da terra, gerando, em escalas ainda maiores, a pobreza, a miséria e a insegurança alimentar da sociedade. Na lógica do desenvolvimento contraditório do capitalismo, o capital cria e recria relações não capitalistas de produção para garantir sua reprodução ampliada. Nesta dinâmica, Fernandes (1999, p.36) destaca que “[...] o próprio capital, em seu desenvolvimento desigual e contraditório, cria, destrói e recria o campesinato”.

É por esse processo que podemos compreender a luta dos movimentos sociais, não só pela propriedade da terra, mas contra o capital no tocante à subordinação da renda da terra e da exploração do trabalho camponês enquanto estratégia para garantir sua produção e reprodução. Nesse contexto, Oliveira (2007) chama a atenção para o processo contraditório do capital, pois na sua concepção, a subordinação e sujeição da renda da terra aos monopólios capitalistas estimulam os trabalhadores camponeses a lutarem não só pela propriedade da terra, mas, sobretudo contra o capital e, por conseguinte, a superação deste modo de produção.

Desse modo esse processo é contraditório, pois, ao mesmo tempo em que ele ocorre, abre para os camponeses novos horizontes históricos, em que a subordinação e sujeição da renda da terra aos grandes monopólios capitalistas geram para eles (os camponeses) a perspectiva e necessidade de luta não só pela propriedade da terra, mas, sobretudo a luta contra o capital.

[...] Porque, no fundamental, as soluções para os problemas da agricultura estão inscritas na necessidade de superação desse modo de produção. (2007, p.67)

Neste cenário, a luta efetiva dos movimentos sociais pela terra e contra a subordinação da renda da terra ao capital fortalece a classe camponesa por meio de sua resistência e (re) criação. Nesse sentido, o processo de luta dos movimentos camponeses é construído a partir do enfrentamento contra o capital monopolista e suas ideologias assentadas no modelo desenvolvimentista e tantos outros preceitos que o capital apregoa sobre a questão agrária.

De forma sucinta, Almeida (2006) destaca que a luta dos movimentos camponeses pela terra representa a ruptura da territorialização e monopolização do território pelo capital. Para tanto, essa ruptura ocorre por meio de experiências que são predominantemente símbolos de luta e resistência do camponês no cenário agrário, materializados em forma de acampamentos e assentamentos.

O acampamento e o assentamento são transformações que o território contém, o que ocorre por meio da territorialização da luta pela terra, e que, portanto, representam uma ruptura no processo de territorialização e monopolização do território pelo capital. Assim, quando falamos em territorialização da luta pela terra, estamos, pois, referindo-nos às frações do território conquistadas pelos camponeses, em oposição à lógica de territorialização do capital monopolista, bem como à de monopolização do território pelo capital monopolista. Essa ruptura produz *imagens territoriais* que, se, por um lado, geram distinção em relação à apropriação capitalista, por outro, expressam identidade camponesa. (ALMEIDA, 2006, p.342, grifo do autor)

O processo de ocupação de terra como pressão para a realização da reforma agrária no território brasileiro tem sido uma das principais estratégias dos movimentos sociais na luta pela terra. No entanto, a marca da violência e da barbárie contra os trabalhadores no cenário agrário atual denuncia a impunidade dos governantes e o caráter cruel e radical do capital monopolista, que preza pela concentração fundiária do país.

2.2 - A concentração fundiária no Brasil

O constante processo de luta pela terra no Brasil revela as desigualdades sociais ocasionados pela concentração fundiária sob o monopólio do capital. Todavia, devemos colocar em evidência os rearranjos produtivos desencadeados

pelo agronegócio, pautado na monopolização do território pelo capital e na superexploração do trabalho. Thomaz Júnior (2009) destaca que os movimentos sociais ocupam lugar privilegiado na dinâmica das lutas populares, resultado da elevada concentração fundiária e dos elevados patamares de superexploração do trabalho.

Os movimentos sociais ocupam espaço privilegiado na dinâmica das lutas populares. Seria o caso de considerarmos a escorchant magnitude da concentração da propriedade da terra e da estrutura fundiária, bem como os elevados patamares de superexploração do trabalho e de reprodução de experiências assemelhadas à escravidão em diversas atividades agropastoris, tais como: grandes fazendas de pecuária, madeireiras, carvoarias, corte da cana-de-açúcar, colheita da laranja, café, frutas para exportação etc. (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p.72)

Sob o prisma da concentração da propriedade privada da terra, a questão agrária brasileira tem sido marcada por constantes conflitos entre trabalhadores camponeses e latifundiários. Neste sentido, o campo é marcado por disputas territoriais, reafirmando o embate entre a classe camponesa e o capital. Dessa forma, as disputas territoriais entre os movimentos camponeses e o agronegócio gerido pelo capital impõem ao cenário agrário a necessidade de modificar a estrutura fundiária com vistas no cumprimento da função social da terra. No entanto, o cumprimento da função social da terra baseia-se na desapropriação de latifúndios passíveis de renda e poder, visando à implantação da pequena propriedade familiar por meio de reforma agrária, objetivando a justa distribuição de terras.

Nessa trajetória, em meio aos conflitos e disputas territoriais, a luta dos trabalhadores camponeses para entrar e permanecer na terra marca uma história de cinco séculos. Para Fernandes (1999b, p.15) a luta dos movimentos sociais:

[...] são ações de resistência frente à intensificação da concentração fundiária e contra a exploração, que marcam uma luta histórica na busca contínua da conquista da terra de trabalho, afim de obter condições dignas de vida e uma sociedade justa. São cinco séculos de latifúndio, de luta pela terra e de formação camponesa.

Contida nesse intenso processo de conflitos territoriais no campo, a incessante luta dos movimentos sociais pela terra no Brasil revela o enfrentamento

do camponês a uma estrutura agrária calcada na concentração fundiária e monopolizada pelo capital.

Nessa dimensão, compreender a concentração da propriedade privada da terra no cenário agrário brasileiro remonta a necessidade de tomarmos como referência os dados que avaliam os índices de concentração de terras sob as bases e diretrizes do sistema capitalista. Nesse ínterim, dados disponíveis no Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – revelam uma estrutura fundiária brasileira baseada no monopólio da terra e do poder.

Diante dessa problemática, analisando os dados da Tabela 01, podemos afirmar que o Brasil é controlado por uma aristocracia rural que efetivamente mantém em suas mãos a questão agrária. Neste sentido, como se pode ver, nos quatro últimos Censos Agropecuários – 1980, 1985, 1995 e 2006 – a área ocupada pelos estabelecimentos rurais com menos de 10 hectares representam, respectivamente, do número total da área dos estabelecimentos agropecuários, 2,47%, 2,66%, 2,23% e 2,36%.

Tabela 01 - Brasil - Área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total - 1980/2006

Grupos de área total (ha)	Área dos estabelecimentos agropecuários (hectares)							
	1980		1985		1995		2006	
	Hectares	%	Hectares	%	Hectares	%	Hectares	%
Menos de 10 ha	9.004.259	2,47	9.986.637	2,66	7.882.194	2,23	7.798.607	2,36
De 10 a 100 ha	64.494.343	17,68	69.565.161	18,55	62.693.585	17,73	62.893.091	19,06
De 100 a 1000 ha	126.799.188	34,75	131.432.667	35,06	123.541.517	34,94	112.696.478	34,16
Mais de 1000 ha	164.556.629	45,10	163.940.463	43,73	159.493.949	45,10	146.553.218	44,42
Total	364.854.421	100	374.924.929	100	353.611.246	100	329.941.393	100

Fonte: IBGE - Série Histórica.

Org.: BEDUN, M. R.

De maneira sintética, Oliveira explica: “O Brasil caracteriza-se por ser um país que apresenta elevadíssimos índices de concentração da terra. No Brasil, estão os maiores latifúndios que a história da humanidade já registrou” (2004, p. 09).

Assim, para melhor expressarmos os números das áreas ocupadas pelos estabelecimentos agropecuários no Brasil quando comparados os diferentes estratos fundiários nos últimos Censos Agropecuários – 1980 /2006 -, apresentamos o Gráfico 01 que nos revela a desigual distribuição de terras, responsável por uma estrutura agrária calcada na concentração fundiária.

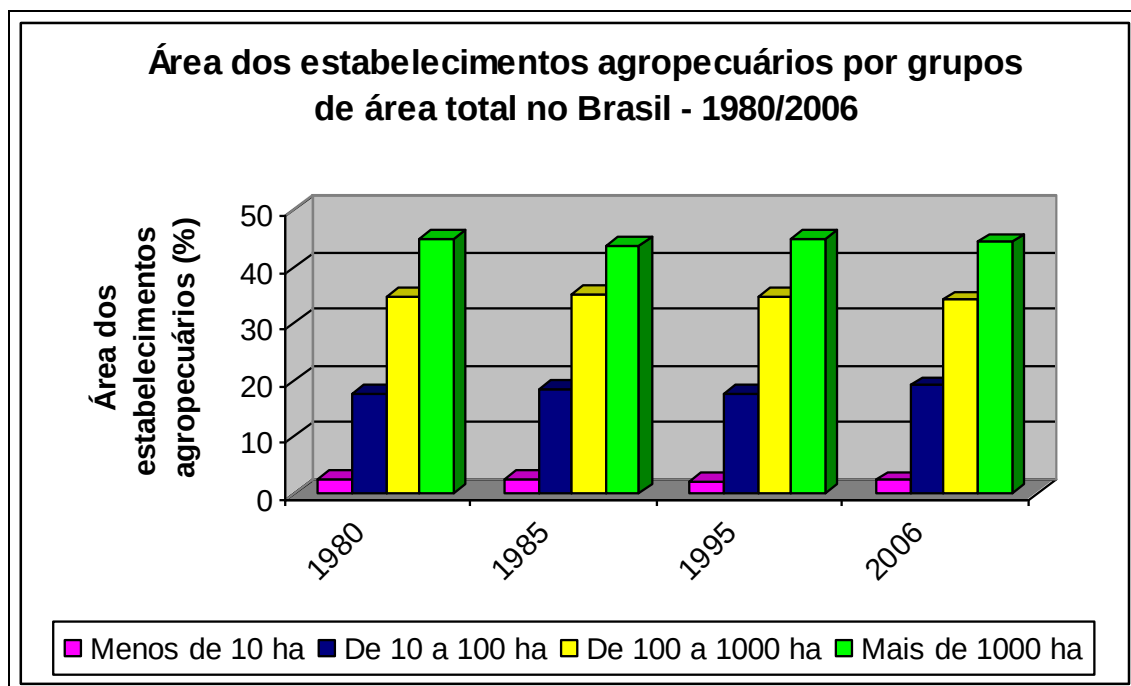


Gráfico 01 - Brasil - Área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total - 1980/2006

Fonte: IBGE - Série Histórica

Org.: BEDUN, M. R.

Analisando os números referentes à estrutura agrária brasileira, é imprescindível compreendermos que a concentração fundiária está diretamente filiada às desigualdades sociais, à miséria, à pobreza e à insegurança alimentar do país. De modo amplo, a concentração fundiária moldada às bases do modelo produtivo do agronegócio, pautado na prática da monocultura agroexportadora e na superexploração do trabalho, configura um obstáculo para os movimentos sociais na luta pela terra decorrente da ausência de uma política de reforma agrária efetiva, capaz de romper com as injustiças sociais e com o modelo econômico centrado no capital monopolista.

Nessa perspectiva, Thomaz Júnior (2009, p.77) ressalta:

[...] a questão agrária no Brasil tem na estrutura fundiária ou mais precisamente, na concentração da propriedade da terra, o resultado das desigualdades geradas pelo sistema metabólico do capital e um dos principais entraves para o alavancamento da luta pela terra por parte dos movimentos sociais e também para a reforma agrária.

No bojo do cenário agrário, a mobilização dos movimentos sociais parte da necessidade de potencializar a criação de políticas agrárias em prol da realização de uma reforma agrária, com base na justa distribuição de terra aos trabalhadores camponeses, uma vez que a estrutura fundiária brasileira mantém-se negligenciada

por cinco séculos. Assim, o processo de ocupações de terras e a edificação dos acampamentos sob a organização dos movimentos sociais almejam a superação das mazelas do capital, evidenciando a resistência e (re) criação do campesinato em face da alteração da propriedade da terra pela conquista dos assentamentos de reforma agrária.

2.3 - Processos de ocupações e acampamentos no Brasil: formas de luta e resistência

Mediante elevada concentração de terras controladas pelo capital e pela nova dinâmica produtiva do agronegócio, faz-se necessário à organização dos trabalhadores camponeses para (re) conquistarem o seu território, caracterizando sua resistência na luta pela terra de trabalho.

Dessa forma, o espaço agrário compreendido por conflitos e disputas territoriais é marcado por experiências de resistência camponesa construída na necessidade de superar a desigualdade e a opressão impostas pelo capital em detrimento dos trabalhadores camponeses.

Nesse processo, os movimentos sociais revelam, por meio das manifestações, ocupações, acampamentos e assentamentos, o enfrentamento com o capital. É, portanto, na complexidade da estrutura fundiária brasileira combinada com a reestruturação produtiva do capital que os movimentos sociais na luta pela terra se organizam para garantir sua resistência e existência como classe peculiar sob as bases do trabalho familiar.

Diante disso, o território é marcado por constantes conflitos sociais desencadeados pelos movimentos camponeses que lutam pela terra de trabalho e pela reforma agrária. No que tange às diversas formas de lutas travadas pelos trabalhadores camponeses, compreendemos que as ações coletivas visam a romper com a injustiça e a exclusão social regidas pelo capital no campo.

Claramente, percebe-se que, em meio às mazelas e aos desafios que o capital impõe sobre os trabalhadores camponeses, os processos de acampamentos e assentamentos simbolizam a territorialidade dos movimentos sociais no campo. Neste sentido, Oliveira (2007) considera que acampamentos e assentamentos são formas de luta para conquista absoluta da terra e superação da lógica capitalista de produção.

Acampamentos e assentamentos constituem-se em novas formas de luta de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto. A terra que vai permitir aos trabalhadores - donos do tempo que o capital roubou e construtores do território comunitário e/ou coletivo que o espaço do capital não conseguiu reter à bala ou por pressão - reporem-se/reproduzirem-se, no seio do território da reprodução geral capitalista. (OLIVEIRA, 2007, p.136)

Diante deste cenário, pensar na questão agrária sob o controle do capital com desdobramentos negativos sobre o uso e a exploração da terra de forma desigual e contraditória visa a fortalecer a luta camponesa na necessidade do cumprimento da reforma agrária, sob o prisma de amenizar os problemas sociais e econômicos enfrentados pelos trabalhadores. Há que se considerar que a luta pela reforma agrária vai em direção da construção de novas formas de organização social na conquista da terra de trabalho. Neste ponto, Fernandes (1999a, p. 53) ressalta:

[...] a luta pela reforma agrária não passa apenas pela distribuição de terras, vai além... vai em direção da construção de novas formas de organização social que possibilitem a (re)conquista da terra de trabalho – a propriedade familiar. Vai em direção à (re)construção da propriedade coletiva dos meios de produção, e, mais importante ainda, vai em direção à construção de novas experiências realizadas cotidianamente pelos trabalhadores rurais no movimento de luta pela terra.

Nessa dinâmica, pautados sobre a construção de novas experiências na luta pela terra, os movimentos sociais vêm na reforma agrária e na democratização do acesso à terra a possibilidade da construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Assim, a viabilidade do camponês na terra de trabalho através dos processos de reforma agrária acena para modificação da estrutura fundiária brasileira, com vistas a assegurar uma nova forma de organização da sociedade. Nessa discussão acerca da reforma agrária, Oliveira (2007, p.68) destaca:

A reforma agrária constitui-se, portanto, em um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um país todo. Ela é feita através de mudanças na distribuição da propriedade e ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território.

Nesta concepção, o reordenamento territorial, resultado das ações sociais, rompe com a propriedade privada da terra e com os efeitos perversos do processo produtivo do capital, definido pela superexploração do trabalhador e por formas análogas ao trabalho escravo, em face da marginalização social e econômica que atinge os trabalhadores camponeses.

Dessa maneira, as ações de ocupações de terras no Brasil têm sido desencadeadas como forma de agilizar uma ampla e massiva reforma agrária, uma vez que entrar e permanecer na terra de trabalho significa, para o camponês, forma de resistência ao intenso processo de desterritorialização legitimado pelo capital e pela reestruturação produtiva e expansiva do agronegócio no cenário agrário. A esse respeito, Oliveira (2007, p.141) adverte: “Não há dúvida de que a estratégia da ocupação de terras tornou-se a prática típica das ações dos movimentos sociais em luta pela terra”.

Assim, a ocupação da terra pelos trabalhadores sem-terra significa criar um espaço de luta e resistência, e impor ao governo a realização de uma política de reforma agrária e possibilitar a democratização do acesso a terra. Neste contexto, a partir da leitura dos dados da CPT, relativo ao número de ocupações de terra no Brasil no período de 2006 a 2010, podemos verificar que 163.224 famílias ocuparam 1.470 imóveis, equivalente a área de 2.424.476 hectares (Tabela 02).

Tabela 02 - Brasil - Ocupações de terra - 2006 a 2010

Ocupações	Ano					Total
	2006	2007	2008	2009	2010	
Nº. de imóveis ocup.	384	364	252	290	180	1.470
Área	813.104	652.450	363.988	408.438	186.496	2.424.476
Famílias	44.364	49.158	25.559	27.278	16.865	163.224

Fonte: CPT, 2006/2010.

Org.: BEDUN, M.R.

Dessa forma, os dados comprovam que o processo de ocupações de terras pelos trabalhadores camponeses sem-terras é o ponto de partida como forma de luta e resistência contra a exploração e a exclusão promovidas pela lógica capitalista de produção. No entanto, é necessário destacarmos que os trabalhadores camponeses não desejam apenas a mera distribuição de lotes, mas almejam uma mudança na estrutura política, econômica e social no campo, sobre a qual se assenta o poder e o interesse dos latifundiários e mesmo do Estado.

Assegurando a mudança da estrutura fundiária brasileira, para Fernandes (2000), a ocupação representa, para o camponês, a fronteira entre o sonho e a realidade mediante a conquista da terra pelo processo de reforma agrária.

A ocupação é uma realidade determinadora, é espaço/tempo que estabelece uma cisão entre latifúndio e assentamento e entre o passado e o futuro. Nesse sentido, para os sem-terra a ocupação, como espaço de luta e resistência, representa a fronteira entre o sonho e a realidade, que é construída no enfrentamento cotidiano com os latifundiários e o Estado (FERNANDES, 2000, p.19).

Todavia, é importante ressaltar que o processo de ocupação é uma forma de reinserção do camponês na terra e, nessa perspectiva, os movimentos camponeses não recuam diante da crescente criminalização no campo. Na busca do processo de territorialização e consolidação dos movimentos sociais no campo brasileiro, “os acampamentos são espaços de luta e resistência, são, portanto, lugares e momentos de transição da vida das famílias na luta pela terra” (FERNANDES, 1999b, p. 214).

Assim, ser acampado é continuar lutando pela terra e contra o capitalismo rentista e, como destaca Fernandes (1999), é ter objetivo de ser assentado. Diante deste panorama, o espaço de luta e resistência do camponês no acampamento protagoniza a necessidade de entrar e permanecer na terra de trabalho.

Nesse sentido, faremos a leitura do número de acampamentos no Brasil no período de 2006 a 2010. Nesta análise, a Tabela 03 mostra que houve um significativo decréscimo no número de acampamentos neste período. Em estudos publicado no relatório *Conflitos no Campo Brasil 2010*, divulgado anualmente pela Comissão Pastoral da Terra, o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira destaca que a redução do número de acampamentos:

[...] decorre da mudança na ação política, particularmente do MST, que desde seu quinto Congresso em 2005, vem sistematicamente adotando novas formas de ação que demandam a luta contra o capital em geral, admitida como mais importante que a luta pela terra. Como consequência, a redução nas ocupações de terra [...]. (2011, p. 56)

Tabela 03 - Brasil - Acampamentos - 2006/2010

Acampamentos	Ano					Total
	2006	2007	2008	2009	2010	
Nº. de acampamentos	67	48	40	36	35	226
Famílias	10.259	6.299	2.755	4.176	3.579	40.722

Fonte: CPT, 2006-2010

Org.: BEDUN, M.R.

Em termos significativos, a ocupação como forma de resistência e recriação do campesinato, significa a territorialização da luta dos movimentos sociais em busca da conquista de um pedaço de terra e contra o modo capitalista de produção. Deste modo, a redução do número de ocupações no Brasil e a banalização da reforma agrária, revelam uma estratégia política para impedir a territorialização da luta dos trabalhadores sem-terra como forma de democratização de acesso à terra. Essa estratégia é fundamental para o Estado se aliar ao capital e beneficiar ainda mais os latifundiários e o agronegócio. Diante do exposto, Oliveira (2007, p. 67) destaca que “a luta pela terra não se pode restringir apenas e especificamente à luta pelo direito do acesso à terra; deve, isto sim, ser a luta contra quem está por trás da propriedade capitalista da terra, ou seja, o capital.

Nesse bojo, a busca incessante da terra de trabalho pelos trabalhadores camponeses, fomentado pelos movimentos sociais, tem culminado na implantação de assentamentos rurais por todo o Brasil, o que configura a territorialização da classe camponesa através da desapropriação do latifúndio. Para Almeida (2006, p. 268)

[...] o assentamento é uma unidade territorial, parcela do território capitalista sob domínio camponês e, quando existente, é inequívoca sua distinção em relação à grande propriedade, ao uso que o capitalista faz de sua parte do território.

Dessa forma, analisando os dados disponíveis do DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2011 – podemos constatar que, no Brasil, foram assentadas, em 2010, 14.748 famílias em 205 assentamentos rurais, em um total de 1.823.623 hectares de terra. Cumpre destacar que, em relação ao número de assentamentos rurais por macrorregiões brasileiras em 2010, o maior número de assentamentos ocorreu na região nordeste, somando 87 assentamentos, seguido, respectivamente pelas regiões norte (57 assentamentos), centro-oeste (27 assentamentos), sudeste (23 assentamentos) e Sul (11 assentamentos).

Assim, para o trabalhador camponês, lutar para entrar e permanecer na terra está condicionado ao desejo de manter viva sua identidade como classe camponesa. Conforme Almeida (2006), a construção da identidade de classe do camponês resulta da manifestação das contradições expressas pelo capital no cenário agrário.

Em última instância, a construção de sua identidade de classe resulta da manifestação das contradições do capital que, ao invadir seu mundo, seja para expropriá-lo da terra seja para sujeitar a renda, ilumina a ambigüidade camponesa, e ele, o camponês, pode se descobrir como parte de uma classe. Portanto, sua recusa em sair da terra, mesmo quando trabalha no prejuízo, contém em germe o anticapitalismo, por ser a única classe que ainda pode visualizar e lutar contra a desumanização do capital em sua totalidade e, por isso, superar suas contradições. (ALMEIDA, 2006, p. 348)

Nesse sentido, a classe camponesa busca, na sua territorialização, romper com o poder monopolístico do capital no campo e tal medida manifesta-se a partir da luta pela terra e ações de resistência aos processos de subordinação, exploração e exclusão do capital. Neste sentido, a territorialização de pequenos estabelecimentos agropecuários no Brasil está diretamente associada à luta do camponês para entrar e permanecer na terra de trabalho.

Diante do exposto, os dados agropecuários divulgados pelo IBGE (2006) revelam que as pequenas unidades camponesas não desapareceram em meio à territorialização do agronegócio, pautado na concentração fundiária e na acumulação do capital.

Ao levarmos em conta os diferentes estratos fundiários dos últimos quatro Censos Agropecuários – 1980, 1985, 1995 e 2006 – em relação ao número de estabelecimentos agropecuários no Brasil (Tabela 04), observamos que, apesar da pequena redução em relação ao número de estabelecimentos com menos de 100 hectares no período analisado, é indubitável que as propriedades que possuem menos de 100 hectares são predominantes no espaço agrário brasileiro, representando a maioria absoluta dos imóveis rurais. Por sua vez, considerando os dados disponíveis, as pequenas propriedades representam, respectivamente, do número total de estabelecimentos, 89,44% em 1980, 90,07% em 1985, 88,86% em 1995 e 85,95% em 2006.

Tabela 04 - Brasil - Número dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total - 1980/2006

Grupos de área total (ha)	Número de estabelecimentos agropecuários							
	1980		1985		1995		2006	
	Unidade	%	Unidade	%	Unidade	%	Unidade	%
Menos de 10 ha	2.598.019	50,35	3.064.822	52,83	2.402.374	49,43	2.477.071	47,86
De 10 a 100 ha	2.016.774	39,09	2.160.340	37,24	1.916.487	39,43	1.971.577	38,09
De 100 a 1000 ha	488.521	9,47	517.431	8,92	469.964	9,67	424.906	8,21
Mais de 1000 ha	47.841	0,93	50.411	0,87	49.358	1,02	46.911	0,91
Total	5.159.851	100	5.801.809	100	4.859.865	100	5.175.489	100

Fonte: IBGE - Série Histórica.

Org.: BEDUN, M. R.

Neste íterim, cabe ressaltar que, apesar do Brasil ser fundado sob os moldes da grande propriedade fundiária e submetido aos ditames do capital, os camponeses têm se organizado e resistido ao processo de subordinação do capital no espaço agrário. A partir dos dados disponíveis na Tabela 04, sobre o número de estabelecimentos agropecuários no Brasil, no período compreendido entre 1980 a 2006, o Gráfico 02 contribui para melhor entendermos o número significativo de propriedades camponesas no território nacional com área inferior a 100 hectares que são, portanto, propriedades familiares e não instrumento de exploração.

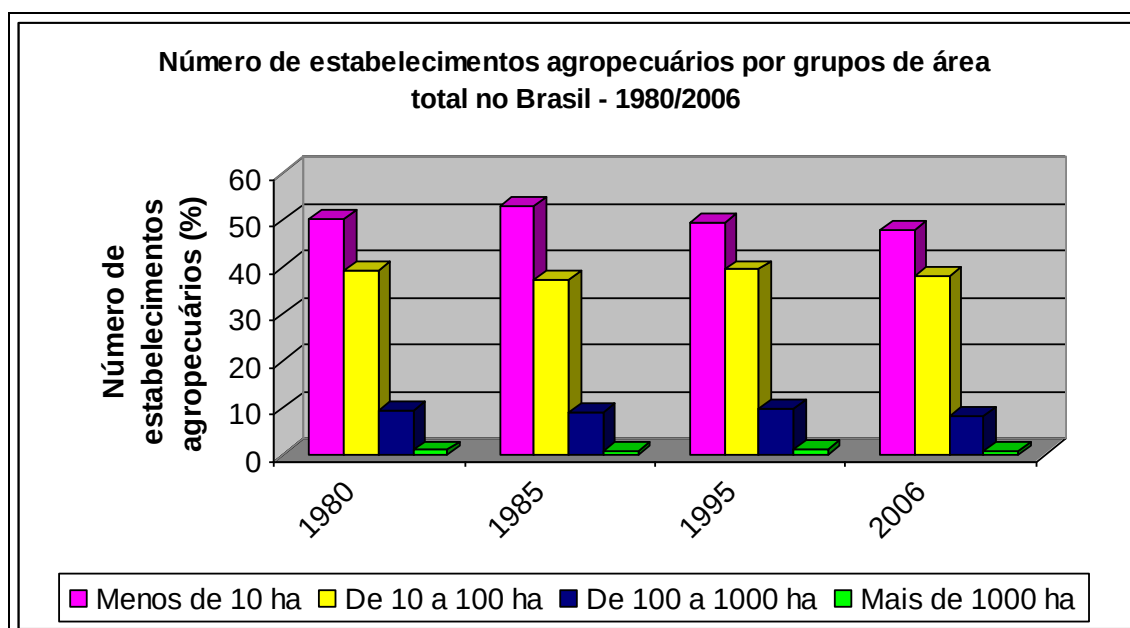


Gráfico 02 - Brasil - Número dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total - 1980/2006

Fonte: IBGE - Série Histórica

Org.: BEDUN, M. R.

Neste universo, a luta e a persistência dos trabalhadores camponeses são fatores determinantes para resistência da propriedade familiar camponesa na era da reestruturação produtiva do capital. No entanto, no entendimento de Fabrini (2008a), a resistência camponesa não está limitada somente aos movimentos sociais, mas a um conjunto de relações atribuído a aspectos como a produção para auto-consumo, a autonomia, o controle do processo produtivo e a solidariedade, que apontam para a construção da resistência camponesa à ordem dominante do capital. Assim,

[...] é importante reconhecer capacidade de resistência camponesa não exclusivamente pelos movimentos sociais. O modo de vida e a prática social camponesa apontam para uma resistência que não está circunscrita a enfrentamentos amplos, estruturais ou vinculados a esquemas transnacionais de ação em rede dos movimentos sociais, mas também a ações localizadas e assentadas no território. (FABRINI, 2008a, p.269)

Diante do exposto, as diferentes formas de luta e resistência camponesa, evidenciando a territorialização da propriedade camponesa apoiada sobre a tríade família, trabalho e terra, consistem em romper com os entraves do capital na dinâmica territorial e produtiva. É decorrente desse processo que os movimentos sociais, em consonância na luta pela terra e pela reforma agrária, têm se desenvolvido na contramão do discurso desenvolvimentista respaldado pelo agronegócio e apregoado pelo capital. De modo que:

Em pleno início do século XXI, os movimentos sociais continuam sua luta pela conquista da reforma agrária no Brasil. As elites concentradoras de terra respondem com a barbárie. Assim, o país vai prosseguindo no registro das estatísticas crescente sobre os conflitos e a violência no campo. A luta sem trégua e sem fronteiras que travam os camponeses e trabalhadores do campo por um pedaço de chão e contra as múltiplas formas de exploração de seu trabalho amplia-se por todo canto e lugar, multiplica-se como uma guerrilha civil sem reconhecimento. Essa realidade cruel é a face da barbárie que a modernidade gera no Brasil. (OLIVEIRA, 2007, p. 151-152)

Neste sentido, fica evidente que as divergências políticas e ideológicas entre a classe camponesa e a classe capitalista têm desencadeado, no espaço agrário brasileiro, diversas formas de violência, culminando na barbárie do capital sobre o trabalhador camponês.

2.4 – Violência e tensão no espaço agrário brasileiro

Os constantes conflitos territoriais entre o capital monopolista e os trabalhadores camponeses têm intensificado as diferentes formas de violência no espaço agrário brasileiro. Pois, como destacam Girardi e Fernandes (2009, p. 363), “Em resposta aos conflitos, a violência tem sido utilizada pelo latifúndio e pelo agronegócio para expropriar e impedir a territorialização e a reterritorialização do campesinato.”

Nesta condição, a trajetória de luta dos movimentos sociais pela terra sempre foi marcada pela repressão e violência. Assim, para Oliveira (2007, p.135) a “[...] violência tem sido a principal característica da luta pela terra no Brasil”.

Neste embate, é importante destacar que o intenso processo de conflitos sociais no campo não é característica exclusiva da atualidade, mas sim de todos os tempos, porém, muitas vezes tais acontecimentos são desconhecidos pelo povo e até mesmo por intelectuais, uma vez que a história do Brasil sempre esteve voltada para a classe dominante, controlada por latifundiários e capitalistas, e não em torno da luta e mobilização da classe de trabalhadores. Os conflitos pela propriedade da terra são recorrentes ao longo de todos os períodos da história de povoamento do Brasil. No início do século XX, a Guerra de Contestado e Canudos foi o maior confronto popular armado entre os sem-terras e o exército brasileiro, como afirma Martins (1981, p.26):

A maior guerra popular da história contemporânea do Brasil foi a Guerra do Contestado, uma guerra camponesa no sul do país, nas regiões do Paraná e Santa Catarina, de 1912 a 1916. Abrangeu 20 mil rebeldes, envolveu metade dos efetivos do Exército brasileiro em 1914, mais uma tropa de mil “vaqueanos”, combatentes irregulares. Deixou um saldo de pelo menos três mil mortos.

Levando-se em conta a análise de outros diversos conflitos agrários, a Guerra de Canudos nos sertões da Bahia entre os anos de 1896 a 1897 também envolvera o exército e milhares de camponeses. Já a Revolta de Formoso, no estado de Goiás, um importante processo de luta e resistência camponesa na conquista da terra que durou mais de uma década nos anos de 1950 e 1960, permaneceu como assunto esquecido e sem importância no processo de organização dos movimentos sociais na luta pela terra.

Assim, a desarticulação dos conflitos agrários durante o processo de espacialização da luta pela terra no Brasil é uma estratégia do capital para garantir a apropriação e o controle das imensas áreas de terras.

Frente aos conflitos territoriais, a violência exacerbada dos latifundiários tem sido característica marcante contra os trabalhadores camponeses. Neste sentido, Avelino Júnior (2004, p.77) afirma:

Na luta pela terra, a regra geral é a violência como forma de resolver os conflitos entre latifundiários e os sem-terra.

São várias as dimensões da violência no campo dentre elas, a violência ambiental que destrói sistematicamente as florestas, ou explora a mão-de-obra dos camponeses durante as secas, a violência da expulsão e da migração forçada, o 'trabalho escravo', e a falta de terras.

Há uma violência específica que ocorre no campo na forma de assassinatos, lesões corporais, ameaças de morte, expulsões, torturas e escravização de camponeses por latifundiários.

A violência física de latifundiários contra sem-terra é a mais evidente, pela sua maior frequência nos noticiários dos jornais.

Desta forma, o alto índice de violência e tensões inerentes aos conflitos agrários tem evidenciado a gravidade das contradições que o capital remonta sobre o processo de uso e exploração do território. Neste contexto, o camponês é atingido pela violência da subordinação, exploração e expropriação, a partir da lógica desigual e contraditória do capital.

Neste sentido, a análise dos dados publicados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) sobre a soma dos conflitos e violências no campo contra a ocupação e a posse da terra no Brasil permite compreendermos parte da realidade dos trabalhadores camponeses sob as mazelas sociais do capital, como destacam Girardi e Fernandes (2009, p.344):

Os dados da CPT são informações sobre a situação da questão agrária brasileira que retratam parte da luta dos camponeses brasileiros e das violências por eles sofridas. Certamente, esses dados não compreendem a totalidade, mas parte da realidade, cuja realidade é ainda mais violenta e desigual.

Neste exposto, podemos verificar que, no período de 2006 a 2010, ocorreram 4.697 conflitos, em um total de 48.469.135 hectares de terras conflitivas, envolvendo 487.340 famílias. Neste universo, podemos enfatizar que, dentre estas famílias envolvidas, 11.090 foram vítimas de expulsão, 63.202 sofreram despejo judicial,

56.248 foram ameaçadas de despejo e 72.258 foram ameaçadas de expulsão. Analisando esta mesma realidade, tivemos, ainda, 16.787 casas destruídas, 10.765 propriedades de roças destruídas, 19.713 pertences destruídos e 49.149 casos de pistolagem (Tabela 05).

Tabela 05 - Brasil - Violência no campo contra ocupação e a posse - 2006/2010

Formas de violência	Anos					Total
	2006	2007	2008	2009	2010	
Nº. de confl.	1.212	1.027	751	854	853	4.697
Famílias	140.650	122.400	70.845	83.058	70.387	487.340
Áreas	5.051.348	8.420.083	6.568.755	15.116.606	13.312.343	48.469.135
Fam. Expulsas	1.809	4.340	1.841	1.884	1.216	11.090
Fam.Despejada	19.449	14.221	9.077	12.388	8.067	63.202
Am. de Despejo	16.389	17.864	3.951	9.640	8.404	56.248
Am de Expul.	12.349	17.754	13.107	10.423	18.625	72.258
Dest. de casas	5.222	2.616	1.934	5.094	1.921	16.787
Dest. de roças	2.363	2.250	1.048	3.488	1.616	10.765
Pert. Destr.	4.165	4.422	4.985	4.715	1.426	19.713
Pistolagem	12.263	10.645	6.963	9.031	10.247	49.149

Fonte: CPT, 2006/2010

Org.: BEDUN, M. R.

Desta forma, a violência e a barbárie contra os trabalhadores camponeses expressam as múltiplas facetas do capital como estratégia de se estabelecer por todo o espaço agrário brasileiro, relegando, assim, os processos de lutas de resistência dos movimentos sociais pela terra e pela reforma agrária. Assim,

O expediente da violência e da truculência adotados pelas classes dominantes e pelo próprio Estado sustenta marcas indeléveis, tanto no que se refere aos assassinatos, quanto às perseguições e desaparecimentos de trabalhadores (posseiros, assalariados, pequenos produtores, etc), dirigentes sindicais e militantes dos diversos movimentos sociais envolvidos na luta pelo acesso à terra e resistência nela. (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p. 85)

Neste contexto, as estatísticas de mortos em lutas de resistência pela conquista da terra tomam proporções cada vez maiores, como pode ser evidenciado no Gráfico 03, que retrata o número de trabalhadores assassinados em conflitos no campo no Brasil entre os anos de 2006 a 2010. Destarte, ao avaliarmos os números de assassinatos de trabalhadores no campo, podemos destacar que, em 2010, houve um aumento de 30% de mortos em conflitos em relação ao ano de 2009. Nesse contexto, constatamos que o maior número de assassinatos, no período compreendido entre 2006 e 2010, ocorreram na região Norte, com destaque para o estado do Pará.

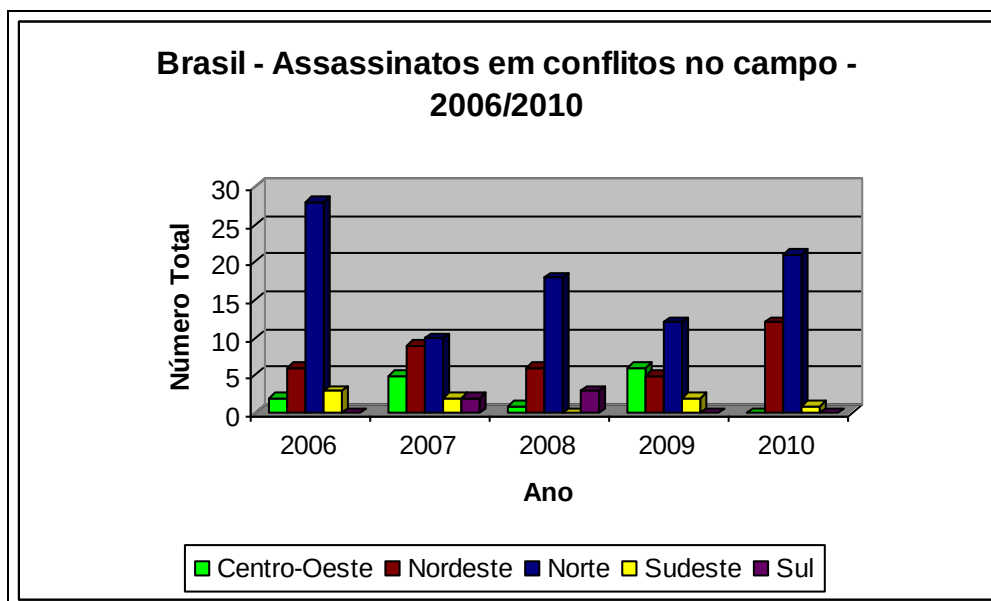


Gráfico 03 - Brasil – Assassinatos em conflitos no campo – 2006/2010

Fonte: CPT, 2006/2010

Org.: BEDUN, M. R.

De forma sucinta, a violência praticada pelos latifundiários contra os trabalhadores camponeses durante o processo de luta para entrar e permanecer na terra representa, de forma explícita, as estratégias da elite fundiária brasileira fundamentada na monopolização do território pelo capital. Neste sentido, a resposta dos governantes e dos órgãos competentes à resolução dos problemas da questão agrária, muitas vezes, por via de regra, tem desconsiderado as políticas sociais e dos direitos humanos e intensificado a repressão e a perseguição aos movimentos sociais; como exemplo, podemos citar os massacres de Corumbiara e o de Eldorado dos Carajás, que completou 14 anos em 2010, e que, com os responsáveis em liberdade, representam a posição dos latifundiários contra a reforma agrária, e, sucessivamente, à distribuição de terras. “Estes dois massacres representavam a posição das elites fundiárias brasileiras em não ceder um milímetro sequer em relação à questão da terra e da reforma agrária” (OLIVEIRA, 2007, p.141-142).

Por conseguinte, merecem destaque outros indicativos de barbárie a que os trabalhadores camponeses são submetidos, como forma de denunciar as arbitrariedades e as diversas formas de violência praticadas pelo latifúndio para efetivar a territorialização do capital monopolista no espaço agrário. Diante disso, com base na Tabela 06, que retrata a violência contra o trabalhador sem terra no Brasil, podemos verificar que, no período de 2006 a 2010, ocorreram 6.735 conflitos, envolvendo 3.268.942 pessoas. Neste universo, podemos enfatizar que, dentre

estas pessoas envolvidas, 154 foram assassinadas, 299 sofreram tentativas de assassinatos, 194 foram mortos em consequência, 824 sofreram ameaças de morte, 120 foram torturados, 1.805 acabaram presos e 2.359 sofreram agressões. Esses dados, infelizmente, mostram o aumento da violência em consequência da ineficácia dos órgãos públicos competentes em punir os responsáveis.

Tabela 06 - Brasil - Violência contra a pessoa - 2006/2010

Formas de violência	Anos					Total
	2006	2007	2008	2009	2010	
Nº. de conflitos	1.657	1.538	1.170	1.184	1.186	6.735
Pessoas Envolvidas	783.801	795.341	502.390	628.009	559.401	3.268.942
Assassinatos	39	28	28	25	34	154
Tentativas de assassinato	72	66	44	62	55	299
Mortos em consequência	57	44	47	27	19	194
Ameaçados de morte	207	259	90	143	125	824
Torturados	30	9	6	71	4	120
Presos	917	428	168	204	88	1.805
Agredidos	749	443	800	277	90	2.359

Fonte: CPT, 2006/2010

Org.: BEDUN, M. R.

Não obstante, dessas muitas formas de violência no campo, outro quadro preocupante de caráter capitalista, fundamentada na exploração e na expropriação e separação do trabalhador camponês dos seus meios de produção, refere-se à existência de trabalho análogo ao trabalho escravo no Brasil. Documentos da Comissão Pastoral da Terra (2010) revelam que o trabalho escravo tem avançado cada vez mais nas regiões mais ricas e desenvolvidas do Brasil, e isso mostra que o sistema capitalista de produção lança mão de relações de trabalho que se diziam extintas para obter lucros cada vez maiores. Os números estatísticos da CPT denunciam a realidade quanto à prática análoga de trabalho escravo combinada com a superexploração e os desrespeitos trabalhistas dos camponeses: “são homens marcados pela violência, pelo sol, pela exclusão social” (VALIM, 1996, p.39).

Assim, a leitura do Gráfico 04 sintetiza os conflitos trabalhistas no Brasil, no período de 2006 a 2010. Os dados apontam que o número de ocorrências registradas neste período foi de 1.251 casos, envolvendo 32.974 trabalhadores na denúncia, sendo que destes, 22.070 foram libertados do trabalho escravo por grupos de fiscalização.

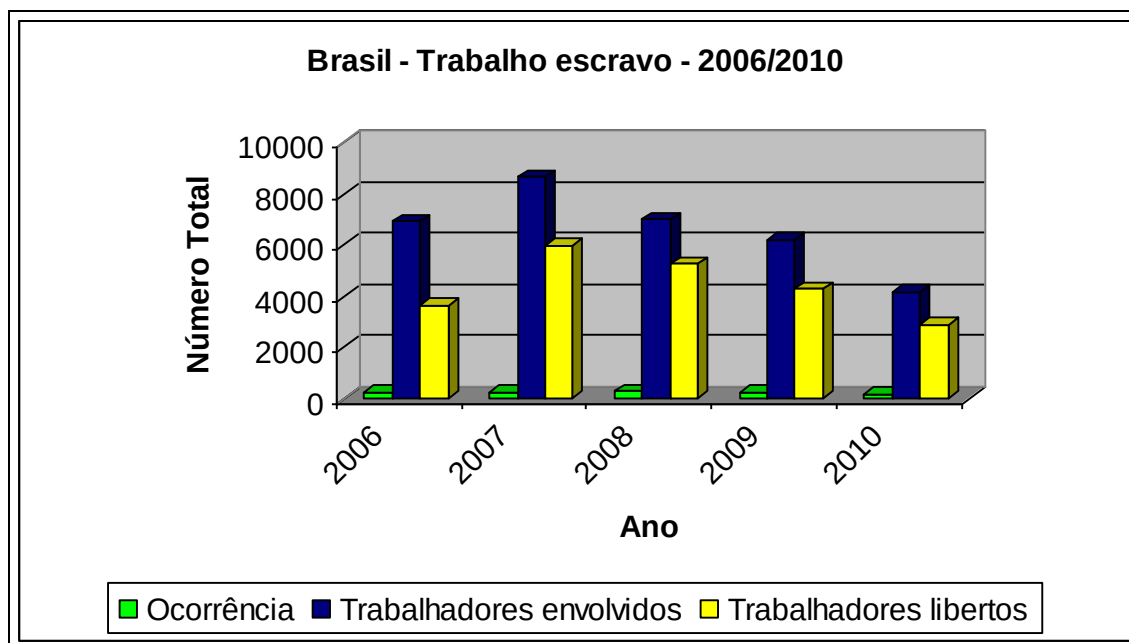


Gráfico 04 - Brasil – Trabalho escravo – 2006/2010

Fonte: CPT, 2006/2010

Org.: BEDUN, M. R.

Associada ao capital e aos rearranjos produtivos e organizacionais desencadeados pelo agronegócio no campo, a ocorrência de condições análogas ao trabalho escravo, inevitavelmente, incide por várias regiões do Brasil, condenando milhares de camponeses a trabalhos degradantes e exaustivos sob situações sub-humanas, não fornecendo condições dignas de moradia, alimentação e saúde, o que exprime o desrespeito aos direitos humanos e trabalhistas.

Frei Jean Marie Xavier Plassat, coordenador da Campanha contra o Trabalho Escravo e atuante na Comissão Pastoral da Terra na luta contra o trabalho escravo contemporâneo no Brasil, explicou em entrevista³ ao Instituto Humanitas Unisinos (IHU), em 18 de março de 2011, cuja publicação tem como título: *Trabalho escravo no Brasil: uma herança maldita do capitalismo*, uma situação agravante a que os trabalhadores são submetidos em pleno século XXI, manifestado na manutenção do trabalho análogo ao trabalho escravo.

Trabalho degradante, jornada exaustiva, dívida fabricada, humilhações, ameaças e violência, junto com o isolamento, são as correntes eficazes do moderno cativo. Obviamente há diferenças em relação à forma antiga de escravizar. Sobre o escravo moderno, o patrão não exerce como antigamente um direito de propriedade,

³ Matéria divulgada no site do Instituto Humanitas Unisinos – 18 de março de 2011. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/41377-trabalho-escravo-no-brasil-uma-heranca-maldita-do-capitalismo-entrevista-especial-com-frei-xavier-plassat>

mas sim de uso e abuso, o que muitas vezes se revela até pior, pois não se responsabiliza pela “conservação” deste patrimônio ou a reprodução de sua prole. Pelo contrário, descarta-o quando não lhe serve mais, depois de explorá-lo até ou além do limite, em serviços braçais necessariamente de limitada duração (a duração média dos serviços “contratados” nessa modalidade não passa geralmente de 3 a 4 meses). Carvoeiro, roçador de pasto ou cortador de cana do século XXI tem expectativa de vida inferior a muitos escravos dos séculos passados.

O trabalho escravo segue o rastro do agronegócio o qual, na última década, se tornou a menina dos olhos das políticas públicas: na fumaça das carvoarias que sacrifica homens e florestas para produzir aço; nas pegadas do gado que continua avançando sobre a Amazônia Legal, com desmatamento em grande escala; na onda da lavoura de soja que conquistou os cerrados centrais; no *boom* do etanol que explode de norte a sul e ressuscita o velho canavial. Presente nas principais cadeias produtivas do agronegócio brasileiro: carne e madeira (metade das denúncias), cana e demais lavouras (metade dos libertados), e carvão vegetal para uso na siderurgia. Operadores internacionais demandam produtos sempre mais baratos sem se preocupar com o que isso implica lá na ponta. Parece haver ligação entre essa expansão desenfreada do agronegócio, no contexto da economia globalizada, e a precarização das relações trabalhistas. (PLASSAT, 2011, grifo do autor)

Assim a história do Brasil é marcada por um modelo de desenvolvimento que prioriza a produtividade e o lucro, promovendo a proletarianização no campo e a sujeição do trabalhador às mazelas do capitalismo associadas à exploração, à exclusão, à miséria, à fome e a outros tipos de barbáries. Neste sentido, constatamos, no delineamento da questão agrária brasileira, os mais alarmantes atos de violência e repressão praticados pelo capital em desfavor da classe trabalhadora.

Em consonância com esta realidade, os dados da Comissão Pastoral da Terra constataam que a ocorrência de trabalho escravo no período de 2006 a 2010 no Brasil se concentra na região Norte, com a totalidade de 670 ocorrências, já a região Nordeste, por sua vez, apresentou 205 ocorrências, o Centro-Oeste, 197, o Sudeste, 95 e o Sul, 84 ocorrências. Portanto, nota-se que a existência de formas semelhantes ao trabalho escravo no campo brasileiro tem ganhado novos territórios, associados ao novo desenho geográfico da expansão das fronteiras agrícolas, desencadeadas pelo modelo econômico denominado agronegócio. Neste âmbito, o Gráfico 05 ilustra a distribuição regional do registro de ocorrências de trabalho análogo ao trabalho escravo no Brasil.

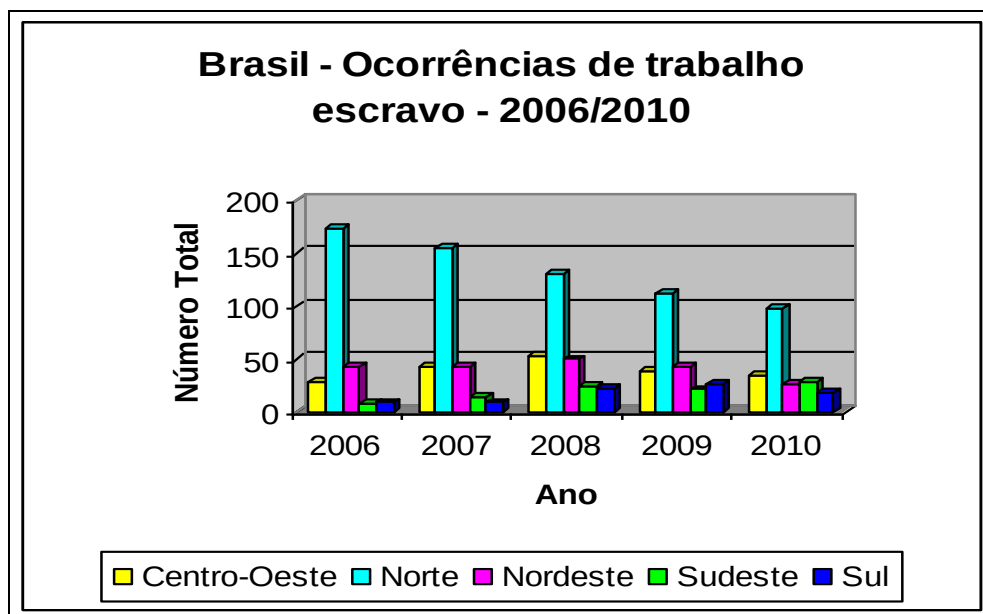


Gráfico 05 - Brasil – Ocorrências de trabalho escravo – 2006/2010

Fonte: CPT, 2006/2010.

Org.: BEDUN, M. R.

O fenômeno do trabalho escravo resiste ao tempo, alimentado por uma singular combinação de elementos, dentre os quais se destacam, de um lado, a passividade da sociedade diante de uma relação de produção tão arcaica quanto desumana e, de outro, a ineficiência da atuação repressiva do Estado, conduzindo a um inevitável clima de impunidade, adequada à perpetuação desse fenômeno de parasitismo social de nocividade extrema. (CORRÊIA, 1999, p.78-79)

Em meio aos conflitos agrários, legitimados pela barbárie da violência dos latifundiários contra os trabalhadores camponeses, Carlos Walter Porto Gonçalves e Paulo Roberto Raposo Alentejano revelam uma análise dramática no modelo agrário brasileiro nos últimos 25 anos no documento “Conflitos no Campo Brasil 2009”, produzido pela Comissão Pastoral da Terra:

2.709 famílias, em média, anualmente expulsas de suas terras!
 63 pessoas, em média, anualmente assassinadas no campo brasileiro na luta por um pedaço de terra!
 13.815 famílias, em média, anualmente despejadas pelo Poder Judiciário e cumpridas pelo poder Executivo por meio de suas polícias!
 422 pessoas, em média, anualmente presas por lutar pela terra!
 765 conflitos, em média, anualmente diretamente relacionados à luta pela terra!
 92.290 famílias, em média, anualmente envolvidas em conflitos por terra! (PORTO GONÇALVES; ALENTEJANO, 2010, p. 109).

Valendo-se destas concepções, concordamos com Thomaz Júnior (2009) quando ele afirma que a repressão e a violência não fizeram desaparecer o envolvimento e a luta dos camponeses na busca incessante do acesso a terra, à Reforma Agrária e às melhores condições de trabalho.

Nesse sentido, a repressão e a violência que engordam as fatídicas estatísticas das torturas, dos assassinatos, dos desaparecimentos de camponeses, lideranças sindicais e trabalhadores rurais, bem como o comprometimento da maioria do Poder Judiciário com os imperativos do capital e do latifúndio, não fizeram desaparecer o envolvimento e a luta dos trabalhadores, sintonizados com o desejo do acesso a terra, à Reforma Agrária, às melhores condições de trabalho, ao cumprimento dos direitos trabalhistas, às denúncias de trabalho escravo etc. (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p.367)

Em síntese, a questão agrária brasileira está relacionada à intensa concentração fundiária, compreendida por constantes conflitos sociais e disputas territoriais entre o capital monopolista e o campesinato. No entanto, o processo de luta organizado pelos movimentos sociais tem mostrado a resistência e a (re) criação do campesinato como parte contraditória do modo capitalista de produção, pois sua lógica organizativa está fundamentada na tríade família, trabalho e terra.

CAPÍTULO 3

A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO E A DINÂMICA PRODUTIVA DAS UNIDADES CAMPONESAS NO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO

3.1 – A dinâmica territorial do agronegócio: cenário agrário brasileiro

As transformações sociais e espaciais no espaço agrário brasileiro têm culminado em uma nova paisagem no campo, marcada pela composição entre o agronegócio e pautada na concentração de grandes unidades de exploração sob a base da prática da monocultura exportadora e o campesinato, baseado na pequena propriedade diversificada sob o controle da força de trabalho familiar.

Assim, a configuração da questão agrária brasileira é delineada por dois territórios distintos, campesinato versus agronegócio. Nessa concepção, Oliveira e Stedile (2005) sintetizam os elementos que compreendem o modelo produtivo do agronegócio e a lógica produtiva da unidade camponesa:

O modo do agronegócio, [...] se baseia na grande propriedade, modernizada, quase sem trabalhadores, usando todo tipo de agrotóxico, monocultura, que não respeita o meio ambiente. E, de outro lado, a agricultura camponesa, baseada em estabelecimentos agrícolas familiares, menores, que se dedicam à policultura (produzem vários produtos), que se dedicam à produção de alimentos, dão trabalho a milhares de pessoas, da família e de fora da família, que produzem e desenvolvem o mercado local e interno. (OLIVEIRA; STEDILE 2005, p.32)

Neste cenário, é imprescindível assegurarmos que o espaço agrário tem sido ocupado por lógicas distintas de reprodução, evidenciadas nas diferentes formas organizacionais de produção que se configuram em territórios opostos.

Desta forma, o capital tem se difundido no campo brasileiro a partir da ideologia do modelo agrícola desenvolvimentista e produtivista pautado no agronegócio, beneficiado com políticas agrícolas, subsídios e vantagens creditícias oferecidos pelo Estado. Acrescenta-se, ainda, aos desdobramentos desse modelo produtivo, as relações típicas de acumulação primitiva do capital, evidenciadas na separação do trabalhador e os meios de produção. Neste discurso, Fabrini (2008, p. 60-61) afirma:

[...] verifica-se que o agronegócio não possui sustentabilidade econômica e sobrevive à custa de intervenções políticas mantidas

pelo Estado na forma de subsídios, perdão de dívidas, juros baixos, etc. Acrescenta-se ainda a ausência de uma racionalidade mercadológica capitalista ao agronegócio, semelhante ao latifúndio, e a reprodução de relações típicas de uma acumulação primitiva de capital como a superexploração do trabalho, violências, trabalho escravo, peonagem, dentre outras formas degradantes da vida humana.

A compreensão deste novo modelo agrícola pautado sobre o paradigma do modo capitalista de produção traz em seu discurso as bases do modelo ideal para o desenvolvimento do país. Nesta dinâmica, o agronegócio se apresenta como um modelo de produção promissor, rentável e próspero, responsável pela modernização da agricultura brasileira e assumindo, no campo, a função de gerar empregos, melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores e promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

No entanto, cabe destacarmos que o discurso desenvolvimentista do agronegócio, caracterizado por mecanismos de concentração de renda e de riqueza, está exclusivamente direcionado aos interesses do capital. Nesta concepção, os reflexos da territorialização e expansão do agronegócio vão na contramão da organização da unidade de produção camponesa, fundamentada na tríade família, trabalho e terra.

Para Fernandes (2006), o agronegócio é a nova denominação dada à agricultura capitalista que, através desta roupagem, procura representar a imagem da produtividade e da geração de riqueza, sem, no entanto, poder esconder o que está na sua raiz: a concentração e a exploração.

O processo de construção da imagem do agronegócio oculta seu caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. Todavia, a questão estrutural permanece. Do trabalho escravo à colheiteira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação está presente, a concentração da propriedade da terra se intensifica e a destruição do campesinato aumenta. O desenvolvimento do conhecimento que provocou as mudanças tecnológicas foi construído a partir da estrutura do modo capitalista de produção. De modo que houve o aperfeiçoamento do processo, mas não a solução dos problemas socioeconômicos e políticos: o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade. A agricultura capitalista ou agricultura patronal ou agricultura empresarial ou agronegócio, qualquer que seja o eufemismo utilizado, não pode esconder o que está na sua raiz, na

sua lógica: a concentração e a exploração. (FERNANDES, 2006, p.38)

Nessa perspectiva, a expansão do agronegócio na agricultura brasileira emerge a partir de um processo contraditório e conflituoso. Isto porque, ao mesmo tempo em que se projeta no campo com inovações e práticas agrícolas modernas, evidenciando a geração de emprego e riqueza, a lógica capitalista, com vistas a aumentar sua produtividade e lucratividade, mantém sob seu jugo a intensa concentração fundiária motivada à produção de monoculturas voltadas para a exportação, sob a base da prática da superexploração do trabalho, práticas de trabalho análogo ao trabalho escravo, desrespeito às legislações ambientais vigentes e a escassez de alimentos que garante a soberania alimentar do país, mantendo, assim, em seu bojo, os mecanismos promotores da desigualdade e da injustiça social.

Nesta conjuntura, cabe ressaltar que o agronegócio traz na sua essência uma lógica produtiva excludente, exploradora e concentradora. No entanto, movido por uma ideologia alienante ao progresso e ao desenvolvimento do país, o agronegócio aparece como espaço produtivo que não pode ser violado para fins de reforma agrária. Para Fernandes (2006, p.38, grifo do autor):

A apologia ao agronegócio, realizada pela mídia, pelas empresas e pelo Estado, é uma forma de criar uma espécie de blindagem desse modelo, procurando *invisibilizar* sua conflitualidade. O agronegócio procura representar a imagem da produtividade, da geração de riquezas para o país. Desse modo, aparece como espaço produtivo por excelência, cuja supremacia não pode ser ameaçada pela ocupação da terra. Se o território do latifúndio pode ser desapropriado para a implantação de projetos de reforma agrária, o território do agronegócio apresenta-se como sagrado, que não pode ser violado.

Assim, é importante frisar que se utilizando do discurso do desenvolvimento, o território do agronegócio tem sido beneficiado por políticas estatais atreladas ao processo de expansão do capital e condizente com a desigualdade social no campo. Segundo Fabrini (2010, p.62-63):

Dentre as medidas políticas defendidas pelo agronegócio a serem tomadas pelo Estado está o veemente combate à ação dos movimentos sociais no campo, ocupações de terra e acampamentos realizados em todo o Brasil. Em passado recente, em favor do agronegócio, algumas medidas governamentais foram tomadas na

esfera de ação do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) para conter as ocupações de terra. Este foi o caso da portaria 62/2001, fundamentada na Medida Provisória 2109-49 de 2000, do MDA, no governo de FHC, que determinou no seu artigo 1º a proibição de vistoria e avaliação de imóveis ocupados pelos sem-terra no prazo de dois anos para fins de reforma agrária.

Assim, tomando por base a exclusão social e a subordinação do trabalhador pelo capital, o campo tem sido marcado por constantes conflitos territoriais entre o camponês e o agronegócio. Nesta perspectiva, o entendimento dos conflitos pela posse da terra busca elucidar os desafios que o camponês tem enfrentado para entrar e permanecer na terra de trabalho, pois a expansão do agronegócio se desdobra na expropriação, exploração e monopolização do território.

Para tanto, nessa dinâmica territorial de expansão do agronegócio, coloca-se em evidência a necessidade de entendermos as estratégias adotadas pelo modelo produtivo e expansionista do capital, alavancadas por políticas agrícolas e vantagens creditícias alicerçadas pelo Estado.

3.2 - As estratégias de expansão do agronegócio no Brasil

A intensa transformação organizacional e produtiva tem implicado, no espaço agrário brasileiro, um novo reordenamento territorial, provocando sérios desdobramentos de conjuntura social, econômica e a precarização do trabalho.

Neste contexto, a apropriação do território pelo modelo produtivo do agronegócio tem acontecido de forma acentuada. Personificado como um dos segmentos produtivos responsáveis pelo desenvolvimento econômico, pela geração de empregos e produção de alimentos, vale frisar que o agronegócio corresponde a um modelo delineado por um intenso processo de modernização da agricultura, materializado sobre a reprodução ampliada do capital e do poder. Fabrini (2010) reforça essa hipótese ao afirmar que:

Foi nesse contexto de modernização da agricultura, territorialização do capital e ajustes neoliberais, que surgiu o agronegócio. A partir do discurso dos setores dominantes da sociedade, o agronegócio se constitui no mais importante caminho para a agricultura brasileira, tornando-se paradigmático. (FABRINI, 2010, p. 60)

Assim, o discurso ideológico do agronegócio, como o mais importante caminho para o desenvolvimento da agricultura brasileira, tem como característica básica a concentração fundiária para expandir a monocultura voltada para a

exportação. Nesse sentido, vê-se, pois, a partir do desenvolvimento desse modelo agroexportador, a formação de um cenário agrícola assentado sobre a barbárie, a expropriação e a exclusão social.

Discutir essas contradições presentes no meio agrário é uma reflexão necessária para entendermos as transformações que ocorreram no campo nestes cinco séculos de história do Brasil. “Essas transformações revelam que o Brasil mudou, que o mundo mudou. O capitalismo adquiriu novos padrões de acumulação e exploração” (OLIVEIRA, 2001, p. 64).

Neste embate, o fortalecimento e a expansão do agronegócio pautado na agricultura capitalista agroexportadora surgiram no Brasil como forma de organizar a agricultura. Sendo assim, Oliveira e Stedile (2005), esclarecem:

Agronegócio é qualquer operação comercial realizada com produtos agrícolas, mas no Brasil, virou a denominação de um modelo próprio de organizar a agricultura na forma de grandes fazendas modernas, com pouca mão-de-obra, com monocultura, que se especializam nas exportações. (OLIVEIRA; STEDILE, 2005, p.5, grifo do autor)

Neste contexto, o capital, considerando a necessidade de se reorganizar espacialmente para continuar seu processo de reprodução, utiliza-se de novos mecanismos para organizar a produtividade agrícola. Neste discurso, a reestruturação produtiva do capitalismo faz emergir, na questão agrária, os conflitos territoriais entre o capital monopolista e o campesinato. Para Fernandes (2006), o conflito nasce porque o capital, tentando manter sua lógica produtiva, usa como estratégia as relações de dominação e exploração sobre o trabalhador camponês. Por sua vez, os camponeses lutam pela sua autonomia política e econômica, exposto na sua resistência e (re) criação perante o capital.

O capital gera a *conflitualidade* determinando a relação social dominante, tornando sempre subalterno o campesinato. Nessa *condição*, nasce o conflito, porque o capital, tentando manter sua lógica e seus princípios, enfrenta permanentemente os camponeses para continuar dominando-os. Por sua própria dignidade, os camponeses lutam continuamente pela autonomia política e econômica. A destruição e a recriação do campesinato pelo capital e a recriação do campesinato por si mesmo são processos diversos, com lógicas distintas, com valores diferentes. (FERNANDES, 2006, p.9, grifo do autor)

Com efeito, a lógica de reprodução da unidade camponesa está alicerçada na mão de obra familiar e na terra de trabalho, garantindo, assim, sua permanência como classe peculiar no seio do mundo capitalista. Por outro lado, a lógica capitalista de produção tem como meta o lucro, a renda da terra e a reprodução ampliada do capital.

Posto isso, cabe ressaltar que o agronegócio constitui um modelo de desenvolvimento econômico que prioriza o aumento da produtividade e do lucro, tendo, assim, atraído a participação de empresas transnacionais sob o controle do capital estrangeiro. Neste sentido, a expansão do agronegócio no Brasil é acompanhada pela territorialização do capital estrangeiro bem como o empreendimento das grandes corporações internacionais no cenário agrícola.

Para buscar a inserção e a consolidação no mercado internacional, o governo brasileiro tem se utilizado de estratégias, políticas agrícolas e conjuntura econômica favorável ao desenvolvimento do agronegócio no território nacional. Diante deste cenário, um forte aliado desse processo expansionista é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que oferece financiamentos e subsídios destinados ao fortalecimento e à estabilidade deste novo modelo econômico – agronegócio. Fabrini (2010, p.61) destaca:

Quanto às garantias econômicas, o agronegócio exige recursos financeiros e juros subsidiados para investimentos e custeios. Os Planos-Safra que destinam recursos financeiros para a agricultura comercial [...] e o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimentos Econômico e Social) são importantes mecanismos a serviço da expansão do agronegócio. Além de financiamentos a juros baixos, outras garantias econômicas demandadas pelo agronegócio são as renegociações/rolagens de dívidas; redução de juros; alongamento de prazos; ampliação de carências e prorrogação de débitos e custeio.

Partindo deste pressuposto, o Informe Setorial do BNDES⁴, ressalta que o montante de recursos desembolsados no ano de 2010 totalizou R\$ 168,4 bilhões, para um total de 609.894 operações. No que se refere, particularmente, ao destino desses créditos para as principais cadeias de produção da agropecuária, a Tabela 07 revela os valores destinados às cadeias produtivas no ano de 2010. Analisando os valores designados para as cadeias de carnes, grãos e açúcar, principais

⁴ BNDES – Informe Setorial. Abril de 2011, nº 20. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/setorial/Informe_20.pdf

produtos de exportação, verifica-se que esses correspondem, juntos, a 69% do montante destinado ao complexo agroindustrial.

Tabela 07 - Brasil – Desembolso do BNDES por cadeias (R\$ milhões) - 2010

Cadeia	Valor	Variação sobre 2009 (%)
Carnes	5.099	-8,6
Grãos	5.332	76,8
Açúcar	3.371	44,5
Leite	978	18,2
Fruticultura	632	83,3
Café	784	218,6
Fumo	116	24,6
Laranja	122	34,7
Cacau	260	379,7
Outros	6.903	124,4
Total	23.598	

Fonte: Informe Setorial – BNDES, 2011.

Org.: Departamento de agroindústria

É diante deste cenário que o desenvolvimento do sistema capitalista de produção tem exercido uma série de mudanças estruturais e de conjuntura política e econômica significativas no espaço agrário brasileiro. Considerando o destino dos recursos financeiros do BNDES às grandes corporações transnacionais, é de aparente lógica que o agronegócio confirme suas estratégias de expansão e consolidação no campo brasileiro.

Para o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2003), o agronegócio é uma forma de a elite brasileira aliar os seus interesses políticos e econômicos ao capital estrangeiro.

A inserção cada vez maior do Brasil no agronegócio deriva de seu papel no interior da lógica contraditória do desenvolvimento do capitalismo mundializado. É respondendo a esta lógica que se exporta para importar e importa-se para exportar. Não há mais limite para a busca do lucro máximo. O mercado é o mundo. [...] Assim, as elites capitalistas no Brasil buscam seus ganhos máximos onde existir quem queira comprar.

A lógica é mundial, e o nacional fica submetido a esta lógica mundial. O agronegócio e suas *commodities* são expressões objetivas desta inserção capitalista das elites brasileiras ao capital mundial. (OLIVEIRA, 2003, p. 120, grifo do autor)

Nesse contexto, a ocupação do nosso território por um modelo agrícola neoliberal, de caráter agroexportador, pautado na concentração da terra e de capitais e amparado na predominância da monocultura, consiste no fator que

submete a agricultura brasileira a um novo modelo de desenvolvimento pautado na lógica capitalista de produção.

Mediante tal contexto, Oliveira e Stedile (2005) destacam as principais características desse novo modelo agrícola que começou a se difundir no Brasil, nas últimas duas décadas, sob a égide do capital financeiro internacional.

a) Controle do comércio agrícola pelos grandes grupos transnacionais.

Com o modelo econômico, em geral, subordinado às empresas transnacionais, o que aconteceu é que essas empresas passaram a controlar agora o comércio agrícola, em especial o comércio dos grãos, ou, como eles chamam, das commodities – que é uma palavra inglesa, relativa a todas as mercadorias agrícolas padronizadas, homogêneas. [...]

b) Estimulo a implantação de grandes fazendas para grãos e exportação

Há um estímulo à implantação de grandes fazendas, de 5, 10 mil hectares, com alta tecnologia, mecanização, pouca mão-de-obra, baixos salários, que, por atuarem em monocultura e em grandes extensões, conseguem produzir a baixos custos, com alta produtividade. A maior parte dessas fazendas dedica-se apenas aos produtos de exportação.

E mais recentemente eles se autodenominaram de AGRONEGÓCIO. [...]

c) Mudanças na agroindústria

A agroindústria está sofrendo grandes mudanças determinadas por esse modelo econômico.

Primeira mudança: as maiores agroindústrias estão comprando várias pequenas e médias empresas do setor; com isso, o controle da produção é concentrado em apenas alguns grupos econômicos.

Segunda mudança: está havendo um processo de desnacionalização [...]

Terceira mudança: a forma de se relacionar com os produtores integrados na agroindústria, fornecedores da matéria-prima (como frangos, suínos, aves, frutas, leite etc.): antes, o modelo integrava o maior número possível de pequenos agricultores, porque isso era uma forma de aumentar a produção. Agora, as empresas estão num processo de seleção, vão manter apenas os maiores produtores, com mais capital, que consigam produzir a preços menores. Com isso, milhares de pequenos agricultores serão abandonados à própria sorte e não terão mais para quem entregar sua produção. [...]

Quarta mudança: em alguns setores da agroindústria, as empresas também passam a produzir a matéria-prima. [...]

Quinta mudança: esta talvez seja a mais grave mudança do ponto de vista histórico. Como há um domínio completo das empresas transnacionais sobre a agroindústria brasileira, elas estão tratando de impor a padronização dos alimentos. Essas empresas desenvolvem, em seus laboratórios no exterior, um processo de padronização de tipos iguais de alimentos, que passam a adotar em todo o mundo, para poder ter mais escala de produção, as mesmas propagandas e

os mesmos resultados. E, assim, vão destruindo hábitos alimentares locais e impondo seus “alimentos” apenas para ganhar dinheiro.

d) A destruição do papel do setor público agrícola

Em todo o mundo, o Estado tem um papel fundamental no apoio à agricultura, porque os agricultores não têm controle da produção. [...] Na ideologia do atual modelo, o mercado é que deve regular os agricultores. Ora, o mercado significa na prática as grandes empresas. Ou seja, o governo deixaria os pequenos agricultores à mercê das grandes empresas. E, portanto, certamente haverá um processo de exploração ainda maior e de enfraquecimento da agricultura familiar e camponesa.

e) Um novo modelo tecnológico

Está em curso nesse modelo uma mudança no padrão de tecnologia a ser utilizado para produzir na agricultura brasileira. [...]

Então, está em curso um novo modelo tecnológico para aumentar a produtividade da agricultura. Esse modelo está baseado nas técnicas desenvolvidas pela biotecnologia. Ou seja, aumentar a produtividade por meio de novas e melhores variedades de plantas. Por meio de novas e melhores raças de animais. (OLIVEIRA; STEDILE, 2005, p. 16 a 22, grifo do autor)

Em síntese, os dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA – vinculados ao segmento agroexportador do agronegócio, revelam que, em 2010, entre os principais mercados de destino das exportações do agronegócio brasileiro destacam-se a União Européia (US\$ 20,4 bilhões), China (US\$ 11 bilhões), Estados Unidos (US\$ 5,4 bilhões), Rússia (US\$ 4,6 bilhões), Japão (US\$ 2,37 bilhões) e outros mercados (US\$ 33,2 bilhões) ⁵.

Para melhor entendermos a inserção do Brasil no interior da lógica capitalista mundial, dados publicados na revista *Agronegócio Brasileiro em números* e divulgados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em 2010, revelam o ranking da produção e exportação dos principais produtos agropecuários do Brasil no mundo. Em relação aos números de produção, o Brasil coloca em evidência o açúcar, café e suco de laranja em primeiro lugar. Considerando os produtos agrícolas destinados para exportação, o Brasil é o maior exportador de açúcar, café, suco de laranja, carne bovina, tabaco, etanol e aves no mundo (Tabela 08).

⁵ Divulgado no portal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Agronegócio Brasileiro em números – 2010. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/publicacoes>.

Tabela 08 - Ranking brasileiro de produção e exportação - 2010

Produtos agropecuários	Produção	Exportação	Valor US\$ bilhões
Açúcar	1º	1º	12.761
Café	1º	1º	5.764
Suco de laranja	1º	1º	1.774
Soja	2º	2º	17.701
Carne bovina	2º	1º	4.795
Tabaco	2º	1º	2.706
Etanol	2º	1º	2.028
Aves	3º	1º	6.254
Milho	4º	3º	2.136
Carne suína	4º	4º	2.679

Fonte: Agronegócio brasileiro em números - MAPA, 2010.

Assim, o forte dinamismo produtivo do agronegócio é visto pelo Estado, pela mídia, por pesquisadores, pelas empresas e por outros segmentos da sociedade como um modelo promissor para o desenvolvimento econômico e social do país. Neste discurso, Fabrini (2010, p. 60) destaca:

O discurso positivo de segmentos sociais diversos (estudiosos, governantes, parlamentares e empresários, por exemplo) é de que o agronegócio possui grande importância para o País porque é responsável pela elevação da produção agrícola (alimentos), superávits da balança comercial, geração de emprego e renda, dentre outros benefícios. Vê-se com isso que de “vilões” que eram no passado, os grandes proprietários rurais do agronegócio, tornaram-se “heróis” da nação. Assim, as propriedades rurais latifundiárias, antes responsáveis pela miséria e pobreza porque não produziam, transformaram-se em verdadeiras empresas rurais, ou seja, imóveis altamente produtivos, explorados racionalmente e responsáveis por vários benefícios sociais e econômicos.

Todavia, o discurso do desenvolvimento e da produtividade a partir da ideologia do agronegócio visa, sobretudo, à reprodução ampliada do capital no cenário agrícola brasileiro. Neste contexto, é importante entendermos, nesse discurso, as controvérsias desse modelo agroexportador de caráter capitalista, baseado na modernização da agricultura, na superprodução, na exploração da mão de obra do trabalhador e na concentração de poder e riqueza. Em torno disso, Thomaz Júnior (2009, p.290, grifo do autor) destaca:

Por conseguinte, se a agricultura capitalista referenciada no modelo da modernidade e dos requisitos do agronegócio se expressa tanto na *grandiosidade* das supersafras, como retrata o suporte dos mais

elevados coeficientes de concentração da terra e de riquezas do planeta, não é de se espantar a crueza da barbárie imperante.

Nesse sentido, verifica-se que a acumulação capitalista do agronegócio é fomentada através da desterritorialização e da exploração dos trabalhadores camponeses. Com isso, podemos afirmar que o processo de reestruturação produtiva do capital, com base no aperfeiçoamento e na modernização da agricultura, buscando assegurar o aumento da produtividade e, conseqüentemente, a geração de poder e riqueza, tem promovido significativas mudanças nas relações sociais de produção e do trabalho.

Neste contexto, ao mesmo tempo em que o agronegócio se apropria do território com o discurso de gerar emprego e renda, produzir alimentos que garantam a soberania alimentar do país e fazer desenvolver e prosperar o campo brasileiro, ele também tem sido responsável por uma realidade marcada pela miséria, violência, exploração, expropriação e outras barbáries combinadas com o processo desigual e contraditório peculiar ao desenvolvimento do capitalismo. Diante dessa lógica, Fabrini (2010, p. 63-64) enfatiza:

Em contraponto à concepção conservadora de defesa do agronegócio, alguns autores entendem que embora este setor tenha se tornado sinônimo de produtividade, ele é responsável por um conjunto de barbáries representadas pela miséria e pobreza, exclusão, superexploração do trabalho, violências, degradação ambiental, dentre outras.

Mediante a modernização da agricultura sobre a prática de barbáries provocadas pelo capital em torno da classe camponesa, destacamos que o modelo de produção desenvolvido pelo agronegócio está legitimado na exploração do trabalho e na concentração de terras baseada na predominância da monocultura direcionada à exportação.

Porém, considerando o discurso favorável do agronegócio em relação à elevação da produção agrícola para patamares nunca antes atingido, é importante frisar que “[...] o mesmo Brasil moderno do agronegócio que exporta tem que importar arroz, feijão, milho, trigo e leite (alimentos básicos dos trabalhadores brasileiros) [...]” (OLIVEIRA, 2003, p.122).

Nessas projeções, dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 2011, em relação à importação de produtos agropecuários,

apontam que o Brasil importou, em 2010, US\$ 13,4 bilhões⁶. Demonstrando em dados estatísticos, a Tabela 09 mostra a quantidade de produtos agropecuários importados pelo Brasil referente ao período de 2006 a 2011. Culturas como arroz, feijão, trigo e leite, que fazem parte da base alimentar dos brasileiros, são listadas como principais produtos de importação.

Tabela 09 - Brasil – Importações de produtos agropecuários – 2006 a 2011

PRODUTO	IMPORTAÇÕES (Quantidade em t.)					
	2006	2007	2008	2009	2010	06/2011
Algodão	81.572	96.781	33.711	14.459	39.222	133.863
Arroz	1.060.813	1.210.885	731.910	1.071.016	1.334.545	315.214
Feijão	70.064	96.269	209.690	109.921	181.162	69.204
Leite e deriv.	62	34	36	92	72	75*
Trigo	6.704.730	7.439.770	6.515.027	6.262.935	7.139.604	3.298.558

Fonte: MAPA, 2011.

Org.: BEDUN, M.R.

*Previsão

Em face ao exposto, a dinâmica do capital agroindustrial expressa pelo processo de acumulação e a evolução contínua das culturas voltadas para o mercado externo, como a soja e a cana-de-açúcar, atuam como fatores desfavoráveis para a agricultura familiar camponesa e conseqüentemente para a produção de alimentos. Nesse aspecto, faz-se importante compreender que o processo de reestruturação produtiva do capital está substanciado no aumento da produtividade e da lucratividade, bem como na incorporação de inovações tecnológicas e científicas, e mecanização da produção, subsidiados geralmente por linhas de créditos e financiamentos oferecidos pelo governo.

No que tange o expressivo crescimento de culturas baseada na produção de *commodities*, dados divulgados pelo IBGE revelam um cenário agrícola destinado ao cultivo de culturas voltadas para a exportação em detrimento a produção de culturas destinadas à subsistência familiar. A análise dos dados apresentados na Tabela 10, sobre a área colhida das principais commodities agrícolas brasileiras (café, laranja, cana-de-açúcar, milho e soja) e das culturas básicas de subsistência dos trabalhadores, como o arroz, o feijão e a mandioca, revelam a expansão do cultivo da cana-de-açúcar e da soja, enquanto, percebe-se a redução do cultivo do arroz e a estagnação do cultivo do feijão. Tal fato deve-se as medidas adotadas pelas

⁶ Divulgado no portal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Agronegócio Brasileiro em números – 2010. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/publicacoes>.

políticas agrícolas, com suporte financeiro, técnico e comercial, voltados para o agronegócio.

Tabela 10 – Brasil – Produção vegetal – 1980/2006

Tipo de Produção	Área Colhida (hectares)			
	1980	1985	1995	2006
Café	2.449.225	2.636.704	1.812.250	1.687.854
Laranja	456.458	632.525	946.886	596.919
Arroz	5.712.072	5.173.330	2.977.019	2.409.589
Cana-de-açúcar	2.603.292	3.798.117	4.216.427	5.577.643
Feijão	4.361.467	5.480.286	3.225.092	4.327.697
Mandioca	1.159.260	1.635.594	1.233.138	2.702.101
Milho	10.338.592	12.040.441	10.602.850	11.724.362
Soja	7.783.706	9.434.686	9.479.893	15.646.990

Fonte: IBGE - Série Histórica.

Org.: BEDUN, M.R., 2011

Vê-se, pois, que diante da expansão do agronegócio como modelo de desenvolvimento, que tem como meta a produtividade e o lucro, a agricultura de subsistência, pautado na diversidade e no trabalho familiar, está em constante ameaça pelo projeto expansionista do capital agroindustrial.

Partindo desse pressuposto, o agronegócio tem se utilizado de práticas e métodos como a intensa mecanização, concentração fundiária e monopólio, que colocam em constante ameaça as questões sociais e ambientais do Brasil. Porto Gonçalves (2006) ressalta que este processo de reprodução ampliada do capital que opera no modelo agrícola atual está ancorado em dois pilares básicos: a supervalorização da ciência e das técnicas ocidentais no modo de produção e a expansão das terras cultivadas. O autor ainda destaca que, nos últimos cinquenta anos, dados da FAO apontam que a produção de grãos aumentou três vezes e o uso de fertilizantes foi multiplicado por quatorze vezes.

Neste contexto, o Brasil vem se transformando em campeão mundial no uso desordenado de defensivos agrícolas no campo devido ao agronegócio. Dados divulgados no Portal do Agronegócio revelam que, em 2010, o faturamento da indústria de defensivos agrícolas cresceu 9%, passando de US\$ 7,3 bilhões. Do

total, 43% dos produtos defensivos foram usados nas lavouras de soja. Em seguida, ficaram as lavouras de cana-de-açúcar e o milho⁷.

Neste cenário, no entender de Bombardi (2011), a intoxicação por agrotóxicos deve ser compreendida como a mais nova forma de violência no campo exercido pelo capital oligopolista.

Neste sentido, entendo que as intoxicações por agrotóxicos devam ser compreendidas como mais um elemento da já conhecida *violência no campo*. Entretanto, trata-se agora de uma forma silenciosa de violência, perpetrada pelo capital internacional oligopolista. (BOMBARDI, 2001, p.20)

Com efeito, não há dúvidas de que o modelo produtivo do agronegócio espalhou e se consolidou por todo o território nacional, porém, o sinônimo de progresso, geração de emprego e de produtividade é um mito, uma ideologia⁸, conforme afirma a pesquisadora e professora Rosemeire Aparecida de Almeida, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Partindo desse pressuposto, é preciso enaltecer a agricultura familiar camponesa como forma tradicional de produção e organização social, baseada na produção diversificada e de subsistência, garantindo, assim, a soberania alimentar do Brasil.

3.3 - A dinâmica produtiva da agricultura familiar camponesa

Com a modernização da agricultura brasileira e a expansão do território do agronegócio baseada no tripé concentração de terras, prática de monocultura e exportação, é de suma importância entender o papel desempenhado pela agricultura familiar camponesa no espaço agrário. Considerando o discurso favorável do agronegócio e evidenciando sua eficiência econômica e produtiva, supunha-se que a prioridade das grandes unidades de produção era promover o desenvolvimento e garantir a soberania alimentar do país, fato que não passou de um mito.

⁷ Mercado de defensivos agrícolas vende R\$ 1,27 bi até fevereiro. Divulgado no Portal do Agronegócio em 29/03/2011. Disponível em: <http://www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php?id=52660>

⁸ “Produtividade do agronegócio é mito”, afirma pesquisadora. Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra. 15 de novembro de 2010. Disponível em: <http://www.mst.org.br/Com-credito-de-1-bi-agronegocio-produz-metade-do-valor>

Dessa forma, o campo é marcado por conflitos territoriais e divergências políticas e ideológicas manifestas, sobretudo, pela concentração de terras, capital e poder, sob a ótica do desenvolvimento econômico, social e sustentável do país pelo modelo agrícola neoliberal. São estes princípios que fortalecem a luta dos trabalhadores camponeses na defesa de um novo modelo de produção que defende a diversidade agrícola, baseada na força de trabalho familiar e de forma sustentável.

É em decorrência deste conjunto de razões que, teimosamente, os camponeses lutam no Brasil em duas frentes, uma para entrar na terra, para se tornarem camponeses proprietários, e em outra frente, lutam para permanecer na terra como produtores de alimentos fundamentais à sociedade brasileira. São, portanto, uma classe em luta permanente, pois os diferentes governos não lhes têm considerado em suas políticas públicas. (OLIVEIRA, 2007, p.134)

Sob o prisma da luta para entrar e permanecer na terra de trabalho como classe peculiar, o camponês, enquanto modo de vida, busca corromper com a injustiça, desigualdade, miséria e outras barbáries impostas pelo sistema capitalista de produção no campo. Neste sentido, a agricultura familiar camponesa é um sistema de produção que não se utiliza de qualquer forma de superexploração da força de trabalho, de concentração fundiária e de poder, uma vez que suas necessidades não são reguladas pelo lucro do capital.

A propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho de outrem; é propriedade direta de instrumentos de trabalho por parte de quem trabalha. Não é propriedade capitalista; é propriedade do trabalhador. Seus resultados sociais são completamente distintos, porque nesse caso a produção e reprodução das condições de vida dos trabalhadores não é regulada pela necessidade de lucro do capital, porque não se trata de capital no sentido capitalista da palavra. O trabalhador e lavrador não recebe lucro. Os seus ganhos são ganhos do seu trabalho e do trabalho de sua família e não ganhos de capital, exatamente porque esses ganhos não provem da exploração de um capitalista sobre um trabalhador expropriado dos instrumentos de trabalho. (MARTINS, 1980, p. 59)

Nesse sentido, cabe destacar que os camponeses não se baseiam nas relações capitalistas de produção e, diante da propriedade familiar de produção, têm desenvolvido suas próprias potencialidades, superando, contudo, os desafios e conflitos presentes no campo e garantindo, assim, sua existência e permanência na terra.

Sobre as particularidades camponesas, destacam-se os movimentos sociais defendendo a luta pela terra, na perspectiva da viabilidade da produção frente ao processo de expansão e consolidação do sistema capitalista neoliberal, o qual se delinea no âmbito do agronegócio no campo. Neste contexto, Quijano (2005, p. 487, grifo do autor) formula a seguinte teoria sobre as ações dos movimentos sociais em busca de novas alternativas para conviver com as diferentes conjunturas presentes no campo:

Podemos, portanto, sugerir que talvez não seja uma mera coincidência que a resistência ao capitalismo e à sua “globalização” tenha se tornado um fluxo mundial apenas na última década e que esse movimento procure, agora sim explicitamente, opções alternativas de sociedade. Sem dúvida, o lema do Fórum Social Mundial de Porto Alegre, “Um outro mundo é possível”, expressa bem a orientação do novo período: a transição da resistência para a busca de alternativa.

Sendo assim, o desafio que se coloca ao campones é a implicação de novas estratégias de produção e organização social do trabalho frente à lógica produtiva do capital. Nessa conjuntura, é na luta diária pela terra de trabalho que o camponês resiste ao modo capitalista de produção e tem garantido sua permanência e legitimação enquanto classe.

Assim, o grande dilema do campesinato parece estar no fato de que sua formação histórica é garantida pela eterna contradição entre a permanência, mudança e transformação e não necessariamente na simplificação: conservadores *versus* revolucionários. Isso significa compreender que sua reprodução e sua luta diária são feitas tendo como base a manutenção de valores considerados tradicionais: família, terra e trabalho. Esse parece ser o limite, mas também o seu possível, uma vez que tem sido capaz, nesta luta, de (re)inventar novas formas de enfrentamento, um novo jeito de lutar, o que tem garantido sua reprodução para muito além das determinações do capital. (ALMEIDA, 2006, p.108, grifo do autor)

Diante deste quadro, o campo é marcado por constantes conflitos e disputas territoriais, sendo o maior desafio dos movimentos sociais a desconcentração fundiária e do capital. Deste modo, a ocupação de latifúndios improdutivos representa um processo importante na resistência e recriação do campesinato. “A ocupação, como forma de luta e acesso a terra, é um contínuo na história do

campesinato brasileiro. Desde o princípio de sua formação, os camponeses, em seu processo de criação e recriação, ocuparam terra” (FERNANDES, 2000, p.286).

Isso explica o fato do camponês permanecer na terra de trabalho. Neste embate, Oliveira (1986) ressalta que estudiosos têm buscado entender o processo de permanência e resistência do camponês no interior do mundo capitalista.

(...) um número cada vez maior de estudiosos da agricultura tem buscado a explicação não só para a permanência, como também para o aumento do campesinato na agricultura, no próprio processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista. (OLIVEIRA, 1986, p.11)

Embora os camponeses tragam consigo uma história de lutas e conflitos sociais e políticos, esses são impulsionados a dar continuidade ao estilo de vida que marcam sua trajetória, ou seja, uma experiência de trabalho voltada à organização familiar, onde os costumes, valores e tradições continuam enraizados e vivos, garantido, deste modo, a recriação e a permanência desta classe peculiar.

Por conseguinte, assumimos o pressuposto de que o não desaparecimento da classe camponesa se faz contraditoriamente como uma relação não-capitalista. Por sua vez, sua (re)criação não pode ser entendida pela unilateralidade do capital; é na luta cotidiana pela terra e na terra que o camponês tem garantido sua permanência como classe peculiar. Insistindo em perpassar diferentes sociedades vão mantendo sua situação econômico social dúplice: são, ao mesmo tempo, proprietários de terra e trabalhadores. (ALMEIDA, 2003, p. 73)

Assim, a permanência do trabalhador camponês na terra como classe peculiar, baseada na força de trabalho familiar, configura-se como condição crucial em relação ao processo produtivo e diversificado da agricultura brasileira, pois as grandes propriedades atreladas ao agronegócio estão pautadas nas relações mercadológicas empresariais, sob a ótica da ampliação do capital e do poder.

Nesta concepção, os camponeses organizados na pequena propriedade de base familiar são responsáveis pela produção de alimentos que garantem a soberania alimentar do país. Assim, é razoável tomarmos como referência os dados estatísticos do último Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre o volume de produção e fazermos um comparativo entre as pequenas, médias e grandes unidades de produção para mostrar quem produz a grande maioria dos produtos agrícola no campo.

Neste contexto, para se classificar a propriedade em pequena, média e grande, tomamos como referência a classificação proposta por Mieczslau Kudlavicz (2011), onde, em termos médios, a pequena propriedade é vista como aquela que vai até menos de 200 hectares, a média propriedade como aquela que vai de 200 a menos de 1.000 hectares, e a grande como aquela que tem 1.000 hectares ou mais.

Classificamos [...] como pequena unidade os estabelecimentos de menos 01 hectare a menos 200 hectares. A média de 200 a menos de 1.000 hectares. E a grande unidade acima de 1.000 hectares. Esta classificação se baseia na Lei 8.629/1993 que define pequena propriedade (até 4 módulos fiscais); média (acima de 4 até 15 módulos fiscais) e grande (acima de 15 módulos fiscais). (KUDLAVICZ, 2001, p.95)

Neste âmbito, devemos esclarecer que, ao analisarmos os dados estatísticos do IBGE referentes ao Censo Agropecuário de 2006, evidenciamos que as pequenas propriedades camponesas são responsáveis pela produção da grande maioria dos produtos agrícolas. Dessa forma, como destaca Oliveira (2003, p.134), “Esta realidade precisa ser esclarecida, pois há o mito de que quem produz no campo são as grandes propriedades”. Neste contexto, a leitura da Tabela 11 revela que a pequena propriedade camponesa é responsável pelo maior volume de produção entre as lavouras temporárias. Com isso, a ideologia de que o agronegócio monocultor é efetivamente responsável pela produção de alimentos não corresponde à realidade do espaço agrário brasileiro.

Tabela 11 – Brasil – Distribuição do volume de produção das lavouras temporárias - 2006

PRODUTOS	PEQUENA	MÉDIA	GRANDE
Abacaxi (mil frutos)	476.853	66.834	27.017
Abóbora (Toneladas)	331.287	33.534	17.073
Algodão herbáceo (Toneladas)	63.743	116.088	2.170.150
Alho (Toneladas)	32.044	11.961	1.701
Amendoim em casca (Toneladas)	72.570	20.858	24.682
Arroz em casca (Toneladas)	4.084.994	2.520.777	2.782.113
Aveia branca em grão (Toneladas)	115.210	91.268	69.148
Batata-inglesa (Toneladas)	599.422	185.660	292.516
Cana-de-açúcar (Toneladas)	59.855.027	64.431.234	259.815.643
Cebola (Toneladas)	635.760	31.120	6.296
Cevada em casca (Toneladas)	25.017	52.890	28.249
Ervilha em grão (Toneladas)	682	1.143	360
Fava em grão (Toneladas)	40.355	1.528	1.562
Feijão preto em grão (Toneladas)	612.234	55.115	21.346
Feijão de cor em grão (Toneladas)	831.530	198.524	255.593
Feijão fradinho em grão (Toneladas)	997.202	72.313	37.029
Feijão verde (Toneladas)	267.939	21.574	13.719
Fumo em folha seca (Toneladas)	1.093.823	1.940	1.475
Gergelim (Toneladas)	724	106	6
Girassol semente (Toneladas)	10.169	11.586	25.504
Mamona (Toneladas)	56.060	2.446	3.139
Mandioca (Toneladas)	15.105.500	718.485	126.436
Melancia (Toneladas)	1.276.753	79.416	58.393
Melão (Toneladas)	81.294	40.509	98.647
Milho em grão (Toneladas)	24.390.218	8.332.462	9.445.505
Soja em grão (Toneladas)	10.359.012	11.058.826	19.292.496
Sorgo em grão (Toneladas)	141.192	258.664	388.857
Tomate rasteiro (Toneladas)	277.751	76.914	19.093
Trigo em grão (Toneladas)	935.514	869.164	452.682

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE – 2006

Org.: BEDUN, M. R.

De posse dos dados da produção de lavouras temporárias, podemos afirmar que a pequena propriedade camponesa é responsável pelo maior volume da produção destinada à alimentação da população brasileira, como o arroz, o feijão e a mandioca. Por sua vez, as grandes propriedades concentram, majoritariamente, a produção de lavouras significativas para o desenvolvimento e expansão do agronegócio no campo, a exemplo da produção de cana-de-açúcar, algodão e soja.

Em relação às lavouras permanentes, conforme se verifica na Tabela 12, afirmamos, seguramente, que a pequena propriedade camponesa é eficiente em relação ao volume de produção. Assim, como destaca Oliveira (2003, p.135, grifo do autor), “Como se pode verificar, também entre as *commodities* (laranja, café e cacau), as pequenas unidades [...] tiveram o maior volume da produção”, o que, seguramente, revela a insustentabilidade do agronegócio.

Tabela 12 – Brasil – Distribuição do volume de produção das lavouras permanentes-2006

PRODUTOS	PEQUENA	MÉDIA	GRANDE
Abacate (toneladas)	51.267	8.912	2.641
Açaí-fruto (toneladas)	190.470	12.034	3.200
Acerola (toneladas)	22.605	1.025	821
Algodão arbóreo (Toneladas)	1.149	26	-
Ameixa (Toneladas)	52.675	3.166	458
Amora (folha) (Toneladas)	330.387	3.014	-
Amora (fruto) (Toneladas)	3.995	164	13
Banana (Toneladas)	3.456.955	320.988	102.889
Borracha (látex líquido) (Toneladas)	7.942	3.265	762
Borracha (látex coagulado) (Toneladas)	38.925	27.174	26.412
Cacau (amêndoa) (Toneladas)	148.960	44.310	5.902
Café arábica em grão (verde) (Toneladas)	1.299.437	445.042	145.239
Café canephora em grão (Toneladas)	390.095	60.719	20.224
Caju (castanha) (Toneladas)	131.247	16.599	21.556
Caju (fruto) (Toneladas)	118.181	10.655	57.591
Caqui (Toneladas)	45.781	7.066	3.152
Carambola (Toneladas)	2.531	52	-
Coco-da-baía (Mil frutos)	680.399	115.484	66.833
Dendê (coco) (Toneladas)	56.897	36.832	144.431
Erva-mate (Toneladas)	149.059	33.662	2.531
Figo (Toneladas)	10.150	5.059	3
Fruta-do-conde (Toneladas)	20.291	471	324
Goiaba (Toneladas)	74.689	6.438	3.803
Graviola (Mil frutos)	4.756	493	288
Guaraná (Toneladas)	1.731	57	15
Jabuticaba (Toneladas)	1702	1.326	-
Jaca (Mil frutos)	2.856	573	230
Laranja (Toneladas)	5.026.273	3.721.419	2.943.028
Limão (Toneladas)	269.988	73.131	19.550
Maçã (Toneladas)	319.547	200.215	126.150
Manga (Toneladas)	294.436	107.079	33.908
Mamão (Toneladas)	213.070	149.037	69.260
Maracujá (Toneladas)	214.586	11.960	2.368
Nectarina (Toneladas)	3.636	1.529	-
Palmito (Toneladas)	21.961	7.148	5.991
Pêssego (Toneladas)	73.399	9.527	2.119
Pimenta-do-reino (Toneladas)	29.999	3.770	1.350
Tangerina, bergamota, (Toneladas)	348.746	63.238	8.298
Urucum (semente) (Toneladas)	6.848	315	12
Uva (mesa) (Toneladas)	202.452	40.679	9.566
Uva (vinho ou suco) (Toneladas)	568.480	3.557	4.156

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE – 2006

Org.: BEDUN, M. R.

Quanto à distribuição de rebanhos e plantéis no Brasil, a Tabela 13 revela que os pequenos estabelecimentos agrícolas são responsáveis pelo maior número de rebanhos, evidenciando, até mesmo, o maior percentual do rebanho bovino, cuja prática constitui em fator predominante nos grandes latifúndios. Vale destacar que,

em termos de rebanhos e plantéis no país, somente o rebanho de bubalinos é maior nas grandes unidades.

Tabela 13 – Brasil – Distribuição dos rebanhos e plantéis - 2006

Rebanho	Pequena	Média	Grande
Bovino (cabeças)	17.300.828	9.420.037	10.504.429
Eqüinos (cabeças)	2.835.591	977.920	679.945
Asininos (cabeças)	551.986	50.153	19.859
Muares (cabeças)	442.649	138.505	159.349
Caprinos (cabeças)	5.237.162	1.142.850	403.949
Coelhos (cabeças)	271.040	11.239	2.113
Suínos (cabeças)	26.304.752	2.601.117	1.588.758
Ovinos (cabeças)	8.713.278	3.255.178	1.949.967
Aves (cabeças)	28.436.207	1.789.312	128.878
Bubalinos (cabeças)	289.823	221.343	328.369

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE – 2006

Org.: BEDUN, M. R.

Em termos gerais, Oliveira (2001, p.90) esclarece:

De certo modo, o que se vê é o reflexo do papel fundamental que a terra tem adquirido na sociedade brasileira, ou seja, uma lógica ditada, por um lado, pela terra improdutiva nos grandes estabelecimentos e, por outro, pela terra produtiva nos pequenos.

Considerando que as pequenas propriedades são responsáveis pela produção da maioria dos produtos agropecuários, é fundamental colocarmos em cheque o discurso produtivo da grande propriedade, ou seja, levar em consideração a função social da terra nas pequenas propriedades em oposição à insustentabilidade da grande propriedade, que por hora, servem de base de sustento do poder no campo. Assim, é preciso repensar na democratização de acesso da terra, pois o caminho é evidenciar a sociedade que para produzir não é necessário à propriedade ser grande.

Assim, uma das grandes diferenças entre o campesinato e o modelo de desenvolvimento econômico do sistema capitalista vinculado à lógica do agronegócio está no caráter produtivo, pois enquanto o agronegócio é portador do discurso desenvolvimentista e produtivista com o propósito de modernizar a agricultura, gerar empregos e renda e outros benefícios, contraditoriamente, a unidade camponesa de produção é marcada pela diversidade produtiva centrada na pequena propriedade familiar.

De certo modo, a luta dos movimentos camponeses para entrar e permanecer na terra de trabalho vem de encontro às ações capitalistas, que se constituem na desigualdade, expropriação, concentração de terras e capitais, exploração do trabalho, desrespeito ao meio ambiente e outras diversas barbáries que se constituem na reprodução ampliada do capital.

3.4 - A propriedade camponesa frente à expansão do agronegócio no campo brasileiro

Estrategicamente, o agronegócio, comandado pelos interesses do capital, tem se apropriado do território brasileiro moldado pela ideologia do desenvolvimento e da modernização agrícola em detrimento da pequena propriedade camponesa.

Nessa conjuntura, para enfrentar a ideologia mercadológica apregoada pelo capital no cenário agrário, os trabalhadores camponeses têm se organizado por meios dos movimentos sociais para entrar e permanecer na terra de trabalho.

Dessa forma, os camponeses vêm, na reforma agrária, a forma mais eficiente de luta, resistência e (re) criação da propriedade familiar camponesa em oposição aos latifundiários e ao capital monopolista. Para Oliveira (2003, p.154),

[...] enquanto a Reforma Agrária não vai sendo feita, a luta continua a marcar os campos do país. E não há sinal nenhum de que vá diminuir. Ao contrário, o surgimento de novos movimentos sociais indica que ela continuará a crescer.

Com efeito, o processo de luta dos camponeses pela terra de trabalho significa lutar contra a concentração da propriedade privada da terra que, sob os moldes do capital, transforma-se em terra de negócio e exploração. Nessa ordem, a (re) criação do campesinato como parte contraditória do modo capitalista de produção, garante sua especificidade como classe. Assim, para Almeida (2003, p. 77):

Situação que, no limite, gera uma autonomia e que somente a especificidade camponesa permite, pelo simples fato de esta classe ser a única a ter a terra e a força de trabalho amalgamadas num só agente social e, por sua vez, operar a partir de uma lógica não-capitalista que tem como centro o grupo familiar.

Em face do exposto, os conflitos territoriais entre o campesinato e o capital apontam para lógicas distintas de organização e produção no espaço agrário. Desse

modo, o camponês, organizado na propriedade familiar, produz de forma diversificada para suprir suas necessidades alimentares. Entretanto, o capitalismo organizado na grande propriedade fundiária, baseada na monocultura exportadora, vive do lucro, fruto da exploração da força de trabalho.

[...] Ademais, é necessário atentar que a produção camponesa e a produção capitalista divergem em essência, pois enquanto a primeira se inscreve no circuito da produção simples de mercadorias, a segunda supõe o investimento como mola propulsora de sua produção ampliada. (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 64)

Assim, a partir do discurso do agronegócio que é preciso modernizar a agricultura e aumentar a produtividade com vistas ao desenvolvimento econômico do país, fez-se aumentar no campo, de forma significativa, a concentração de poder e, conseqüentemente, as desigualdades e injustiças sociais.

Por outro lado, este fator tem contribuído para os movimentos sociais se organizarem e confrontarem com esse novo modelo de desenvolvimento econômico do capitalismo, o agronegócio, que por hora tem se expandido e territorializado com muita rapidez no campo brasileiro. Neste sentido, os camponeses expropriados e explorados pelo agronegócio buscam sua (re) criação e reinserção na terra de trabalho mediante a ocupação de terras, com vistas em transformar esse território apropriado pelas mazelas do capital em assentamento de reforma agrária.

No processo de enfrentamento entre a agricultura camponesa e o capitalista, os assentamentos de reforma agrária destacam-se como importante território camponês (fração do território) em que novas e antigas sociabilidades são reavivadas e recriadas como conquista da terra. Nos assentamentos, ergue-se um conjunto de saberes e conhecimentos secularmente acumulados, ou seja, saberes que estavam sendo erodidos e perdidos com a expulsão e expropriação dos camponeses e que são recriados e recuperados como estratégias de existência pela resistência dos camponeses. (FABRINI, 2010, p.82)

Nessa perspectiva, as estratégias de resistência da propriedade camponesa frente à expansão do agronegócio no cenário agrário brasileiro se projetam na lógica diferenciada do modo capitalista de produção, pois a produção camponesa é regida pelas necessidades familiares e não pela acumulação ampliada do capital. Além disso, podemos afirmar que a propriedade camponesa tem autonomia e eficiência para garantir sua produtividade, ao contrário do agronegócio, que não é capaz de

garantir por si e precisa requerer garantias políticas e econômicas por parte do Estado para ser produtivo, conforme afirma Almeida (2008).

Por isso, entender o território camponês é de suma importância para discutirmos sua dinâmica peculiar de organização e produção num mundo globalizado, sob a égide do capital neoliberal.

CAPÍTULO 4

A DINÂMICA AGRÁRIA NO MUNICÍPIO DE TUPI PAULISTA/SP E NO SEU ENTORNO REGIONAL

4.1 – O processo de formação socioespacial da Microrregião Geográfica de Dracena

A territorialização do novo modelo econômico do capital, o agronegócio, no espaço agrário brasileiro tem provocado uma nova reestruturação espacial e produtiva. Nesta concepção, o território tem sido caracterizado por constantes conflitos entre o campesinato e o agronegócio, expressando, assim, as disputas territoriais e as diferentes relações sociais de produção que permeiam no campo.

Assim, para melhor compreendermos as disputas territoriais que ocorrem no campo, é essencial uma reflexão mais ampla sobre o assunto. Para tal, a presente discussão busca analisar as disputas territoriais no município de Tupi Paulista/SP e no seu entorno regional. Entretanto, se faz necessário analisarmos, anteriormente, a dinâmica do processo de formação socioespacial da Microrregião Geográfica de Dracena, onde estão situados os municípios delimitados para análise.

Neste enfoque, o município de Tupi Paulista está situado na Microrregião Geográfica de Dracena, que se localiza na porção oeste do Estado de São Paulo, no Planalto Ocidental Paulista, situado na zona da Nova Alta Paulista, no espigão entre o Rio do Peixe e Rio Aguapeí. Por conseguinte, de acordo com a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), a formação espacial da Microrregião Geográfica de Dracena é constituída por dezesseis municípios: Adamantina, Dracena, Flora Rica, Flórida Paulista, Irapuru, Junqueirópolis, Mariápolis, Monte Castelo, Nova Guataporanga, Ouro Verde, Pacaembu, Panorama, Paulicéia, Santa Mercedes, São João do Pau d' Alho e Tupi Paulista.

O processo de formação socioespacial da Microrregião de Dracena ocorreu na primeira metade do século XX aliada à expansão da atividade cafeeira. Neste contexto, Hespanhol (2007, p.3) destaca:

A cafeicultura se constituiu, no início do século XX, num dos elementos centrais do processo de ocupação do Planalto Ocidental Paulista. A procura por terras férteis que pudessem garantir a expansão dessa lavoura associada aos interesses de empresas colonizadoras, interessadas no loteamento de glebas, foi responsável

pela incorporação produtiva de grandes parcelas do Oeste do Estado de São Paulo.

Esse foi o contexto de formação sócio-espacial de várias regiões paulistas, como a da atual Microrregião Geográfica de Dracena [...]

É importante destacarmos que a Microrregião de Dracena foi uma das últimas áreas do Planalto Ocidental Paulista a ser efetivamente ocupada. Sendo assim, Oliveira (2003, p.9) salienta:

Contudo, a região de Dracena foi a última área a ser efetivamente ocupada, tendo em vista que toda a Alta Paulista, localizada no espigão divisor dos rios Peixe e Aguapeí, tinha como principal obstáculo à expansão da atividade cafeeira a inexistência de um transporte efetivo que a interligasse às antigas zonas produtoras de café e, sobretudo ao Porto de Santos.

Assim, em relação à efetiva ocupação de toda a Alta Paulista, Monbeig (1984, p.206) assinala que “Resta à ferrovia alargar a faixa ainda estreita do seu traçado entre as florestas do rio do Peixe e do Aguapeí”. Pois se tratava de um período marcado pelo desejo de aumentar as plantações dos cafezais e produzir ainda mais. Para Monbeig (1984, p.17):

[...] A sede de terras novas e a paixão em aumentar as plantações excitavam a todos. Não se pensava senão em ir adiante, para produzir ainda mais. Pela mesma razão, o governo do Estado, isto é, o governo dos fazendeiros, cogitava de organizar expedições científicas que iriam fazer o reconhecimento das florestas um tanto misteriosa dos rios do Peixe e Aguapeí. Estas apareciam nos mapas da época como “terrenos desconhecidos, habitados pelos índios”, e ninguém duvidava de que seriam em breve submergidas pela “vaga verde” dos cafezais.

Outrora, em virtude da crise da Bolsa de Valores de Nova York em 1929, a redução das exportações afetou profundamente a atividade cafeeira, provocando, neste período, uma reorganização do mercado interno. Neste âmbito, Oliveira (2003) destaca que, no intuito de superar a crise financeira enfrentada pelos produtores de café, verificou-se em todo território a transferência de recursos públicos para o setor privado, o que, por parte, beneficiaria o interesse dos grandes cafeicultores paulistas. Neste período, os produtores de café, ao invés de se vincularem ao cultivo de propriedades cafeeiras, começam a se organizar em companhias de colonização e estabelecer um processo de reprodução por meio de loteamentos para vender aos futuros agricultores. Assim, na Microrregião de Dracena, também

vão ocorrer profundas mudanças em relação à apropriação do território, onde se nota a proliferação de pequenas propriedades em razão do loteamento em pequenas glebas.

Gil (2007) destaca que a estratégia das companhias de colonização para desbravamento das terras localizadas no espigão entre o Rio do Peixe e Rio Aguapeí consistia no loteamento de pequenas glebas para vender aos colonos que haviam acumulado algum pecúlio trabalhando nas grandes propriedades cafeeiras.

Na Nova Alta Paulista, no entanto, por volta de 1930, até a década de 1950, o negócio das terras foi tornando-se lucrativo com a venda de pequenas glebas no sistema de varejo, realizada pelas várias empresas imobiliárias que se instalaram especialmente em Marília, Pompéia, e Oriente. As pessoas interessadas eram, em maior número, imigrantes italianos de segunda e terceira gerações, provenientes das antigas áreas cafeeiras do centro e do norte do Estado, e de famílias japonesas, sendo muitas imigrantes e outras já de segunda geração. [...]

A maior parte dos novos proprietários rurais era constituída de ex-colonos das antigas fazendas de café, contando, portanto, com poucos recursos financeiros, tecnológicos e técnicos. A distância dos centros maiores e a ausência de infra-estrutura como hospitais, escolas, rede bancária, energia elétrica, rede de transporte, influenciavam o valor acessível das terras em relação às propriedades de alto valor agregado nas regiões cafeeiras. Assim, essas famílias dispunham de dinheiro para comprar uma pequena gleba, contribuindo para que a estrutura fundiária desses municípios fosse constituída, basicamente, por pequenas e média propriedades rurais. (GIL, 2007, p.79-80)

O momento seria marcado pela proliferação de pequenas propriedades na Nova Alta Paulista e, inclusive, na Microrregião Geográfica de Dracena, reforçando a presença da força de trabalho familiar nessas propriedades e a diversificação de culturas. Porém, cabe enfatizar que, até 1980, a produção cafeeira teve um papel expressivo na economia dessa região. A partir desta década, a cultura cafeeira entra em decadência. Neste aspecto, Gil (2007) atribui a queda expressiva da cafeicultura na Nova Alta Paulista a fatores culturais e tecnológicos, fatores agronômicos ligados à disseminação de pragas e doenças nas lavouras de café, fatores econômicos e políticos e, principalmente, à ocorrência de várias geadas a partir de 1930, sendo a de 1975 a mais significativa na Microrregião de Dracena.

Neste contexto, os agricultores, buscando minimizar os problemas enfrentados pela decadência da cafeicultura na região, começam a buscar

alternativas produtivas e economicamente viáveis para a produção agrícola, conforme salienta Hespanhol (2007, p.6-7):

Com as constantes crises que afetavam o setor cafeeiro nacional e, sobretudo, a cafeicultura regional, os pequenos e médios produtores adotavam como estratégia a diversificação produtiva. Ou seja, além do café, se dedicavam ao cultivo de outras lavouras comerciais, de ciclo produtivo anual (temporárias), que tiveram relativa importância no contexto regional, tais como o algodão, o amendoim, a mamona, a sericicultura etc. Havia ainda o cultivo de lavouras destinadas a garantir a manutenção da família em termos alimentícios (arroz, feijão, mandioca etc.) e dos efetivos animais criados na propriedade, visando à produção de carne, leite e/ou tração, por meio da produção de milho, cana etc.

Dessa forma, observando todo o processo de formação da Microrregião Geográfica de Dracena, faz-se necessário desvendarmos os mecanismos socioespaciais e econômicos e a dinâmica produtiva que constituem o desenvolvimento territorial na configuração agrária atual nesta região, de forma específica no município de Tupi Paulista e no seu entorno regional.

4.2 – A dinâmica territorial do Município de Tupi Paulista e do seu entorno regional

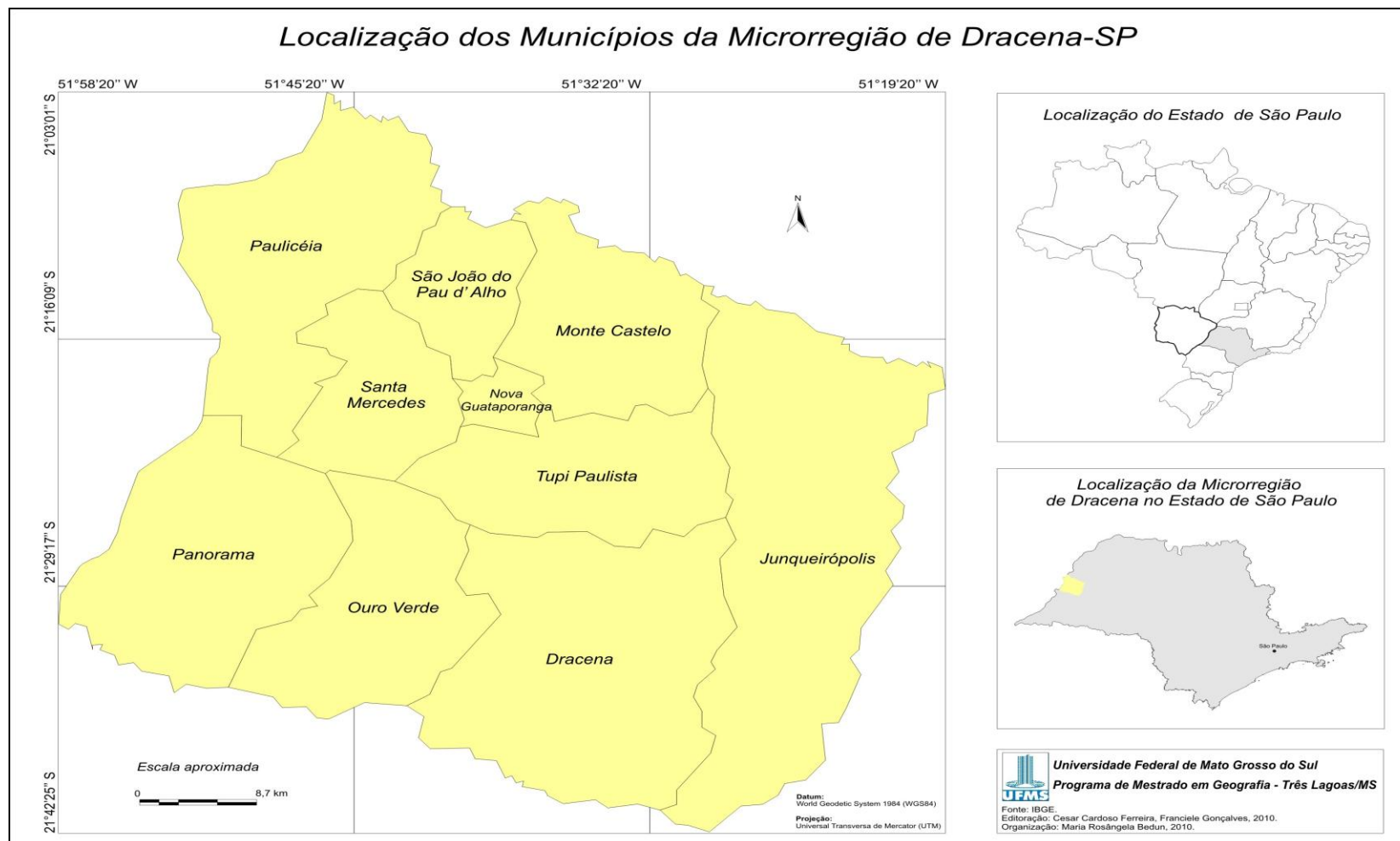
Entender a dinâmica territorial do espaço agrário implica compreendermos a disputa territorial entre o agronegócio e o campesinato. Pois, enquanto a propriedade camponesa tem sua lógica organizativa fundamentada na tríade família, trabalho e terra, conforme bem destaca Almeida (2006), o agronegócio está fundamentado no lucro, na renda e na reprodução ampliada do capital. Neste contexto, Fernandes (2008, p.296) ressalta que, ao pensar nos territórios em disputas, devem-se considerar as conflitualidades existentes entre o campesinato e o agronegócio.

[...] Na atualidade, no campo brasileiro, o capital tem o nome de agronegócio, que procura se apropriar das terras e subalternizar o campesinato através da terceirização da produção (que muitos chamam de integração) ou expropriá-lo através da verticalização, controlando todos os sistemas que o compõe. Pensar o território nesta conjuntura, deve-se considerar a conflitualidade existente entre o campesinato e o agronegócio que disputam territórios.

De forma sucinta, é a partir de 1990 que o agronegócio se intensificou no espaço agrário brasileiro e o campo se tornou palco de constantes transformações socioespaciais, políticas, econômicas e ambientais. Neste aspecto, Fabrini (2010) salienta que a fase neoliberal do capital que se iniciou na década de 1990 intensificou, no campo, uma agricultura de negócio: o agronegócio.

Com base nestas transformações espaciais, a partir da adoção de medidas de cunho neoliberal no campo, que atingiram duramente as propriedades camponesas de produção, tomamos como ponto de análise o município de Tupi Paulista e seu entorno regional, que está situado na Microrregião Geográfica de Dracena. Todavia, coloca-se em evidência a discussão sobre a resistência e a (re) criação do campesinato mediante a territorialização do agronegócio.

Desse modo, pautado em um conjunto de discussões sobre a dinâmica territorial no cenário agrário, optamos por um recorte territorial que priorize o município de Tupi Paulista e outros nove municípios da Microrregião de Dracena que compreendem: Junqueirópolis, Dracena, Ouro Verde, Santa Mercedes, Nova Guataporanga, São João do Pau d'Alho, Monte Castelo, Paulicéia e Panorama (Mapa 01), por instalarem nesta região cinco destilarias e desenvolverem a cultura de cana-de-açúcar em grande escala. Notadamente, verifica-se a partir dessa prática a territorialização do agronegócio no território camponês.



Mapa 01: Mapa de Localização dos Municípios da Microrregião de Dracena/SP

Fonte: IBGE, 2010

Assim, estrategicamente, a escolha da área delimitada para realizar a pesquisa se deve ao fato de apresentar, em sua formação, um recorte espacial compreendido por um grande número de pequenas propriedades camponesas de base familiar, conforme destaca Hespanhol (2007, p.15):

A Microrregião Geográfica de Dracena se caracteriza pela presença de um grande número de pequenas propriedades rurais que têm a diversificação produtiva como um dos seus elementos centrais de manutenção na terra.

Neste âmbito, no bojo da modernização da agricultura estabelecida pela expansão do agronegócio, o desenvolvimento e a produtividade são considerados elementos importantes para o crescimento da economia do país. Entretanto, a expansão do modo capitalista de produção é responsável pela expulsão de milhares de trabalhadores camponeses de suas terras. Nas palavras de Fabrini (2010, p. 59),

O processo de modernização da agricultura e a incorporação de novas terras à dinâmica capitalista provocam a expulsão de milhares de pequenos proprietários, rendeiros, ribeirinhos, caçaras, posseiros, quilombolas, dentre outros camponeses, e indígenas, de suas terras.

Dessa forma, o capital busca mascarar as desigualdades socioespaciais geradas pela territorialização do agronegócio no campo por meio das estatísticas de produtividade e apregoando a ideologia do progresso, de geração de empregos, produção de alimentos e outros benefícios.

É factível notarmos que os processos de modernização capitalista culminados no espaço agrário são inerentes à concentração fundiária, à monocultura de exportação e à marginalização dos trabalhadores camponeses. Para Thomaz Júnior (2009, p.76) tais fatores estão relacionados à inexistência de políticas públicas de reforma agrária e projetos que não privilegiam alternativas de interesse dos trabalhadores camponeses.

Com efeito, isso tudo ganha em intensidade nos últimos anos, especialmente devido à inexistência de políticas públicas de reforma agrária e projetos do Estado e dos governos que não privilegiam alternativas de interesse dos trabalhadores, porém consolidam o projeto de sociedade fundado nas grandes

empresas, na concentração fundiária e na marginalização social de milhões de famílias camponesas, e de trabalhadores que se vêem constantemente ameaçados, em conformidade com os interesses do capital e do Estado.

Nesse debate, com base nos números estatísticos do Censo Agropecuário divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, faremos o cruzamento dos dados censitários dos anos de 1995 e 2006 (Tabela 14), relacionados ao número de estabelecimentos agropecuários por grupos de área total dos municípios analisados, buscando fazer uma comparação dos dados em relação às pequenas, médias e grandes propriedades, levando em consideração a resistência da propriedade camponesa e a monopolização do agronegócio no espaço agrário nesse período. Para tanto, utilizamos a metodologia de Mieczslau Kudlavicz (2011), a qual classifica a pequena propriedade como aquela que vai até menos de 200 hectares, a média propriedade como aquela que vai de 200 a menos de 1.000 hectares, e a grande como aquela que tem 1.000 hectares ou mais, e, com base na Lei 8.629/1993, que define pequena propriedade (até 4 módulos fiscais), média (acima de 4 até 15 módulos fiscais) e grande (acima de 15 módulos fiscais).

Tabela 14 - Número de estabelecimentos agropecuários por grupos de área total do município de Tupi Paulista e seu entorno regional – 1995/2006

Número de estabelecimentos agropecuários por grupos de área total (hectares)						
Município	Pequena – menos de 200 ha		Média - de 200 a menos de 1.000 ha		Grande - 1.000 ha ou mais	
	1995	2006	1995	2006	1995	2006
Junqueirópolis	902	866	49	34	6	4
Dracena	967	608	41	43	7	5
Ouro Verde	234	224	27	20	4	3
Tupi Paulista	701	725	8	11	2	2
Santa Mercedes	125	154	14	9	4	2
N.Guataporanga	168	138	2	1	-	-
S.J.Pau D'Alho	195	237	1	5	2	2
Monte Castelo	381	343	13	16	3	3
Paulicéia	70	182	27	19	4	5
Panorama	169	139	27	21	7	5

Fonte: IBGE, - Censo Agropecuário 1995/2006.

Org.: BEDUN, M.R.,2011

A leitura dos dados nos mostra a resistência da propriedade camponesa, no período compreendido entre os anos de 1995 e 2006, nos municípios em

questão. Neste contexto, devemos dar ênfase aos municípios de Tupi Paulista, Santa Mercedes, São João do Pau D'Alho e Paulicéia, que registraram um aumento nas pequenas propriedades com menos de 200 hectares. Em relação às médias e grandes propriedades, observamos que houve um significativo decréscimo nos números de estabelecimentos, com destaque para os municípios de Junqueirópolis, Ouro Verde, Santa Mercedes, Paulicéia e Panorama. Nesta conjuntura, os municípios de Dracena, Tupi Paulista, São João do Pau D'Alho e Monte Castelo apresentaram um aumento no número das médias propriedades, que compreendem aquelas que vão de 200 a menos 1.000 hectares.

Neste sentido, entendemos que a resistência da pequena unidade camponesa, diante do novo cenário agrícola que tem emergido na questão agrária, são ações que nos fazem considerar a reprodução camponesa como uma lógica distinta da concepção capitalista, representando sua autonomia no processo produtivo e organizacional e o enfrentamento dos desafios que o capital agroindustrial impõe sobre o território.

A abordagem do cenário agrário é crucial para entendermos sua heterogeneidade no âmbito do modo de produção, apoiada em relações capitalistas e camponesas, “[...] isto é, o enfrentamento entre terra de trabalho (camponeses) *versus* terra de negócio (capitalistas)” (ALMEIDA, 2006, p.91, grifo do autor).

Nesta abordagem, a Tabela 15 retrata a estrutura fundiária dos municípios analisados, e, levando em consideração as transformações ocorridas no campo a partir da introdução do agronegócio e tendo como motor o capital monopolista atrelado exclusivamente à produtividade e à concentração fundiária, cruzamos os dados censitários dos anos de 1995 e 2006, divulgados pelo IBGE, para fazer um comparativo em relação à configuração territorial desses municípios. Pois, como destaca Almeida (2008, p. 311),

[...] no Brasil “tamanho é documento e poder” (aí reside o sentido da luta dos movimentos sociais para aprovar uma Lei que limite o tamanho da propriedade), precisamos conhecer a dimensão do problema, ou melhor, a razão de ser da questão agrária brasileira.

Tabela 15 - Área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total do município de Tupi Paulista e seu entorno regional – 1995/2006

Área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total (hectares)						
Município	Pequena – menos de 200 ha		Média - de 200 a menos de 1.000 ha		Grande - 1.000 ha ou mais	
	1995	2006	1995	2006	1995	2006
Junqueirópolis	23.968,25	21.027,00	17.541,37	13.083,00	10.346,28	5.479
Dracena	17.803,15	11.205	17.425,61	18.333,00	9.100,59	6.059
Ouro Verde	6.401,749	6.539	12.175,28	7.917,00	8.513,56	X
Tupi Paulista	17.558,63	16.641	3.137,53	3.475	3.112,12	X
Santa Mercedes	6.290,57	7.103	5.028,84	2.860	5.459,52	X
N.Guataporanga	2.872,867	3.047	452,54	X	-	-
S.J.Pau D'Alho	4.836,499	5.366	266,2	716	3.523,52	X
Monte Castelo	11.177,51	9.973	4.699,99	5.726,00	4.534,00	5.130
Paulicéia	2.679,725	4.292	15.345,22	9.952,00	14.703,92	6.207
Panorama	4.918,26	5.210	12.509,04	9.256,00	12.654,00	10.647

Fonte: IBGE, - Censo Agropecuário 1995/2006.

Org.: BEDUN, M.R., 2011

*Os dados das Unidades Territoriais com menos de 3 (três) informantes estão identificados com o caractere X

Ao cruzar as informações referentes à área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total do município de Tupi Paulista e seu entorno regional no período compreendido entre os anos de 1995 e 2006, podemos observar que a estrutura fundiária oscilou em redução e aumento de áreas de acordo com a classificação das propriedades. Considerando as pequenas propriedades de até 200 hectares, os municípios de Ouro Verde, Santa Mercedes, Nova Guataporanga, São João do Pau D'alho, Paulicéia e Panorama registram um aumento no número das áreas. Nesta concepção, as médias e grandes propriedades também sofreram oscilações em relação às áreas dos estabelecimentos. Contudo, apesar do caráter produtivista e da concentração fundiária desencadeada pelo agronegócio no cenário agrário, o município de Tupi Paulista e seu entorno regional não apresentaram profundas mudanças em sua estrutura fundiária.

Deste modo, cabe explicar que a expansão agronegócio não significa o fim da propriedade familiar camponesa, pois, como destaca Almeida (2006, p. 357):

[...] para não experimentar sua finitude, o camponês se opõe à produção e à expansão territorial do capital, denunciando a destruição de seu modo de vida e revelando, neste conflito, para si e para as demais classes, sua oposição ao capital e, assim, sua consciência de classe desnudada.

A partir da dinâmica territorial dos municípios analisados, faz-se mister analisar a produtividade e a diversificação da agricultura para melhor entendermos a organização das propriedades camponesas frente ao modelo agrícola vigente.

4.3 – A dinâmica produtiva da propriedade camponesa frente à expansão do agronegócio canavieiro

A territorialização do agronegócio no espaço agrário brasileiro tem desencadeado a produção de monoculturas voltadas para o mercado externo. Desde então, alguns tipos de culturas têm se consolidado no campo, entre eles destaca-se a cana-de-açúcar, soja, laranja, eucalipto, entre outros.

Nessa perspectiva, corrobora para o entendimento desse cenário entender a territorialização do agronegócio canavieiro no município de Tupi Paulista e no seu entorno regional a partir de 2004. Neste sentido, Segatti (2009, p.70) esclarece:

Desde os anos de 2004 e 2005, no entanto, a cana-de-açúcar voltada à produção de etanol vem conquistando espaço em todos os municípios, com a instalação de cinco novas destilarias, situadas em Junqueirópolis, Dracena, Santa Mercedes, Paulicéia e Panorama.

A expansão do agronegócio canavieiro nesta região vem confirmar a disputa territorial entre a propriedade camponesa e o capital monopolista.

Associado ao conjunto de transformações sociais, econômicas, políticas e ambientais que o agronegócio canavieiro reflete sobre o território a partir do incremento de tecnologia, alta produtividade, concentração fundiária, precarização e superexploração da força de trabalho, emerge, no campo um novo cenário agrícola.

Neste contexto, Thomaz Júnior (2009) destaca que a maior parte das terras agricultáveis está sob o controle dos empreendimentos do agronegócio, sendo que a cana-de-açúcar ocupa lugar de destaque.

Sobre este aspecto, buscamos analisar a expansão do cultivo da cana-de-açúcar nos municípios estudados e os impactos que recaíram sobre a produção agrícola local. Para melhor compreensão do processo de expansão das áreas de cultivo da cana-de-açúcar, estabelecemos um comparativo da

área plantada com base nos dados da Produção Agrícola Municipal disponibilizado pelo IBGE referentes aos anos de 2000 a 2010 (Tabela 16).

Tabela 16 - Área plantada (ha) de cana-de-açúcar no município de Tupi Paulista e seu entorno regional - 2000 a 2010

Município	Ano										
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Junqueirópolis	280	280	450	2.280	4.280	7.454	8.000	14.011	12.460	12.460	25.000
Dracena	-	-	-	-	1.200	1.260	4.700	5.766	8.500	8.500	10.890
Ouro Verde	-	-	-	-	1.400	2.205	2.426	5.310	7.800	7.800	9.710
Tupi Paulista	-	-	-	-	0	367	350	350	2.300	2.300	4.187
Santa Mercedes	-	-	-	-	-	-	-	1.500	5.700	5.700	7.400
N.Guataporanga	-	-	-	-	200	210	70	70	370	370	370
S.J.Pau D'Alho	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	3.000
Monte Castelo	-	-	-	-	-	0	25	525	6.445	6.455	6.455
Paulicéia	-	-	-	-	-	-	-	1.694	5.980	5.980	10.100
Panorama	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	5.700

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal - 2000 a 2010.

Org.: BEDUN, M.R., 2011

Os dados analisados evidenciam que o processo de expansão da cana-de-açúcar, no município de Tupi Paulista e no seu entorno regional, ocorreu a partir do ano de 2004. Portanto, é possível compreendermos que, em alguns municípios, a área destinada à produção canavieira, no ano de 2010, é nove vezes maior do que a destinada ao cultivo em 2004, nesse processo de expansão da atividade canavieira sublinhamos o município de Dracena, onde está instalada a Usina Dracena Açúcar e Álcool Ltda.

Em relação ao município de Junqueirópolis, onde estão instaladas duas usinas, sendo a Alta Paulista Indústria e Comércio Ltda e a Rio Verde, faz-se necessário destacar que o processo de expansão da área plantada é superior a oitenta e nove vezes quando comparado o período entre 2000 e 2010.

Assim, é possível notar a implementação de políticas públicas e incentivos governamentais em projetos audaciosos que visam somente à reprodução ampliada do capital. Observamos que a ideologia da produtividade e do desenvolvimento econômico do país reforça a expansão do agronegócio de cunho neoliberal sobre o território. Particularmente, podemos notar que a expansão da produção canavieira sempre esteve sob a intervenção do Estado.

O Proálcool (Programa Nacional do Álcool) estrategicamente teve um papel fundamental na ampliação e consolidação do agronegócio canavieiro, cuja implantação foi estabelecida a partir de comum acordo entre o capital e o Estado. Para melhor compreensão, Thomaz Júnior (2002, p. 76) argumenta:

Gestado de comum acordo entre capital e Estado, o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), instituído pelo Decreto 76.593 de 14/11/1975, resultou no fortalecimento de uma relação secular de privilégios e favores especiais. Isto é, nascido em berço esplêndido, o Proálcool selou a mediação estatal na atividade sucro-alcooleira, indexando à produção de álcool os objetivos centrais, até a reversão desse quadro, no final dos anos 80.

O Programa foi lançado e estrategicamente construído com o propósito de se produzir internamente uma alternativa energética própria, contrapondo-se à dependência do petróleo, num período de ascensão dos preços internacionais do produto e de queda acentuada das cotações do açúcar.

Apesar da estagnação do Programa no final dos anos 80 caracterizada pelo declínio do preço do petróleo, o Proálcool, considerado como um dos maiores programas de energia renovável teve um papel importante na consolidação da produção sucroalcooleira no Brasil.

Em consequência, a expansão e consolidação do agronegócio canavieiro no espaço agrário brasileiro estão associadas a diversas mazelas e agravantes, entre elas a diminuição de produção de alimentos que garantem a soberania alimentar do país. Pois, como destaca Fabrini (2010, p. 71),

O problema alimentar é agravado ainda pela procura de terras férteis a serem destinadas à produção de cana e soja pelo agronegócio. Esta procura faz elevar o preço da terra, dificultando a aquisição de áreas pelos pequenos agricultores que produzem alimentos e para assentamentos de reforma agrária.

Destarte, não podemos omitir que o processo de expansão do agronegócio canavieiro ameaça seriamente a agricultura familiar camponesa, uma vez que as políticas públicas estão quase sempre sob o domínio do capital, para viabilizar e garantir sua reprodução.

Com base nesta aliança, Estado e capital, o processo de expansão do agronegócio tem deslanchado e territorializado em diversas porções do espaço brasileiro. Assim, amparado pela lógica produtiva do capital, o agronegócio canavieiro atua como portador do desenvolvimento do país. Nessa perspectiva a estimulação da produção da cana-de-açúcar, se materializa nas diversas frações do território brasileiro. Para Thomaz Júnior (2009, p.274),

O que estamos assistindo, então, nos últimos meses, no Brasil, em relação às disputas regionalizadas por terras, privilégios, isenções, favores entre grupos empresariais canavieiros e de outros setores do agronegócio, em especial voltados à produção de biodiesel (mistura de gordura vegetal ou animal ao álcool etílico ou metílico), por meio do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNB) nada mais é do que as novas alianças entre políticos, entidades de classe, capitalistas, latifundiários, enfim, um amplo arco dos setores dominantes, os quais demonstram com todas as letras a amplitude e o jogo de interesses de classe que gravitam em torno desse tema.

É imprescindível destacarmos que a presença constante do Estado como agente interventor no processo de expansão do agronegócio canavieiro, consiste na emergência de novas reconfigurações socioespaciais e produtivas no espaço agrário.

Frente ao exposto, o município de Tupi Paulista e seu entorno regional tem se destacado significativamente na expansão da produção canavieira. Desse modo, a Tabela 17 com base nos dados da Produção Agrícola Municipal do IBGE referente aos anos de 2000 a 2010, apresenta a quantidade produzida de cana-de-açúcar.

Tabela 17 – Quantidade produzida de cana-de-açúcar (tonelada) no município de Tupi Paulista e no seu entorno regional – 2000 a 2010

Município	Ano										
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Junqueirópolis	14.000	14.000	26.300	132.240	299.600	518.351	680.000	1.120.280	1.061.592	1.061.592	2.000.000
Dracena	-	-	-	-	96.000	125.155	517.000	654.260	935.000	935.000	988.191
Ouro Verde	-	-	-	-	112.000	186.168	194.080	464.720	656.760	656.760	776.800
Tupi Paulista	-	-	-	-	0	32.854	31.500	29.492	184.000	184.000	418.700
Santa Mercedes	-	-	-	-	-	-	-	120.000	570.000	500.000	740.000
N.Guataporanga	-	-	-	-	18.000	20.859	6.650	7.000	37.000	37.000	37.000
S.J.Pau D'Alho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	300.000
Monte Castelo	-	-	-	-	-	-	2.125	44.625	532.565	532.565	515.600
Paulicéia	-	-	-	-	-	-	-	160.930	598.000	598.000	959.500
Panorama	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	570.000

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal - 2000 a 2010.

Org.: BEDUN, M.R., 2011

Nessa compreensão, ao cruzarmos os dados da Tabela 16 quanto à quantidade de cana-de-açúcar produzida nos municípios analisados, o resultado evidencia a elevada produção. Verificamos que em 2010 o município de Junqueirópolis foi responsável pela produção de 2.000.000 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, seguido pelos municípios de Dracena, Paulicéia, Ouro Verde, Santa Mercedes, Panorama, Monte Castelo, Tupi Paulista, São João do Pau D'Alho e, em quantidade bem menos expressiva, Nova Guataporanga.

Nesse caso, temos que concordar com Hespanhol (2007) quando destaca a preocupação dos pequenos proprietários e instâncias do poder local relacionado à expansão do cultivo da cana-de-açúcar na microrregião de Dracena.

Além dos problemas relacionados à comercialização da produção, outro aspecto na dinâmica regional tem preocupado os pequenos proprietários rurais e as demais instâncias do poder local (Casas de Agricultura, Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, Sindicatos Rurais, Associação de Produtores etc.): a implantação de várias usinas de açúcar e álcool na região e a conseqüente expansão do cultivo da cana-de-açúcar por meio do arrendamento de terras. (HESPANHOL, 2007, p.16)

Nessa expansão desenfreada do monocultivo da cana-de-açúcar, se faz necessário estimularmos a discussão em torno da unidade camponesa de produção, responsável pela produção de alimentos essenciais para a subsistência do brasileiro.

Nessa perspectiva, a política de produção da agricultura familiar camponesa baseada na tríade terra, família e trabalho é responsável pelo cumprimento da função social da terra. Neste contexto, Oliveira (2007, p.127), em consonância com a política agrícola e fundiária e da reforma agrária, destaca o artigo 186 da Constituição Federal, sobre a função social da terra.

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:
I - aproveitamento racional e adequado;
II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Diante dessa compreensão, é necessário destacarmos que a função social da terra não está associada somente a produtividade, mas ela compreende a utilização adequada dos recursos naturais, a observância das relações de trabalho e o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Deste modo, a produtividade não pode ser garantida sobre o desrespeito das dimensões ambientais e trabalhistas. No entanto, se considerarmos a expansão desordenada do agronegócio, apoiado na ideologia do avanço tecnológico, promovendo a modernização no campo e consequentemente o desenvolvimento do país, fica evidente o desrespeito às formas de vida e de trabalho do camponês, a superexploração dos trabalhadores, o descumprimento da legislação trabalhista, a exclusão social e os impactos ambientais.

Nesse contexto, a subordinação da agricultura ao capital, sob a práxis do agronegócio, está engendrada na legitimação de poder e riqueza, associada à concentração fundiária voltada para o monocultivo de exportação. Nessa magnitude, a agricultura familiar camponesa na busca de autonomia investe na produção diversificada e de subsistência, como forma de garantir o desempenho produtivo e a função social da terra. Em face ao exposto, Oliveira (2001, p.90) destaca:

Na realidade, o processo contraditório da expansão da agricultura fez com que os setores capitalistas no campo optassem principalmente pela pecuária bovina (corte e leite) e pelas culturas da cana-de-açúcar, soja, arroz, laranja e, em escala menor, pelo trigo, cacau, café etc. Enquanto isso, as pequenas unidades camponesas têm sido responsáveis pela maior parte da produção dos alimentos básicos da população e de várias matérias-primas industriais. É o capital abrindo, simultaneamente, caminho para a expansão dele próprio e da produção camponesa.

Neste sentido, o campo tem sido cenário de constantes disputas territoriais e conflitos de classes, caracterizado de um lado pela expansão do agronegócio, e do outro lado, a luta dos camponeses para permanecerem na terra de trabalho.

No entanto, é preciso esclarecer que as formas organizativas de luta dos camponeses são contra a essência da reprodução do capital baseada na exploração e expropriação, e não contra o processo de desenvolvimento que possa garantir melhores condições de vida, justa distribuição de renda e dignidade humana. Assim, é na luta pela terra de trabalho que os camponeses criam e recriam modelos alternativos de reprodução para garantir sua resistência e (re)criação como classe peculiar no interior do capital

monopolista. Nesta concepção, Paulino e Almeida (2010, p.53) destacam que a detenção da propriedade privada familiar da terra sintetiza a identidade coletiva e a lógica organizativa fundamentada na tríade família, trabalho e terra, da classe camponesa:

[...] em se considerando o campesinato como uma relação não capitalista e a propriedade familiar camponesa como instrumento de vida e trabalho, não de acumulação/reprodução do capital. Podemos afirmar que, para o camponês, a detenção da propriedade privada familiar da terra não figura como representação mental da desigualdade entre os indivíduos. Ao contrário, tem significado a possibilidade de identidade de interesses, não particularistas, mas coletivos, disso resultando o reencontro da classe camponesa e de sua lógica organizativa fundamentada na tríade família, trabalho e terra.

Destarte, levando em consideração os embates e as disputas territoriais entre os movimentos camponeses e o agronegócio, faz-se importante compreendermos as formas de uso do território no município de Tupi Paulista e no seu entorno regional, na abrangência dos rearranjos produtivos e organizacionais desencadeados pelo agronegócio canavieiro.

Exposto isso, a nossa compreensão sobre a dinâmica produtiva e diversificada de culturas agrícolas nos municípios analisados, configura-se no período compreendido de 2000 a 2010, no entanto, daremos maior ênfase a partir do ano de 2004, quando a expansão do agronegócio canavieiro passou a nortear o atual desempenho produtivo da região.

Nessa discussão, podemos afirmar que o camponês ao considerar a diversidade produtiva de alimentos, ele busca assegurar a sustentabilidade e a soberania alimentar da unidade familiar e do país. Nesse cenário Paulino e Almeida (2010, p. 55) afirma:

Os camponeses representam uma imensa energia produtiva, muitas vezes ociosa em virtude da falta de políticas públicas de apoio à unidade de exploração familiar. Porém, essa iniciativa de trabalho tem como centro as necessidades da unidade familiar [...].

É a partir dessa dimensão produtiva das unidades camponesas que buscamos identificar nos municípios pesquisados os tipos de lavouras

agrícolas cultivadas. Consequentemente, analisaremos a dimensão dos impactos do agronegócio canavieiro em detrimento a produção de alimentos.

Nessa perspectiva, corrobora para o entendimento deste cenário os dados da Produção Agrícola Municipal do IBGE, referentes aos anos de 2000 a 2010. Com efeito, as Tabelas 18, 19, 20, 21 e 22, representam a área plantada das principais lavouras temporárias cultivadas nos municípios da microrregião analisada. Assim, de antemão, buscamos evidenciar a produção de gêneros alimentícios, como o arroz, feijão e mandioca, na vigência do agronegócio canavieiro.

Ao compararmos a área plantada com a cultura de arroz (Tabela 18), é perceptível a redução das áreas cultivadas em todos os municípios. Cabe destacar que, no ano de 2010, a produção de arroz não apareceu entre as culturas cultivadas, fato preocupante em relação à produção de alimentos, haja vista a importância do arroz na dieta alimentar da população brasileira.

Tabela 18 - Área plantada (ha) de arroz no município de Tupi Paulista e no seu entorno regional – 2000 a 2010

Município	Ano										
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Junqueirópolis	50	15	15	15	10	5	10	2	5	5	-
Dracena	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ouro Verde	-	18	15	10	10	-	-	-	-	-	-
Tupi Paulista	20	20	20	-	20	10	20	15	10	10	-
Santa Mercedes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
N.Guataporanga	3	3	3	2	2	2	3	3	3	3	-
S.J.Pau D'Alho	-	5	5	3	3	-	-	-	-	-	-
Monte Castelo	20	15	15	20	30	10	20	5	5	5	-
Paulicéia	17	15	15	15	10	5	5	5	-	-	-
Panorama	-	10	10	5	5	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal - 2000 a 2010.

Org.: BEDUN, M.R.,2011

Considerando a área plantada de feijão (Tabela 19), podemos afirmar que esta cultura também sofreu uma redução significativa. Considerando a área cultivada no período de 2000 a 2010, os municípios de Paulicéia e Tupi Paulista demonstram uma redução expressiva.

Tabela 19 - Área plantada (ha) de feijão no município de Tupi Paulista e no seu entorno regional – 2000 a 2010

Município	Ano										
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Junqueirópolis	600	500	500	500	480	300	240	37	60	60	50
Dracena	542	628	450	1.128	580	1.300	500	500	1.250	1.250	240
Ouro Verde	-	340	130	570	180	200	100	60	95	95	60
Tupi Paulista	760	460	430	460	450	-	-	-	-	-	20
Santa Mercedes	7	30	70	50	60	20	-	-	20	20	60
N.Guataporanga	35	530	700	50	40	30	-	-	15	15	20
S.J.Pau D'Alho	155	150	250	22	-	-	20	-	10	10	-
Monte Castelo	548	500	1.500	500	490	380	-	-	24	24	40
Paulicéia	1.013	1.104	300	-	100	-	-	-	20	20	36
Panorama	500	700	300	300	280	350	-	-	48	48	240

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal - 2000 a 2010.

Org.: BEDUN, M.R.,2011

Nessa discussão, a redução da área plantada de algodão (Tabela 20) é semelhante à área cultivada de arroz e feijão. Assim, o discurso positivo do agronegócio tem desarticulado um conjunto de malefícios para a sociedade, principalmente em relação à produção de lavouras vinculadas à questão alimentar e à produção de matérias-primas básicas para a indústria brasileira. Neste seguimento, os municípios apreendidos apareciam, também, como responsáveis pela produção de algodão no cenário agrícola nacional e, portanto, em 2010, essa cultura praticamente desaparece, somente o município de Nova Guataporanga possui uma área plantada de 10 hectares.

Tabela 20 - Área plantada (ha) de algodão no município de Tupi Paulista e no seu entorno regional – 2000 a 2010

Município	Ano										
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Junqueirópolis	50	200	50	50	650	80	20	10	10	10	-
Dracena	242	50	50	50	500	200	300	60	10	-	-
Ouro Verde	484	484	240	310	300	40	50	10	30	30	-
Tupi Paulista	50	50	50	50	250	300	75	150	75	75	-
Santa Mercedes	10	20	10	5	-	100	20	20	100	100	-
N.Guataporanga	20	30	15	10	15	20	10	10	5	5	10
S.J.Pau D'Alho	10	3	5	16	45	20	10	-	4	4	-
Monte Castelo	240	90	70	50	100	200	100	80	20	20	-
Paulicéia	230	720	600	154	90	250	-	508	-	-	-
Panorama	150	150	150	100	193	120	160	160	60	60	-

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal - 2000 a 2010.

Org.: BEDUN, M.R.,2011

O mesmo raciocínio se aplica à Tabela 21, em relação à redução da área plantada de mandioca. Este fato evidencia o quanto o agronegócio é excludente e concentrador, pois a redução da produção de arroz, feijão e mandioca, considerados três elementos básicos para a soberania alimentar dos

brasileiros, retrata o quadro crítico que avança sobre a área de produção de alimentos em virtude da lógica perversa do agronegócio canavieiro.

Tabela 21 - Área plantada (ha) de mandioca no município de Tupi Paulista e no seu entorno regional – 2000 a 2010

Município	Ano										
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Junqueirópolis	-	24	30	30	30	109	50	50	52	52	52
Dracena	20	24	30	30	60	145	40	70	40	40	81
Ouro Verde	-	1	5	5	5	109	10	10	10	-	-
Tupi Paulista	-	40	-	30	30	-	-	-	-	-	12
Santa Mercedes	3	3	5	5	5	-	-	-	-	-	170
N.Guataporanga	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-
S.J.Pau D'Alho	-	4	-	5	5	-	-	-	-	-	-
Monte Castelo	-	8	2	10	10	7	9	9	9	9	2
Paulicéia	-	2	10	10	10	-	-	-	-	-	2
Panorama	-	8	8	10	10	98	120	150	150	150	250

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal - 2000 a 2010.

Org.: BEDUN, M.R., 2011

A produção de milho, destinada geralmente para a alimentação dos animais, também sofreu uma significativa diminuição na área cultivada (Tabela 22). Assim, fica evidente que a redução da área plantada de culturas temporárias nas unidades de produção, é resultado da expansão e territorialização do agronegócio no campo. Nesse sentido, vale destacar que o município de Tupi Paulista e seu entorno regional sofrem com as mazelas do capital monopolista, pautado na expansão do setor canavieiro. Desta forma, os dados mostram o declínio da produção de milho em todos os municípios em questão.

Tabela 22 - Área plantada (ha) de milho no município de Tupi Paulista e no seu entorno regional – 2000 a 2010

Município	Ano										
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Junqueirópolis	1.100	1.100	1.100	1.200	1.200	400	750	130	150	150	70
Dracena	1.200	2.000	1.800	2.100	2.650	1.200	800	650	500	500	720
Ouro Verde	320	350	300	280	370	200	200	200	96	96	20
Tupi Paulista	850	850	750	850	700	500	200	400	400	400	367
Santa Mercedes	70	80	60	80	450	250	450	500	450	480	350
N.Guataporanga	50	90	90	100	80	60	100	50	90	90	100
S.J.Pau D'Alho	68	37	25	17	67	30	30	-	10	10	10
Monte Castelo	950	1.330	750	1.000	900	650	700	574	140	140	350
Paulicéia	344	396	420	170	48	100	1.330	1.330	250	250	3
Panorama	242	390	400	300	480	240	270	50	50	50	100

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal - 2000 a 2010.

Org.: BEDUN, M.R., 2011

De certo modo, o que se vê é o reflexo da lógica capitalista sobre as pequenas propriedades camponesas, onde a redução da produção de alimentos e outras culturas estão diretamente relacionadas à expansão da monocultura canavieira, responsável por uma série de mudanças no processo produtivo e na organização social do espaço agrário. Faz-se importante mencionar os apontamentos de Thomaz Júnior (2009, p.279), no que diz respeito à expansão do agronegócio canavieiro no espaço agrário.

A intensidade do crescimento da atividade agroindustrial canavieira, no Brasil, nos últimos três anos, tem demonstrado que, mais do que uma sinalização, sua expansão para as áreas novas, se dá, via de regra, em busca de terras férteis, relevos planos e proximidade/disponibilidade de recursos hídricos [...]

Deste modo, os solos férteis e com boas condições climáticas favoráveis a produção de alimentos, passa a ser explorado pela atividade canavieira, o que certamente conduz a redução de lavouras agrícolas responsáveis pela soberania alimentar do país.

Nesse panorama, com base nos dados da Produção Agrícola Municipal disponibilizados pelo IBGE, relativa ao período de 2000 a 2010, é possível verificarmos que houve uma significativa redução de áreas plantadas com lavouras temporárias (arroz, feijão, mandioca, algodão e milho) no município de Tupi Paulista e no seu entorno regional, com exceção da cana-de-açúcar que apresentou uma expansão desenfreada.

Neste sentido, através da leitura dos dados do Censo de 2006, em relação à área colhida de lavouras temporária (Tabela 23), é possível afirmarmos que as pequenas propriedades camponesas aparecem como responsáveis pela produção da maior parte das culturas temporárias.

Nesse percurso, podemos destacar que quando comparado à área colhida de lavouras temporárias nos municípios de Santa Mercedes, Novo Guataporanga, Monte Castelo, Paulicéia e Panorama, notamos que as pequenas unidades de produção responderam por mais de 70% da área colhida. No entanto, nos municípios de Junqueirópolis, Dracena, Ouro Verde, Tupi Paulista e São João do Pau D'Alho, as médias e grandes propriedades apresentaram um percentual maior em relação à área colhida de lavouras

temporárias. Tal fato está relacionado à expressiva expansão da lavoura de cana-de-açúcar na última década e retração dos pequenos extratos.

Tabela 23 - Área colhida de produtos da lavoura temporária nos estabelecimentos agropecuários (Hectares) - 2006

Número de estabelecimentos agropecuários por grupos de área total (hectares)						
Município	Pequena – menos de 200 ha		Média - de 200 a menos de 1.000 ha		Grande - 1.000 ha ou mais	
	Área Colhida	Percentual	Área Colhida	Percentual	Área Colhida	Percentual
Junqueirópolis	226	2,39	631	6,69	8.581	90,92
Dracena	266	2,72	457	4,7	8.989	92,56
Ouro Verde	1.679	44,43	429	11,35	1.672	44,23
Tupi Paulista	658	41,39	191	12,01	741	46,6
Santa Mercedes	214	83,59	5	1,95	37	14,45
N.Guataporanga	73	100	-	-	-	-
S.J.Pau D'Alho	235	44,75	290	55,24	-	-
Monte Castelo	3.266	72,88	1.051	23,46	163	3,64
Paulicéia	173	86,5	27	13,5	-	-
Panorama	80	84,22	6	6,32	-	-

Fonte: IBGE, - Censo Agropecuário 2006.

Org.: BEDUN, M.R.,2011

Todavia, há que ressaltar a importância das pequenas propriedades camponesas baseada na força de trabalho familiar e na produção diversificada, pois sabe-se que os produtores camponeses são os principais responsáveis pela produção de alimentos essenciais para sobrevivência do ser humano.

Nessa perspectiva, é na terra de trabalho que o camponês conquista sua dignidade, e conserva seus valores éticos e morais. Cumpre aqui destacar, a bela explanação de Woortmann (2004, p.133-134) sobre a relação do homem com a terra e vice e versa.

O trabalho do homem implica respeito para com a terra (e a natureza em geral), esperando dela aquilo que ela pode e quer dar, isto é, os alimentos que ela é capaz de produzir. O homem não deve forçar a terra a dar aquilo que não é de sua vocação, isto é, não deve “corrigir o solo”, como se a natureza pudesse estar “errada”. O sitiante como que dialoga com a terra, avaliando “o que a terra quer produzir”. O trabalho do homem é o de preparar a terra e quando necessário alimentá-la com a “vitamina” do adubo. O trabalho da terra é o de fazer nascer e crescer a planta, alimentando-a com sua “vitamina”. A terra, agradecida, retribui o trabalho do homem com uma colheita abundante. Quando ela “recebe a vitamina dada pelo homem e a chuva de Deus, ela fica alegre a agradece, dando muito alimento” e trazendo “fatura”.

Nesta concepção, a unidade camponesa de produção deve ser compreendida como um modelo peculiar, que resiste ao processo de territorialização do capital monopolista na agricultura através dos seus costumes e modo de vida tradicional.

Nesse viés, as Tabelas 24, 25, 26, 27, 28 e 29 expressam as áreas destinadas ao cultivo das principais lavouras permanentes nos municípios estudados no período compreendido entre 2000 a 2010, a partir dos dados da Produção Agrícola Municipal do IBGE.

A Tabela 24 apresenta a área destinada ao cultivo de borracha. Nesse sentido, é interessante destacarmos que ao selecionarmos os dados apresentados, verificamos que a produção manteve-se estabilizada no período analisado. Nesse caso, Hespanhol, (2007, p.13) enfatiza:

Uma das vantagens do cultivo de seringueira em pequenas propriedades é que ela possibilita a continuidade no cultivo de outras lavouras ou o desenvolvimento de atividades, como a pecuária de leite, já que seu período produtivo se inicia apenas seis ou sete anos após o seu plantio e, a extração do látex, dependendo do número de árvores, ocupa apenas um ou dois trabalhadores.

Na Microrregião Geográfica de Dracena, a extração do látex tem sido feita pelos próprios membros da família, geralmente os filhos, muitos dos quais já haviam abandonado as atividades na propriedade para trabalharem na cidade e, que por problemas diversos, como o desemprego e o envelhecimento dos pais, retornam ao meio rural.

Tabela 24 - Área plantada (ha) de borracha no município de Tupi Paulista e no seu entorno regional – 2000 a 2010

Município	Ano										
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Junqueirópolis	410	400	400	400	440	440	400	400	400	400	400
Dracena	70	70	70	70	70	70	70	50	70	70	70
Ouro Verde	175	175	175	175	210	210	175	175	175	175	950
Tupi Paulista	180	180	180	480	480	480	480	480	480	480	480
Santa Mercedes	20	10	10	20	20	20	27	27	14	27	27
N.Guataporanga	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
S.J.Pau D'Alho	25	25	25	25	25	25	25	25	220	25	25
Monte Castelo	400	400	400	400	400	400	400	400	400	400	360
Paulicéia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Panorama	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal - 2000 a 2010.

Org.: BEDUN, M.R., 2011

A cultura de café (Tabela 25), no entanto, apresentou um significativo aumento em quase todos os municípios no decorrer dos anos analisados, com exceção dos municípios de Ouro verde, Nova Guataporanga, São João do Pau D'alho e Paulicéia. Neste contexto, Oliveira (2007) destaca que as pequenas unidades camponesas são responsáveis por proporções significativas da produção agropecuária do país, onde também podemos verificar entre as commodities, no caso do café, por exemplo, o maior volume de produção em relação às médias e grandes propriedades.

Tabela 25 - Área plantada (ha) de café no município de Tupi Paulista e no seu entorno regional – 2000 a 2010

Município	Ano										
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Junqueirópolis	478	850	1.000	1.200	1.300	1.614	1.200	1.000	700	700	716
Dracena	560	900	925	925	925	933	1.000	1.010	1.000	1.000	763
Ouro Verde	365	437	437	437	250	250	200	180	80	115	115
Tupi Paulista	281	600	800	660	660	660	660	660	660	660	660
Santa Mercedes	22	20	30	50	60	80	60	50	30	30	34
N.Guataporanga	56	60	60	60	60	60	60	60	60	60	50
S.J.Pau D'Alho	118	84	120	120	120	130	130	-	113	113	113
Monte Castelo	76	85	90	90	110	90	90	72	20	118	110
Paulicéia	4	6	26	20	12	-	-	-	-	-	-
Panorama	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal - 2000 a 2010.

Org.: BEDUN, M.R.,2011

Em termos de área cultivada, o coco-da-bahía apresentou um relativo aumento no período compreendido entre os anos de 2000 a 2010 (Tabela 26), o que retrata um resultado importante para as comunidades locais, pois esse fator reafirma a resistência das pequenas propriedades camponesas em relação à expansão da atividade sucroalcooleira.

Tabela 26 - Área plantada (ha) de coco-da-bahía no município de Tupi Paulista e no seu entorno regional – 2000 a 2010

Município	Ano										
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Junqueirópolis	12	30	50	50	50	60	50	50	50	50	50
Dracena	30	30	30	40	40	50	40	20	40	40	40
Ouro Verde	4	8	8	8	8	8	8	10	8	8	8
Tupi Paulista	13	16	16	20	20	20	25	25	15	25	25
Santa Mercedes	15	70	70	70	70	70	70	-	0	33	50
N.Guataporanga	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
S.J.Pau D'Alho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Monte Castelo	6	6	40	48	48	48	-	68	2	48	48
Paulicéia	10	5	8	10	10	10	12	12	12	12	12
Panorama	30	30	30	60	70	70	60	40	20	60	50

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal - 2000 a 2010.

Org.: BEDUN, M.R.,2011

A área cultivada de manga, apesar de ter apresentado oscilação entre redução e aumento (Tabela 27), manteve-se como um indicativo importante

para a diversidade produtiva das unidades camponesas locais. Neste contexto, os municípios de Ouro Verde, Santa Mercedes, Nova Guataporanga e Panorama apresentaram, notadamente, um aumento inerente em relação à área plantada. O cultivo de frutas nessa região está relacionado à implantação de uma agroindústria processadora de frutas no município de Dracena, a Fruteza

Dentre as frutas processadas pela empresa destacam-se o abacaxi, a acerola, o maracujá, a manga e a goiaba. Estas frutas são produzidas, em sua maioria, num raio de 200 km de distância da indústria em virtude da alta perecibilidade apresentada pelas frutas e o encarecimento do produto (matéria-prima) por conta dos gastos com o transporte.

A implantação dessa unidade industrial - de iniciativa e de capital local - destinada à produção de sucos e polpa de frutas fez com que muitos produtores passassem a cultivar outras frutas, como a manga, a acerola, a goiaba, o limão etc. visando ao processamento industrial. (HESPANHOL, 2007, p.11)

Tabela 27 - Área plantada (ha) de manga no município de Tupi Paulista e no seu entorno regional – 2000 a 2010

Município	Ano										
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Junqueirópolis	50	50	80	80	80	80	60	60	60	60	60
Dracena	210	210	210	270	270	270	270	270	40	180	180
Ouro Verde	87	70	70	220	220	220	220	200	45	150	120
Tupi Paulista	270	240	240	300	300	270	200	200	160	180	180
Santa Mercedes	5	5	10	36	36	36	36	36	36	30	28
N.Guataporanga	2	2	16	16	16	16	16	16	16	14	14
S.J.Pau D'Alho	40	10	10	30	30	25	5	5	5	5	5
Monte Castelo	210	210	210	290	250	220	190	85	65	120	100
Paulicéia	25	25	10	15	15	15	15	15	-	8	8
Panorama	30	50	50	50	40	40	50	30	20	50	50

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal - 2000 a 2010.

Org.: BEDUN, M.R.,2011

O mesmo raciocínio em relação à área cultivada de manga aplica-se ao cultivo de urucum (Tabela 28). Quando focamos sobre os dados, a produção expressiva do urucum edifica a reorganização das formas de produção das pequenas unidades camponesas, impedindo a expansão do agronegócio canavieiro sobre novos territórios.

Hespanhol, (2007, p.13) aponta que “no caso do urucum, a área cultivada e a produção se expandiram na região devido à forte atuação de intermediários que comprem a produção de vários agricultores e comercializam com indústrias de corantes”.

Tabela 28 - Área plantada (ha) de urucum no município de Tupi Paulista e no seu entorno regional – 2000 a 2010

Município	Ano										
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Junqueirópolis	20	25	25	30	30	30	68	50	68	70	150
Dracena	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Ouro Verde	15	40	60	70	70	70	70	50	70	70	70
Tupi Paulista	80	80	80	80	100	140	80	60	80	110	230
Santa Mercedes	5	5	20	20	20	20	20	20	20	20	-
N.Guataporanga	10	10	20	20	20	25	20	25	20	25	50
S.J.Pau D'Alho	200	250	280	460	460	520	526	526	530	530	400
Monte Castelo	160	265	300	750	820	900	890	920	920	-	750
Paulicéia	5	5	5	5	5	5	10	10	12	10	82
Panorama	3	3	4	1	1	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal - 2000 a 2010.

Org.: BEDUN, M.R.,2011

O cultivo da uva nos municípios estudados (Tabela 29) tem se destacado como uma das principais alternativas produtivas para os pequenos produtores camponeses. Nesse contexto, Hespanhol (2009) destaca que, no município de Tupi Paulista, no ano de 2007, vinte e um produtores de uva estavam cadastrados junto à CONAB pela Associação de Viticultores da Região de Tupi Paulista (AVIRTUPI), onde uma das principais vantagens desse programa estava relacionada à comercialização dos produtos a um preço maior que o praticado no mercado local pelos intermediários.

Tabela 29 - Área plantada (ha) de uva no município de Tupi Paulista e no seu entorno regional – 2000 a 2010

Município	Ano										
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Junqueirópolis	25	11	22	22	24	24	24	12	24	24	24
Dracena	23	10	20	20	20	5	5	5	15	15	15
Ouro Verde	27	15	27	20	20	20	20	20	15	15	15
Tupi Paulista	125	75	105	130	130	101	101	100	99	100	100
Santa Mercedes	4	2	4	4	3	3	3	1	3	3	3
N.Guataporanga	2	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2
S.J.Pau D'Alho	-	1	2	6	6	6	6	-	4	4	3
Monte Castelo	4	2	4	4	4	4	4	5	4	4	4
Paulicéia	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	2
Panorama	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal - 2000 a 2010.

Org.: BEDUN, M.R.,2011

Analisando o quadro geral da produção de lavoura permanente (borracha, café, coco-da-bahia, manga, urucum e uva) no município de Tupi Paulista e no seu entorno regional, através da leitura dos dados do Censo de 2006, podemos constatar que de forma geral a área colhida está concentrada nas pequenas propriedades camponesas (Tabela 30).

Tabela 30 - Área colhida de produtos da lavoura permanente nos estabelecimentos agropecuários com mais de 50 pés existentes em 31/12 (Hectares)

Número de estabelecimentos agropecuários por grupos de área total (hectares)						
Município	Pequena – menos de 200 ha		Média - de 200 a menos de 1.000 ha		Grande - 1.000 ha ou mais	
	Área Colhida	Percentual	Área Colhida	Percentual	Área Colhida	Percentual
Junqueirópolis	1229	95,57	X	X	-	-
Dracena	729	98,5	X	X	-	-
Ouro Verde	331	100	-	-	-	-
Tupi Paulista	1274	99,22	8	0,62	-	-
Santa Mercedes	71	100	-	-	-	-
N.Guataporanga	177	100	-	-	-	-
S.J.Pau D'Alho	593	100	-	-	-	-
Monte Castelo	867	100	-	-	-	-
Paulicéia	21	100	-	-	-	-
Panorama	7	100	-	-	-	-

Fonte: IBGE, - Censo Agropecuário 2006.

Org.: BEDUN, M.R.,2011

*Os dados das Unidades Territoriais com menos de 3 (três) informantes estão identificados com o caractere X

Neste contexto, ancorados em reflexões e discussões sobre os desafios e perspectivas das unidades camponesas de produção frente à expansão desenfreada do agronegócio canavieiro, podemos considerar a partir dos dados expostos na Tabela 30, que o desenvolvimento contraditório do capitalismo cria e recria relações não-capitalistas de produção, conforme assegura Oliveira (2007).

Em relação à distribuição dos rebanhos e plantéis, as Tabelas 31, 32, 33 34, 35 e 36 destacam o número de cabeças por município.

Como se pode observar, a pecuária de bovinos, que por muitos anos promoveu o segmento da economia do país, apresentou uma significativa redução no seu rebanho em consequência da expansão do agronegócio canavieiro.

Neste contexto, Hespanhol (2007, p.9) destaca que na microrregião de Dracena:

Com a crise na cafeicultura, expandiu-se a área de pastagens na região, sendo que nas médias e grandes propriedades se consolidou a pecuária bovina de corte, enquanto que nas pequenas se intensificou a pecuária mista destinada à produção de leite combinada com o cultivo de lavouras permanentes e temporárias.

Ao analisarmos os dados da Tabela 31 em relação ao efetivo do rebanho bovino do município de Tupi Paulista e do seu entorno regional, verificamos uma significativa redução da pecuária bovina. Assim, as tendências sinalizam para uma mudança na reestruturação produtiva, ou seja, até pouco tempo em espaços onde destacavam a produção bovina, agora está voltado para a expansão do agronegócio canavieiro.

Tabela 31 - Efetivo de bovinos (cabeças) no município de Tupi Paulista e no seu entorno regional – 2000 a 2010

Município	Ano										
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Junqueirópolis	69.629	71.267	74.805	70.578	62.475	61.914	53.724	43.339	39.658	40.720	39.946
Dracena	55.213	57.243	60.298	57.593	56.833	51.256	48.751	43.133	41.945	43.162	40.121
Ouro Verde	32.297	33.373	36.342	36.230	29.023	28.171	23.822	22.579	20.360	21.723	21.962
Tupi Paulista	28.034	27.856	30.703	31.727	29.547	28.145	26.196	21.976	21.673	21.243	20.579
Santa Mercedes	17.915	18.365	20.371	19.280	17.551	19.014	18.025	15.257	17.051	16.590	15.523
N.Guataporanga	4.335	4.587	5.071	5.475	4.713	4.911	4.102	4.515	4.107	4.464	3.809
S.J.Pau D'Alho	11.470	13.498	13.153	14.460	12.707	12.993	13.967	12.470	7.174	7.821	6.986
Monte Castelo	27.664	29.315	30.885	31.904	30.702	29.189	26.312	22.746	22.560	22.285	21.712
Paulicéia	33.334	35.181	37.703	38.613	36.606	38.849	35.943	27.940	24.165	26.083	21.544
Panorama	33.411	33.976	36.201	36.909	34.787	3.2936	33.473	29.828	28.028	27.812	27.897

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal - 2000 a 2010.

Org.: BEDUN, M.R.,2011

Nesse contexto, a distribuição de equinos nos municípios analisados se assemelha à pecuária bovina, em relação à redução de cabeças. A Tabela 32 apresenta os dados da produção de equinos, onde podemos verificar que somente os municípios de Tupi Paulista e São João do Pau D'Alho apresentaram um aumento em relação número de cabeças.

Tabela 32 - Efetivo de equinos (cabeças) no município de Tupi Paulista e no seu entorno regional – 2000 a 2010

Município	Ano										
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Junqueirópolis	1.280	1.250	875	870	860	820	750	720	680	710	715
Dracena	1.280	1.260	880	860	850	810	800	750	980	955	1.010
Ouro Verde	1.150	1.140	650	640	630	600	250	240	420	430	425
Tupi Paulista	500	490	400	390	380	360	365	355	780	785	790
Santa Mercedes	330	320	250	245	240	230	170	160	340	338	330
N.Guataporanga	120	115	95	90	85	80	130	120	85	82	80
S.J.Pau D'Alho	260	255	150	145	140	135	95	90	270	272	270
Monte Castelo	460	455	300	290	280	265	260	240	455	450	440
Paulicéia	950	940	560	550	540	520	400	390	640	652	635
Panorama	830	820	615	600	590	240	300	290	260	250	245

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal - 2000 a 2010.

Org.: BEDUN, M.R.,2011

Apesar disso, o efetivo de suínos (Tabela 33) também apresentou uma progressiva redução no número de cabeças.

Tabela 33 - Efetivo de suínos (cabeças) no município de Tupi Paulista e no seu entorno regional – 2000 a 2010

Município	Ano										
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Junqueirópolis	2.505	2.480	2.360	2.320	2.290	2.285	2.160	2.130	2.090	2.000	1.985
Dracena	2.050	2.010	1.910	1.860	1.835	1.800	1.780	1.760	1.940	1.905	1.890
Ouro Verde	900	885	840	830	805	790	775	750	735	750	753
Tupi Paulista	3.000	2.935	2.850	2.770	2.740	2.700	2.630	2.580	3.050	3.100	3.120
Santa Mercedes	650	625	600	570	555	540	525	500	585	598	591
N.Guataporanga	440	425	340	325	315	308	295	283	270	572	581
S.J.Pau D'Alho	730	720	690	675	663	650	635	613	590	578	571
Monte Castelo	930	915	880	860	835	805	790	775	960	980	985
Paulicéia	1.280	1.245	1.220	1.180	1.155	1.140	1.115	1.060	920	898	876
Panorama	770	755	740	728	715	700	675	660	315	390	383

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal - 2000 a 2010.

Org.: BEDUN, M.R.,2011

Em relação ao efetivo de caprinos e ovinos (Tabelas 34 e 35), a leitura dos dados mostra que houve uma oscilação entre redução e aumento no número de cabeças.

Tabela 34 - Efetivo de caprinos (cabeças) no município de Tupi Paulista e no seu entorno regional – 2000 a 2010

Município	Ano										
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Junqueirópolis	240	235	210	200	195	190	180	175	105	100	98
Dracena	200	195	180	170	165	160	145	140	130	132	125
Ouro Verde	95	90	80	78	70	65	50	48	125	128	130
Tupi Paulista	90	95	80	110	105	100	90	85	150	155	158
Santa Mercedes	80	85	60	55	52	45	150	140	120	115	110
N.Guataporanga	27	25	20	20	25	22	18	16	56	58	60
S.J.Pau D'Alho	38	40	30	28	26	25	20	18	5	4	4
Monte Castelo	130	125	100	95	90	85	80	75	130	85	80
Paulicéia	150	145	90	85	82	80	60	58	35	32	30
Panorama	300	290	180	175	170	160	140	130	110	105	100

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal - 2000 a 2010.

Org.: BEDUN, M.R.,2011

Tabela 35 - Efetivo de ovinos (cabeças) no município de Tupi Paulista e no seu entorno regional – 2000 a 2010

Município	Ano										
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Junqueirópolis	850	830	980	1.050	1.100	1.050	1.200	1.150	1.400	1.500	2.300
Dracena	1.100	1.080	1.050	1.100	1.200	1.150	1.100	1.080	1.990	2.100	2.130
Ouro Verde	700	690	450	420	430	410	330	360	1.150	1.200	1.180
Tupi Paulista	820	830	600	650	670	640	620	800	2.400	2.430	2.350
Santa Mercedes	700	670	450	430	440	420	450	430	900	880	840
N.Guataporanga	130	120	80	85	90	85	90	85	180	205	190
S.J.Pau D'Alho	280	275	200	195	200	190	160	150	290	300	295
Monte Castelo	280	275	165	160	170	160	220	210	500	520	510
Paulicéia	1.350	1.300	700	650	750	730	500	480	380	365	345
Panorama	1300	1280	960	940	960	920	850	830	400	390	370

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal - 2000 a 2010.

Org.: BEDUN, M.R.,2011

A leitura da Tabela 36 evidencia a redução no número de cabeças de aves nos municípios no período compreendido entre os anos 2000 e 2010.

Tabela 36 - Efetivo de galos, frangos e pintos (cabeças) no município de Tupi Paulista e no seu entorno regional – 2000 a 2010

Município	Ano										
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Junqueirópolis	17.500	18.000	17.280	17.500	17.100	17.000	16.900	16.600	6.000	6.100	6.200
Dracena	53.000	53.500	51.360	45.000	44.500	44.000	43.000	32.000	27.000	25.000	33.8000
Ouro Verde	7.200	7.100	6.700	6.600	6.500	6.450	6.400	6.300	3.200	3.100	3.150
Tupi Paulista	82.000	80.000	68.500	64.000	62.000	60.000	57.000	58.000	35.000	38.000	60.000
Santa Mercedes	3.350	3.300	3.200	3.150	3.100	3.080	3.050	2.900	1.500	2000	2.040
N.Guataporanga	3.750	3.700	3.350	3.300	3.280	3.250	3.200	3.100	2.000	1.950	1.960
S.J.Pau D'Alho	3.400	3.450	3.400	3.350	3.300	3.350	3.300	3.200	7.000	8.000	8.200
Monte Castelo	23.000	22.000	18.700	18.000	17.500	17.000	16.800	11.000	10.000	10.500	10.200
Paulicéia	2.770	2.750	2.700	2.650	2.600	2.550	2.500	3.300	2.700	3.300	3.350
Panorama	2.900	2.850	2.800	2.750	2.730	2.700	2.650	2.600	2.300	2.100	2.050

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal - 2000 a 2010.

Org.: BEDUN, M.R., 2011

A partir dos dados e informações disponibilizados pelo IBGE, que serviram de base para detalhar a dinâmica produtiva do município de Tupi Paulista e do seu entorno regional, cabe destacar que o campesinato não desapareceu frente à expansão voraz do capital. Ou seja, o desenvolvimento do capital no espaço agrário pode provocar oscilações entre redução e aumento na produção das pequenas propriedades, mas não o desaparecimento do campesinato. Deste modo, podemos evidenciar a existência de duas lógicas produtivas e organizativas distintas no campo, a lógica camponesa, baseada na força de trabalho familiar e na terra de trabalho, e a lógica capitalista gerada pela reprodução ampliada do capital, extração da mais-valia e da renda da terra.

Em síntese, Thomaz Júnior (2009, p. 223) adverte:

É por isso que as práticas de resistência e de persistência nos indicam haver certa continuidade no tempo, ou seja, o desaparecimento e a expropriação do campesinato devem ser tomados não como um processo clássico de expulsão e de conflito, porém como parte dos desafios impostos pela capitalização da agricultura, das políticas agrárias e agrícolas implementadas pelos Estados e de todo o empreendimento contraditório da dominação do capital.

Assim, entendemos que o principal desafio do camponês está na amplitude de superar a lógica capitalista de produção e se edificar como classe peculiar.

4.4 – A pequena propriedade camponesa e suas alternativas de reprodução

A integração do agronegócio no espaço agrário brasileiro tem provocado profundas mudanças nas relações sociais de produção e de trabalho, beneficiadas com o estabelecimento de políticas agrícolas que beneficiam a monocultura de exportação atrelada à concentração fundiária e à superexploração do trabalho.

Vê-se, então, que as mudanças territoriais e produtivas deflagradas no município de Tupi Paulista e no seu entorno regional como consequência do processo da expansão do agronegócio canavieiro despertam, nos camponeses, a necessidade da construção de alternativas voltadas para o atendimento das necessidades inerentes ao processo produtivo e organizacional da unidade de produção. Neste contexto, Hespanhol (2009, p.11-12) explica:

Para minimizar o problema da pequena escala de produção, uma alternativa encontrada pelos produtores e, cada vez mais estimulada por meio das políticas públicas, tem sido a organização coletiva por meio do associativismo rural. Tal estímulo se deve ao fato de que dependendo do grau de envolvimento e de participação dos produtores, essas associações se constituem em importante espaço de discussão, de busca coletiva de alternativas aos problemas enfrentados no espaço rural e nas atividades produtivas agropecuárias, bem como na mediação com as instituições que compõem a esfera do poder local (prefeitura municipal, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, Casa da Agricultura etc.). A médio e longo prazos, dependendo das articulações estabelecidas, essas associações de produtores podem favorecer a discussão e a implementação de um projeto de desenvolvimento com base nas potencialidades locais.

Deste modo, é importante ressaltarmos que a organização dos pequenos produtores camponeses em associações ou cooperativas tem se expandido pelos setores da agricultura como uma maneira de reinserção produtiva dos trabalhadores camponeses que vivem de maneira precária no campo sob as mazelas do capital. Para Fabrini (2006, p.9),

As cooperativas são definidas por movimentos (MST, MPA, Fetrab, etc.), estudiosos da questão agrária, órgãos oficiais, dentre outros segmentos como uma forma de viabilizar as

atividades coletivas entre os camponeses. Mesmo tendo à frente a dimensão econômica e produtiva como elemento fundamental para a operacionalização das atividades econômicas e as várias dificuldades encontradas para sua manutenção, as cooperativas são entendidas como uma importante estratégia de garantia de reprodução existência dos camponeses.

Nestes termos, as cooperativas agrícolas se configuram como uma das principais formas de organização coletiva presentes na sociedade contemporânea, baseadas em mutirões, trabalhos e lavouras coletivas, compra de equipamentos e insumos em conjunto, comercialização conjunta da produção agropecuária, entre outras estratégias de luta e sobrevivência dos camponeses. Entende-se, assim, que o único objetivo dos agricultores camponeses, ao aderirem às cooperativas, está pautado na questão de permanecer na terra de trabalho que representa a morada da vida.

Nesta perspectiva, o tesoureiro da CUT Nacional, Remígio Todeschini (2000), destaca a importância de recuperar e reforçar a idéia de organizar os pequenos produtores, porque o capitalismo avança através da grande empresa que, no caso agrícola, são os grandes laranjais, canaviais e grandes plantações para grandes empresas. Todeschini ressalta, ainda, que há uma estratégia dentro do capitalismo de concentração de terras, de concentração de capital, almejando fazer uma economia agrícola de grande escala para baratear produtos e para o Brasil se tornar o celeiro agrícola dos países do primeiro mundo.

É por isso que nós temos de aprofundar, também, a reforma agrária, e combinar a reforma agrária com o cooperativismo, porque senão, simplesmente dividir terra e não dar oportunidade de crédito agrícola, ou sem os pequenos se organizarem para ser esse contraponto frente à economia da escala, nós não vamos ter alternativa, e a gente vai morrer na praia com um pedacinho de terra. Por isso, para que possamos ter mais empregos para todos, temos que defender a reforma agrária e reforçar o cooperativismo dos pequenos. (TODESCHINI, 2000, p. 86)

Neste contexto, ao estudarmos a importância do cooperativismo, Görgen e Stédille (1991, p. 137) destacam que “a cooperação agrícola é a única saída para o pequeno agricultor conseguir aumentar a produtividade do trabalho, aumentar a produção. E não se deixar vencer pelos maiores”.

Deste modo, há a necessidade de eliminar os obstáculos que são vistos como entrave para o desenvolvimento econômico, social e político das pequenas unidades camponesas, e implantar novas caminhos que garantam sua autonomia e identidade, baseadas, sobretudo, no cooperativismo agrícola. Neste contexto, Marcos (2006, p. 1) destaca:

(...) o avanço do capitalismo no campo brasileiro, ao invés de promover o completo desaparecimento do campesinato, abre a possibilidade de sua (re)produção e (re)criação no seu interior. Tal (re)produção/(re)criação tem se dado, em muitos casos, através da busca/criação de caminhos que garantam sua autonomia e liberdade e não através da total subordinação/dependência à lógica capitalista que o cria/recria (...).

Assim, a formação de cooperativas e associações pelos camponeses deve ser compreendida como uma nova forma de sobreviverem às mazelas e aos atos de barbáries praticadas pelo capital.

Nesta perspectiva, o que faz acreditamos no caráter organizacional das cooperativas e associações é a resistência e (re) criação das pequenas unidades camponesas de base familiar no seio do capital monopolista.

Partindo dessa premissa, Hespanhol (2007, p. 15) destaca que a alternativa encontrada pelos camponeses do município de Tupi Paulista e seu entorno regional tem sido a organização dos produtores em associações para a comercialização dos produtos agrícolas.

Uma alternativa interessante na região tem sido a organização de associações de produtores especializadas na produção de determinadas frutas, como no caso da uva de mesa e da acerola.

Outra alternativa em termos de comercialização que tem se apresentado mais recentemente – a partir de 2003 - aos produtores que participam das associações não especializadas, de âmbito municipal, foi o Programa de Aquisição de Alimentos do governo federal em parceria com a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento). Esse programa visa compor um estoque mínimo de produtos da cesta básica com a compra direta e antecipada de alimentos dos produtores rurais nas próprias regiões de consumo.

A aquisição de alimentos é feita diretamente de associações e/ou cooperativas de produtores para ser distribuída a programas municipais de segurança alimentar (merenda

escolar municipalizada, creches, hospitais, restaurantes populares e entidades beneficentes e assistenciais).

Nesse aspecto, o Engenheiro Agrônomo e Técnico da Casa da Agricultura de Tupi Paulista, Ilton Perpétuo de Oliveira Lima, destaca que o município tem uma cooperativa e seis associações de agricultores. A Cooperativa Agrária de Cafeicultores da Região de Tupi Paulista (Cacretupi) é um dos principais laticínios da região, atuando em um raio de 200 quilômetros do entorno de Tupi Paulista, e conta com em média 1.300 associados. Além do processamento de leite, a cooperativa atua na cadeia produtiva de café e grãos, e fornece acessória e assistência técnica aos cooperados. Em relação às associações, elas estão assim divididas: Associação dos Produtores de Uva (Avirtupi) voltada para a uva de mesa, e tem 28 associados; duas associações trabalham com leite e olericultura (horticultura), sendo que uma tem aproximadamente 43 associados e outra 33 associados, e ambas trabalham com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA-CONAB). As outras três associações ainda estão em fase inicial e estão se organizando para trabalharem com o PNAE e com o PAA.

Com isso, os camponeses, tendo como principais referências a diversidade da produção em pequena escala e a predominância do trabalho familiar, são capazes de suprir todas as suas necessidades alimentares. Para Almeida (2006, p. 354),

Os camponeses, de forma geral, vivem uma situação de autonomia em relação à forma organizacional de diferentes sociedades, expressa, sobretudo, na capacidade para suprir suas necessidades alimentares, o que tem despertado histórica incompreensão e intolerância, particularmente dos Estados capitalistas e das recentes experiências socialistas.

Assim, os camponeses, por muitas vezes, vêem-se cercados pelo “mar verde” dos canaviais, da soja, do eucalipto, no entanto, sua identidade e autonomia fazem-no resistir na terra como classe peculiar. Nessa lógica, contraditoriamente, os camponeses resistem ao avanço do capital a partir dos seus valores culturais e a predominância do trabalho familiar na produção de alimentos em pequena escala para sua subsistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca desenfreada do progresso, do desenvolvimento econômico e da inserção da produção agrícola brasileira no mercado mundial tem despertado em escala nacional a expansão do capital agroexportador, pautada em uma nova dinâmica territorial e produtiva.

Nesse apontamento, a modernização da agricultura brasileira tem como suporte o Estado e a concessão de créditos agrícolas, fortalecendo e estimulando a territorialização do capital monopolista caracterizada pela concentração fundiária e a monocultura de commodities.

O discurso do desenvolvimento pautado na modernização da agricultura ganhou flexibilidade no espaço agrário brasileiro. Entretanto, a pequena propriedade camponesa sobre as bases da força de trabalho familiar e a produção diversificada em pequena escala tem sido caracterizada por um evidente processo de desterritorialização.

Nesse contexto, ancorado em reflexões e discussões foi possível compreender os desafios e perspectivas da agricultura familiar camponesa frente à expansão e territorialização do agronegócio no espaço agrário brasileiro e conseqüentemente, no município de Tupi Paulista/SP e no seu entorno regional onde o agronegócio canavieiro ganhou espaço com a instalação de cinco destilarias na região.

De modo particular, pudemos apreender que o discurso produtivista e desenvolvimentista do agronegócio tem fomentado no campo os conflitos sociais entre camponeses e capitalistas, acentuando assim, as disputas territoriais.

Sob o enfoque das distintas formas de organização dos dois territórios, podemos afirmar que a resistência e permanência do camponês no desenvolvimento inexorável do sistema capitalista devem-se ao conjunto de soluções eficazes por ele adotado, pautado na diversidade cultural, regional e produtiva. Em síntese, a unidade camponesa de produção, enquanto classe social e modo de vida têm como função básica garantir a reprodução como meio de subsistência familiar, e não como forma produtiva e mercadológica do capital.

Desta feita, considerando os dados do IBGE referente ao Censo Agropecuário de 2006, podemos evidenciar que as pequenas propriedades camponesas são responsáveis pela produção da grande maioria dos produtos agrícolas no espaço agrário brasileiro. Desmistificando dessa forma, de quem produz no campo são as grandes propriedades fundiárias, aliadas ao sistema metabólico do capital. Com isso podemos afirmar que a ideologia de que o agronegócio monocultor é efetivamente responsável pela produção de alimentos não corresponde à realidade do espaço agrário brasileiro.

Nessa conjuntura, para enfrentar a ideologia mercadológica apregoada pelo capital no cenário agrário, os trabalhadores camponeses têm se organizado por meios dos movimentos sociais, a exemplo da efetiva realização da reforma agrária, para entrar e permanecer na terra de trabalho. Pois o modelo agroexportador introduzido no campo de forma desigual e contraditória têm sido responsável pela expropriação e expulsão dos camponeses da terra, provocando de forma exacerbada as desigualdades sociais.

A questão agrária no Brasil delineada a partir da concentração fundiária é reconhecida pelas práticas típicas das ações de ocupações de terras, desencadeadas como forma de agilizar uma ampla e massiva reforma agrária, uma vez que para o camponês, entrar e permanecer na terra de trabalho significa resistir ao intenso processo de desterritorialização legitimado pelo capital e pela reestruturação produtiva e expansiva do agronegócio. Através da leitura dos dados da Comissão Pastoral da Terra em relação ao número de ocupações de terra pelos movimentos sociais, no período de 2006 a 2010, podemos verificar que 1.470 imóveis foram ocupados em todo o Brasil por 163.224 famílias, o que compreende a conquista de 2.424.476 hectares de terras.

Desta forma, cumpre destacar que nesse processo de enfrentamento permanente do camponês para entrar e permanecer na terra, os dados disponíveis pelo DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2011 – revelam que em 2010 foram assentados no Brasil pela política de reforma agrária, 14.748 famílias em 205 assentamentos rurais, permitindo a democratização de 1.823.623 hectares de terra.

Assim, ao mesmo tempo em que os camponeses se organizam para garantir os seus direitos de entrar e permanecer na terra de trabalho, o capital

tem feito uso da violência e outras formas de barbáries para manter o controle sobre a terra. No entanto, sob os olhares parciais do Estado caracterizados pelo favorecimento do latifúndio, os governantes e os órgãos competentes para resolução dos problemas da questão agrária brasileira, por via de regra, têm desconsiderado as políticas sociais e os direitos humanos e intensificado a repressão e a perseguição aos movimentos sociais.

Nessa direção, os desafios impostos à propriedade camponesa de produção pela conjuntura econômica e política favorável a expansão e territorialização do agronegócio, motivou a análise da dinâmica territorial e produtiva do município de Tupi Paulista e do seu entorno regional. De modo particular, a área delimitada para realizar a pesquisa, apresenta em sua formação um recorte espacial compreendido por um grande número de pequenas propriedades camponesas de base familiar. No bojo deste cenário buscamos compreender a resistência das unidades camponesas frente à expansão do agronegócio canavieiro na região.

Nesse embate, com base nos números estatísticos do Censo Agropecuário divulgados pelo IBGE, o cruzamento dos dados censitários dos anos de 1995 e 2006 relacionados ao número de estabelecimentos agropecuários por grupos de área total no município de Tupi Paulista e no seu entorno regional, revelou a resistência da pequena unidade camponesa diante do novo desenho territorial desencadeado pelo agronegócio canavieiro.

Neste contexto, a partir da análise dos dados do Censo Agropecuário do IBGE em relação à dinâmica produtiva nos municípios estudados, pudemos constatar que a expansão e territorialização do capital podem provocar oscilações entre redução e aumento na produtividade das pequenas propriedades, mas não o desaparecimento do campesinato. Deste modo, podemos evidenciar a existência de duas lógicas produtivas e organizativas distintas no campo, a lógica camponesa, fundamentada na tríade família, trabalho e terra, e a lógica capitalista gerada pela reprodução ampliada do capital, extração da mais-valia e da renda da terra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **O conceito de classe camponesa em questão**. In: Revista Terra Livre, São Paulo: AGB, ano 19, v.2, n.21, p.73-88, Jul/dez.2003.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção**: a luta pela terra e o habitus de classe. 1ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Função social da propriedade e desenvolvimento sustentável: camponeses *versus* agronegócio. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de pós-graduação em geografia, 2008, p.303-325.

AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. **A Questão Agrária e o Capitalismo**. 2ª ed. Tradução de Beatriz Resende. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

AVELINO JUNIOR, Francisco José. **A Questão da Terra em Mato Grosso do Sul**: Posse/uso e conflitos. (Doutorado em Geografia) Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2004.

BEM, Anderson. **Resistência Camponesa ao Capital: O Caso dos Camponeses produtores Informais de Leite da Microrregião de Toledo – PR**. (Mestrado em Geografia) Dissertação apresentada ao programa de Pós Graduação de Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2007.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt>. Acesso em 04 ago. 2011.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado**. Boletim DATALUTA, Artigo do mês: setembro de 2011. ISSN 2177-4463

CHAYANOV, Alexander V.. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Bueno Aires: Nueva Visión, 1974.

CHAYANOV, Alexander V.. Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos Não Capitalistas. In: SILVA, José G; STOLEKE, Verena (Orgs.). **A Questão Agrária**. Tradução Edgard Afonso Malagodi e outros. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 133-163.

CLEPS JUNIOR, João. Questão agrária, estado e território em disputa: os enfoques sobre o agronegócio e a natureza dos conflitos no campo brasileiro. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SANTOS, Roseli Alves dos (orgs.). **Geografia agrária, territórios e desenvolvimento**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p.35- 54.

CORRÊIA, Lelio Bentes. Um fenômeno complexo. In: Comissão Pastoral da Terra – CPT (orgs.). **Trabalho escravo no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Edições Loyola, 1999, p.77-80.

CPT - Comissão Pastoral da Terra. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/>>. Acesso em 12 abr. 2011.

DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório 2010. Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA. Presidente Prudente, São Paulo. Outubro de 2011. Disponível em <http://www2.fct.unesp.br/grupos/nera/projetos/dataluta_brasil_2010.pdf>. Acesso em 15 nov. 2011.

FABRINI, João. **Os camponeses e suas diferentes práticas produtivas**. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Seção Três Lagoas. Três Lagoas, v. 1, ano 3, n. 4, p.05-26, nov. 2006.

FABRINI, João Edmilson. Latifúndio e agronegócio: semelhanças e diferenças no processo de acumulação de capital. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, n.1, v.9, 2008, p.35-62.

FABRINI, João Edmilson. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de pós-graduação em geografia, 2008a, p.239-271.

FABRINI, João Edmilson. O campesinato frente à expansão do agronegócio e do agrocombustível. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SANTOS, Roseli Alves dos (orgs.). **Geografia agrária, territórios e desenvolvimento**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p.55- 88.

FABRINI, João Edmilson. **Território, classe e movimentos sociais no campo**. Revista da ANPEGE, v. 7, n. 7, p. 97-112, jan./jul. 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brasil 500 anos de luta pela terra**. Revista de Cultura Vozes, nº 2, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização**. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1999a.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro**: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra MST (1979 – 1999). São Paulo, 1999b. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**, 1º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial, 2006. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/Desenvolvimento_territorial.pdf>. Acesso em 20 jan.2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de pós-graduação em geografia, 2008, p.273-301.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **O MST e as reformas agrárias do Brasil**. OSAL - Observatório Social de América Latina. Debates. Buenos Aires, ano IX, número 24, p. 73-85. 2008a.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia dos territórios. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de pós-graduação em geografia, 2009, p.197-215.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew. Campesinato e agronegócio na América Latina. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina**: a questão agrária atual. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p.45-69.

GIL, Izabel Castanha. **Nova Alta Paulista, 1930-2006: entre memórias e sonhos.** Do desenvolvimento contido ao projeto político de desenvolvimento regional. (Doutorado em Geografia) Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação de Geografia da Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2007.

GIRARDI, Eduardo Paulon; FERNANDES, Bernardo Mançano. Geografia das conflitualidades no campo brasileiro. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas.** Vol. 2. São Paulo: editora UNESP; Brasília,DF: Núcleo de estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p.339-366.

GORGER, Frei Sérgio A., STÉDILE, João P. (Orgs.) **Assentamentos: resposta econômica da reforma agrária.** Petrópolis: Vozes, 1991.

HESPANHOL, Rosangela Aparecida Medeiros. Decadência da cafeicultura e pequenas propriedades rurais: alternativas econômicas na Microrregião Geográfica de Dracena – SP. In: **Congresso brasileiro de economia, administração e sociologia rural**, Londrina/PR, 2007, p. 1-17. Disponível em: < <http://www.sober.org.br/palestra/6/596.pdf>>. Acesso em 20 jan. 2012.

HESPANHOL, Rosangela Aparecida Medeiros. O programa de aquisição de alimentos (PAA) na região de Dracena (SP). In: **47º Congresso da SOBER – Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, Porto Alegre/RS, 2009, p.1-18. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/552.pdf>>. Acesso em 20 jan. 2012

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em 20 mai.2011.

KUDLAVICZ, Mieceslau. **Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na microrregião de Três Lagoas/MS.** (Mestrado em Geografia) Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2011.

MARCOS, Valéria de. **Solidariedade que tece redes: as estratégias de reprodução e recriação camponesa nos assentamentos do alto sertão paraibano.** In: XIV Encontro Nacional de Geógrafos, 2006, Rio Branco. Anais do XIV Encontro Nacional de Geógrafos - Comunicação Coordenada. Rio Branco : AGB, 2006. p. 1-12.

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/>>. Acesso em 28 jul.2011.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI; João Edmilson (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa.** 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de pós-graduação em geografia, 2008, p.49-78.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência:** a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso.** São Paulo: Hucitec, 1994.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Livro 03 - O Processo Global de Produção Capitalista. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Vol. VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

MIZUSAKI, Márcia Yukari. **Território e reestruturação produtiva na avicultura.** Dourados, MS: Editora da UFGD, 2009.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.** Trad. De Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucittec/Polis, 1984.

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/>>. Acesso em 04 mai. 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista e Agricultura.** São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura Brasileira: Transformações Recentes.** In: Jurandyr Luciano Sanches Ross (org.), Geografia do Brasil. São Paulo: Edusp, 1995, p. 467-534.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil.** 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani A. (Org.) **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 2001, p.63-110.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: **Revista Terra Livre**, São Paulo: AGB, ano 19, v.2, n. 21, p. 113-156, Jul/dez 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; Stedile, João Pedro. **O agronegócio X agricultura familiar e a reforma agrária**. Brasília: Cartilha da Concrab, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (org). **O campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; STEDILE, João Pedro. **A natureza do agronegócio no Brasil**. Cartilha da Via Campesina. Brasília: Via Campesina Brasil, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur edições, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A MP 458 e a Contra-Reforma Agrária na Amazônia. In: CANUTO, Antonio; LUZ, Cássia Regina da Silva; WACHINIESKI, Isolete (org). **Conflitos no Campo Brasil 2009/CPT**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 18-26. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/downloads/finish/4/131>>. Acesso em 10 jul.,

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Os posseiros voltam a assumir o protagonismo da luta camponesa pela terra no Brasil. In: CANUTO, Antonio; LUZ, Cássia Regina da Silva; WACHINIESKI, Isolete (org.). **Conflitos no Campo Brasil 2010 / CPT**. Goiânia: CPT, 2011, p. 55-62. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=23&view=finish&cid=192&catid=4>. Acesso em 10 abr. 2011.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de. **A fruticultura como alternativa econômica aos pequenos produtores rurais: o caso da região de Dracena/SP**. Dissertação de mestrado. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2003.

PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de pós-graduação em geografia, 2008.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. 1ª. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PLASSAT, Frei Xavier. **Trabalho escravo no Brasil: uma herança maldita do capitalismo**. Instituto Humanitas Unisinos, 18 mar. 2011. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=41377>. Acesso em: 20 abr. 2011.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2006, p. 206-284.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. A violência do latifúndio moderno-colonial e do agronegócio nos últimos 25 anos. In: CANUTO, Antonio; LUZ, Cássia Regina da Silva; WACHINIESKI, Isolete (org). **Conflitos no Campo Brasil 2009/CPT**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 109-117. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/downloads/finish/4/131>>. Acesso em 10 jul. 2010.

QUIJANO, Aníbal. Sistemas alternativos de produção? In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Produzir para viver- Os caminhos da produção não capitalista**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 475-515.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, José V. Tavares dos. **Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. 2ª. Ed. São Paulo: Hucitec, 1984.

SEGATTI, Sonia. **A expansão da agroindústria sucroalcooleira e a questão do desenvolvimento da microrregião de Dracena – SP**. (Dissertação de Mestrado) Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2009.

SHANIN, Teodor. Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, Presidente Prudente, Ano 8, n.7, jul./dez.2005, p.1-21.

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi, FABRINI; João Edmilson (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de pós-graduação em geografia, 2008, p.23- 47.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p.77-116.

STÉDILE, João Pedro. **Questão agrária no Brasil**. 5ª. ed. São Paulo: Atual Editora, 1997.

TEUBAL, Miguel. O campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina. In: PAULINO, Eliane Tomiasi, FABRINI; João Edmilson (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de pós-graduação em geografia, 2008, p.139-160.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por Trás dos canaviais os “nós” da cana**: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Não há nada de novo sob o sol num mundo de heróis!** (A civilização da barbárie na agroindústria canavieira). Presidente Prudente, **Pegada**, V.8, N.2, 2007, p. 5-25.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI: (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos). Presidente Prudente, São Paulo: [s.n], 2009.

TODESCHINI, Remígio. Cooperativismo, movimento sindical e autogestão. In: PONTE JÚNIOR, Osmar de (Org.). **Mudanças no mundo do trabalho**: cooperativismo e autogestão. Fortaleza: Expressão, 2000. p. 81-90.

VALIM, Ana. **Migrações: da perda da terra a exclusão social**. 4ª. ed. São Paulo: Atual Editora, 1996.

WELCH, Clifford Andrew; FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura e mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de pós-graduação em geografia, 2008, p.161-190.

WOORTMANN, Klass. "Com parente não se negueia" O campesinato como ordem moral. In: **ANUÁRIO ANTROPOLÓGICO/87**. Editora Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1990, p. 11-73.

WOORTMANN, Ellen F.. O saber tradicional camponês e inovações. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez de Medeiros (orgs.). **O Campo no Século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004, p.133-143.